BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XV — VOL. XXIX MAIO — 1947 N.º 5

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO N.º 22.789, DE 1.º DE JUNHO DE 1933

Expediente : de 12 às 18 horas
Aos sábados : de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

Esperidião Lopes de Farias Júnior, Presidente — Delegado do Banco do Brasil
Oton Júlio de Barros Melo — Delegado do Ministério da Fazenda
Alvaro Simões Lopes — Delegado do Ministério da Agricultura
José de Castro Azevedo — Delegado do Ministério da Viação
Ernesto Jencarelli — Delegado do Ministério do Trabalho

Antônio Correia Meyer
Bartolomeu Lisandro de Albernaz
Gil Metódio Maranhão
Octaviano Nobre
} Representantes dos usineiros

Moacir Soares Pereira — Representante dos banguezeiros

Domingos Guidetti
Paulo de Arruda Raposo
Roosevelt Crisóstomo de Oliveira
} Representantes dos fornecedores

SUPLENTES

Péricles Correia da Rocha
Gustavo Fernandes Lima
Luís Dias Rollemberg
Temístocles Alves Barcelos
} Representantes dos usineiros

José Vieira de Melo Filho — Representante dos Banguezeiros

Eustáquio Gomes de Melo
João de Lima Teixeira
João Soares Palmeira
} Representantes dos fornecedores

Sede : PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Endereço telegráfico — COMDECAR

Fones

Álcool-Motor	23-2999 e 43-5079
Assistência à Produção	23-6192
Caixa	23-6250
Comissão Executiva	23-6183 e 23-4585
Comunicações	43-8161 e 23-0796
Contadoria	23-2400
Distribuição de açúcar	43-3798
Estatística	43-0422 e 43-6343
Estudos Econômicos	43-9717
Fiscalização	23-6251
Gabinete da Presidência	23-2935
Gerência	43-6724 e 23-5189
Jurídica	23-3894 e 23-6161
Material	23-6253
Mecanografia	23-4133
Pessoal	43-6109
Portaria	43-7526
Presidência	23-6249
Publicidade	23-6252
Restaurante	23-0313
Serviço Médico	43-7208
Técnico-Industrial	43-6539

Depósito de álcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.
Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

Endereço telegráfico : — SATELÇUCAR

ALAGOAS — Rua Sá e Albuquerque, 426 — Maceió.
BAÍA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — Salvador.
MINAS-GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte.
PARAÍBA — Praça Antenor Navarro, 36/50 — 2.º and. João Pessoa.
PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58-1.º and. — Recife.
RIO DE JANEIRO — Edifício Lisandro — Praça São Salvador — Campos.
SÃO PAULO — Rua 15 de Novembro, 228-3.º and., salas 301/309 — São Paulo.
SERGIPE — Avenida Rio Branco, 92-1.º and. — Aracaju.

DISTILARIAS CENTRAIS

DO ESTADO DA BAÍA — Santo Amaro — End. telegráfico: D I C E N B A, SANTO AMARO.
DO ESTADO DE MINAS-GERAIS — Ponte Nova (E. F. Leopoldina) — Caixa Postal, 60 — End. telegráfico — DICENOVA, PONTE NOVA.
DO ESTADO DE PERNAMBUCO — Distilaria Presidente Vargas — Cabo — (E. F. Great Western) — Caixa Postal, 97 — Recife — End. Telegráfico : DICENPER, RECIFE.
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Estação de Martins Lage (E. F. Leopoldina — Caixa Postal, 102 — Campos. — End. telegráfico: DICENRIO, CAMPOS — Fone — Martins Lage, 5.
DO ESTADO DE SÃO PAULO — Distilaria Ubirama — Ubirama — Fone, 55 — End. telegráfico: DICENÇÓIS, UBIRAMA.

BRASIL AÇUCAREIRO

ÓRGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

Registrado com o n.º 7.626, em 17-10-1934, no 3.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9.º pav. (Secção de Publicidade)

TELEFONE 23-6252 — CAIXA POSTAL, 420

DIRECTOR — **Joaquim de Melo**

Assinatura (anual), para o Brasil	Cr$ 40.00
Assinatura (anual), para o exterior	Cr$ 50,00
Número avulso (do mês)	Cr$ 5,00
Número atrasado	Cr$ 10,00

Vendem-se colecções a partir do 8.º volume, encadernadas, por semestre. Acham-se esgotados os números de janeiro e fevereiro de 1944. Vende-se também o número especial com o índice alfabético e remissivo do 1.º ao 13.º volume

ANÚNCIOS:

1 Página	Cr$ 600,00
½ Página	Cr$ 300,00
¼ Página	Cr$ 200,00

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Álcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta.
On démande l'échange.
We ask for exchange.
Pidese permuta.
Si richied lo scambio.
Man bittet um Austausch.

AGENTES:

DURVAL DE AZEVEDO SILVA - Praça 15 de Novembro, 42 - (9.º pav.) Rio de Janeiro

OCTÁVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco

HEITOR PORTO & C.ª - Caixa Postal, 235 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

AGÊNCIA PALMARES — Rua do Comércio, 532 - 1.º — Maceió - Alagoas

SUMÁRIO

MAIO — 1947

POLÍTICA AÇUCAREIRA. 3
DIVERSAS NOTAS — Distilaria Central de Ponte Nova — Estação Experimental de Campos — Restituição de taxas pagas sobre álcool — Taxa adicional — Aéro-Clube do Brasil. 4
EXPLORAÇÃO DA BETERRABA NO CHILE. 5
ACTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A.. 6
JULGAMENTOS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. 8
O ACORDO INTERNACIONAL SOBRE O AÇUCAR. 13
ACTOS DO PRESIDENTE DO I.A.A. 14
CAPACIDADE DE MOAGEM EM TRINIDAD. 23
RESOLUCÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A. (Ns. 139 e 140/47). 24
REESTRUTURAÇÃO DOS QUADROS DO FUNCIONALISMO DO I.A.A. 32
ACTOS DO PODER EXECUTIVO. 38
AUTORIZADA A EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR PELO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA. 40
ECONOMIA DE 688 MILHÕES DE DÓLARES. 41
COMO FUNCIONA O I.A.A. — Secção de Mecanografia. 42
CENSO AGROPECUÁRIO MUNDIAL. 44
SÃO PAULO E O AÇÚCAR — F. Oliveira Guena. 46
BENTONITE COMO AGENTE PURIFICADOR DO CALDO. 50
MELAÇO. MATÉRIA-PRIMA DE MÚLTIPLA APLICAÇÃO — Walter M. de Oliveira. 52
AUMENTO DE LIMITAÇÃO E SUA DISTRIBUIÇÃO. 56
QUOTA DO DISTRITO FEDERAL. 57
AS QUOTAS DE AÇÚCAR PARA 1947. 58
ESTIMATIVA DA SAFRA 1947/48. 60
A CULTURA DA CANA NA FLÓRIDA. 60
USO DE DESNATURAMENTO E SUA SUSPENSÃO. 62
ENCHENTES NA ZONA CANAVIEIRA DA PARAÍBA. 64
PREÇOS DO AÇÚCAR BRUTO NOS ESTADOS-UNIDOS. 65
APROVEITAMENTO DA FIBRA DA CANA. 66
ASPECTOS DA ECONOMIA AÇUCAREIRA DO NORDESTE BRASILEIRO — Octávio Valsechi. 67
CRÔNICA ACUCAREIRA INTERNACIONAL. 74
"PROTECTIN" — UM PRODUTO CUBANO DA CANA DE AÇÚCAR 76
PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO. 78
NOVOS DONATIVOS DA SUGAR RESEARCH FOUNDATION. 78
FUNÇÃO EDUCATIVA DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA — J. D. Tejada. . . 80
VELHOS AÇÚCARES — Mário Sete. 82
PROCESSO HISTÓRICO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA NO BRASIL — I — Manuel Diégues Júnior. 84
OS FAZENDEIROS DE SÃO FIDÉLIS NO SÉCULO PASSADO — II — Alberto Lamego. 88
O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL" — XXXIII — Jerônimo de Viveiros 90
O DURISCH, CORONEL CANAVIEIRO — Afonso Várzea. 93
CONFERÊNCIA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE TÉCNICOS AÇUCAREIROS DE CUBA 96
QUADROS DA SECÇÃO DE ESTATÍSTICA DO I.A.A. (Abril/1947). 98
O MÊS ACUCAREIRO (Abril de 1947) — M. Lacerda de Melo 102
BIBLIOGRAFIA. 104

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão oficial do

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XV — VOL. XXIX MAIO — 1947 N.º 5

POLITICA AÇUCAREIRA

Foi apresentado à Câmara dos Deputados, na sessão de 15 de abril último, um projecto, com 12 assinaturas, autorizando o Instituto do Açúcar e do Álcool "a promover a exportação para o estrangeiro da quantidade de açúcar que venha a ser considerada excedente às necessidades dos nossos mercados internos". Na sessão de 23 do mesmo mês, requereram urgência para a discussão e votação desse projecto cerca de 60 representantes de todos os partidos políticos. E em outras sessões, da tribuna, debateram a questão diversos deputados, quase todos a favor da solução pleiteada, sendo que alguns com restrições apenas em certos pontos.

Tratava-se, entretanto, de assunto já em entendimento e estudo entre os centros produtores e os conselhos governamentais do país. Desde o princípio do ano corrente que o vinha a examinar e discutir a Comissão Executiva do I. A. A., à luz de dados e informações fornecidos pelos seus serviços técnicos, acompanhando o desenvolvimento da safra 1946/47 e os resultados das medidas adoptadas pela administração. A 10 de abril, o Presidente desta autarquia, de acordo com o resolvido pelo referido órgão, na sessão de 9, pronunciando-se sobre o pedido formulado pelos produtores do Nordeste, em longo ofício ao Sr. Ministro da Fazenda, divulgado na imprensa, opinou no sentido de ser permitida a exportação de 500.000 sacos de açúcar de usina. E, autorizada essa pelo Sr. Presidente da República, por despacho de 18, aprovou a citada Comissão, a 23, a Resolução n.º 128, regulando as condições em que podia ser exportado o açúcar para o exterior.

De conformidade com a solução assim encaminhada pela autarquia açucareira, começaram logo as negociações para a venda desse açúcar, na base dos tipos e quantidades estabelecidos, entendendo-se os interessados directamente com as Cooperativas dos Produtores e realizando-se as operações sob o controle do I. A. A. Até o fim do corrente mês de maio — escrevemos ainda na primeira quinzena — deverão estar concluídas tais operações. Entretanto, o projecto oferecido à Câmara dos Deputados continua a figurar na sua ordem de trabalhos, sem atravessar os trâmites regimentais indispensáveis para se converter em lei.

Não assinalamos o contraste como um reparo às actividades dessa casa do Congresso. Segundo a própria índole do Poder Legislativo, que se caracteriza pelo mais amplo debate das matérias submetidas à sua consideração, é necessàriamente demorada a elaboração das leis ordinárias. Só em casos excepcionais se processa com maior presteza, visando atender a situações prementes. Aliás, o intuito destes comentários não é, nem poderia ser de crítica, mas de simples interpretação de factos que, ligados à produção açucareira do país, mais uma vez comprovam a eficiência do seu controle.

Com efeito, o que pretendemos é demonstrar como o I. A. A., no exercício de suas funções específicas, pode resolver as questões de maior relevo nos quadros da economia canavieira, cooperando com os poderes constituídos da República, de modo a aliviar o peso das grandes responsabilidades atinentes a cada um. A composição de seus órgãos centrais lhe assegura o desempenho dessa tarefa, porque o põe em contacto directo, ao mesmo tempo, com o governo federal e as classes produtoras, através dos respectivos delegados na Comissão Executiva. E a sua estruturação administrativa lhe permite colaborar eficazmente com esses órgãos, por contar

DIVERSAS NOTAS

DISTILARIA CENTRAL DE PONTE NOVA

Em 31 de março p. passado, findou a prorrogação do contrato inicial para o abastecimento de água à Distilaria Central de Ponte Nova, firmado com o Sr. João Guimarães. O contrato em questão se refere à captação e passagem de água pelos terrenos de propriedade daquele senhor.

Em carta de 16 de dezembro de 1946, o Sr. João Guimarães, referindo-se ao vencimento da prorrogação do contrato de 31 de março de 1943, pediu ao Instituto que tomasse as providências para a retirada de todas as canalizações instaladas em seus terrenos, com excepção das que ligam a água à casa de residência do próprio Sr. João Guimarães e às dos Srs. Custódio Guimarães e Sebastião Serra Alvarenga, conforme consta do contrato.

Em carta de 15 de fevereiro último, o Sr. João Guimarães declarou que, tendo sido procurado pelo Sr. Procurador Regional do I. A. A., em Belo Horizonte, para tratar da prorrogação do contrato de servidão de água que abastece a Distilaria de Ponte Nova, concordava com a proposta nas seguintes condições :

1.º — Prorrogação por mais dois anos, mantida a captação de água actual;

2.º No caso de alienação da Distilaria, por venda ou arrendamento, o contrato expirará automàticamente na data da lavratura das respectivas escrituras, devendo constar esta circunstância do edital de concorrência aberta para a venda da Distilaria, registrando-se a mesma circunstância também na escritura de transferência do imóvel;

3.º — O Instituto pagará, pela utilização da água, a mensalidade de Cr$ 100,00, sendo o pagamento realizado de 3 em 3 meses;

4.º — Findo o prazo do item 1.º, o Instituto retirará todos os encanamentos instalados, deixando, apenas, os necessários para manter as ligações relativas ao abastecimento das casas dos Srs. João Guimarães, Custódio Guimarães e Sebastião Serra Alvarenga, conforme previsto no contrato inicial.

Julgando a matéria, em sessão de 10 de abril último, a Comissão Executiva, de acordo com o voto do Sr. Castro Azevedo, resolveu prorrogar o contrato em apreço nas condições propostas.

ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE CAMPOS

Em ofício de 6 de março último, o Chefe da Estação Experimental de Campos, Sr. Frederico de Menezes Veiga, comunicou ao Delegado Regional do I. A. A., em Campos, que se encontravam na Secretaria daquele Estabelecimento os documentos comprobatórios da aplicação dada ao crédito de Cr$ 150.000,00, relativo à subvenção do exercício de 1946, concedida pelo Instituto.

Comunicou ainda que, por se ter retirado de Campos o Sr. Ari Machado de Brito, deverá ser designado pelo Instituto um novo re-

---

com diversas secções de estudos especializados, aptas a pesquisar, examinar e observar todos os aspectos dos casos ocorrentes.

Firmada nessa organização, que se aperfeiçoa frequentemente, aproveitando os ensinamentos da própria experiência e as conquistas da técnica administrativa, a política açucareira do Brasil se afirma cada vez mais, não só no conceito dos interessados como dos círculos culturais do país. E não será uma conclusão tendenciosa dizer-se que a sua manutenção se recomenda, agora mais do que nunca, sob o regime democrático, como um instrumento de acção econômico-social, a serviço de uma das mais importantes fontes da riqueza nacional, para conjugar os seus esforços com os dos poderes representativos da República em benefício da colectividade.

presentante junto ao Conselho Fiscal da Estação Experimental, para controlar a aplicação dos créditos do seu "Fundo de Desenvolvimento", nas condições do acordo de 26 de agosto de 1944, indicando para o cargo o agrônomo Rui Torres da Silva Pinto.

De acordo com o parecer da Gerência, a Comissão Executiva resolveu aprovar a indicação do agrônomo Rui Torres da Silva Pinto e incumbir o Delegado Regional em Campos de verificar as contas da Estação Experimental.

RESTITUIÇÃO DE TAXAS PAGAS SOBRE ÁLCOOL

Em requerimento de 12 de agosto de 1946, o Sr. Francisco Matarazzo Júnior, proprietário da Usina Amália, em São Paulo, pediu a restituição das taxas sobre álcool, pagas antes de 24 de julho do mesmo ano.

A Comissão Executiva, por decisão daquela data, havia isentado a Usina do recolhimento da taxa do álcool destinado ao consumo industrial da própria firma, a partir da data da decisão de 24 de julho de 1946.

De acordo com as informações prestadas pela Delegacia Regional em São Paulo e parecer da Secção de Estudos Econômicos, o Sr. Presidente, por despacho de 19 de setembro de 1946 indeferiu o pedido.

Em requerimento de 19 de dezembro de 1946, a firma Francisco Matarazzo Júnior recorreu para a Comissão Executiva do I. A. A. da decisão do Sr. Presidente.

Em sessão de 27 de fevereiro último, foi o caso debatido pela Comissão Executiva, considerados os documentos anteriores e o novo parecer da Secção de Estudos Econômicos, de 3 de fevereiro, que opinava pela manutenção da decisão de 24 de julho de 1946, da Comissão Executiva.

Do processo foi pedido vista pelo Sr. Antônio Correia Meyer, tendo sido o seu pedido deferido pela Comissão Executiva.

Na sessão de 10 de abril findo, o Sr. Correia Meyer apresentou, sobre a matéria, parecer opinando favoràvelmente ao pedido. A Comissão Executiva, porém, pelo voto de todos os membros, com excepção do relator, resolveu negar provimento ao recurso.

TAXA ADICIONAL

A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco requereu ao I. A. A. a devolução da taxa adicional estabelecida no art. 14 da Resolução 127/46.

O assunto foi examinado pela Comissão Executiva em sessão de 26 de março último, tendo o Sr. Gil Maranhão solicitado vista do expediente. Dando o seu parecer na sessão realizada em 16 de abril, o Sr. Gil Maranhão concluiu votando no sentido de que o Instituto devolva aos produtores apenas as taxas adicionais pagas a partir de 16 de fevereiro deste ano.

Por unanimidade de votos, a Comissão Executiva aprovou o parecer.

AÉRO-CLUBE DO BRASIL

Em sessão de 16 de abril último, a Comissão Executiva tomou conhecimento de uma carta da directoria do Aéro-Clube do Brasil convidando o I. A. A. para fazer parte, como sócio contribuinte, da mesma associação.

A Secção Técnico-Industrial e a Gerência opinaram favoràvelmente, e no mesmo sentido se manifestou o Sr. Castro Azevedo, designado relator. Os pareceres foram aprovados, autorizando-se a inscrição do I. A. A. como sócio contribuinte do Aéro-Clube do Brasil.

EXPLORAÇÃO DA BETERRABA NO CHILE

O jornal chileno "La Hora" informava em 26 de março último, que se cogita de instalar na Província de Cautin, onde se encontram terrenos de boa qualidade, a cultura da beterraba açucareira. Já foram feitos os necessários estudos por técnicos franceses e chilenos. Segundo o mesmo jornal, o plano consiste em criar-se uma firma mista de capitais franceses e chilenos para a exploração da indústria do açúcar de beterraba. Uma firma francesa remeteria para o Chile a maquinaria necessária, a qual representaria 40% dos capitais. O governo chileno subscreveria 25% do capital e o restante ficaria à disposição dos particulares.

A Sociedade de Fomento Agrícola da cidade de Temuco recebeu uma carta, na qual se solicitava fossem indicados os nomes de agricultores dispostos a formar um núcleo inicial de 12 a 15 mil hectares. Um técnico francês era esperado pròximamente, a fim de estabelecer em definitivo a instalação da primeira fábrica.

ACTAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta secção resumos das actas da Comissão Executiva do I.A.A. Na secção "Diversas Notas" damos habitualmente extractos das actas da referida Comissão, contendo, às vezes, na íntegra, pareceres e debates sobre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

15ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 1 DE ABRIL DE 1947

Presentes os Srs. Esperidião Lopes de Farias Júnior, Ernesto Jencarelli, Castro Azevedo, Bartolomeu Lisando, Gil Maranhão, Gustavo Fernandes Lima, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Esperidião Lopes de Farias Júnior.

Pessoal — Resolve-se fazer voltar ao Sr. Xisto Vieira Filho o processo referente à reclamação contra a nomeação do Sr. Tarcisio Soares Palmeira para o cargo de fiscal do I.A.A.

Contadoria — Aprova-se a proposta da Contadoria Geral no sentido do desdobramento da verba "8.033", a fim de ser atendida a compra de uma máquina de escrever para a Delegacia Regional da Paraíba.

Caixa do álcool — A C. E. toma conhecimento do relatório do Inspector Fiscal, Sr. Rubens Viana, focalizando as irregularidades havidas nas vendas de álcool das usinas de Alagoas, determinando sejam as mesmas integralmente apuradas.

Auxílios e donativos — Atendendo a uma comunicação do Sr. Gustavo Fernandes Lima, sobre as inundações na zona canavieira da Paraíba, a C. E. resolve que a Delegacia Regional daquele Estado verifique os danos causados pela inundação, a fim de que o I.A.A. contribua com um auxílio para as populações flageladas.

— O Sr. Presidente manda ler um telegrama do Sr. Álvaro Peixoto, agradecendo em nome da Santa Casa e do Hospital Infantil de Maceió, os donativos feitos pelo I.A.A. a essas instituições.

Abastecimento do Estado do Rio — A C. E. manda que se responda, nos termos da informação da D. C. A. a uma reclamação da Refinaria São Pedro S. A.

Incorporação de quotas — Laura Manso Monteiro de Barros, Minas-Gerais — Deferido.

Conversão de quota — Alberto José Barreto e S. A. Tourinho Agrícola e Industrial, Baía — De acordo com os pareceres, autoriza-se a rectificação da quota a converter.

Inscrição de fábrica e incorporação de quota — José Toledo Cabral, Alagoas — Deferido, nos termos do parecer da Secção Jurídica.

Inscrição de fábrica — Eli Noronha Campos, Minas-Gerais — Autoriza-se a inscrição como productor de rapadura e aguardente.

Cancelamento de inscrição — Benevenuto Alves Fonseca — Sergipe — Deferido.

16ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA, EM 9 DE ABRIL DE 1947

Presentes os Srs. Esperidião Lopes de Farias Júnior, Ernesto Jencarelli, Castro Azevedo, Xisto Vieira Filho, Antônio Correia Meyer, Gil Maranhão, Gustavo Fernandes Lima, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira, Roosevelt C. de Oliveira e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Esperidião Lopes de Farias Júnior.

Nesta sessão foi debatido o problema da exportação de açúcar para o exterior, sendo lido o ofício que o Sr. Presidente dirigiu ao Sr. Ministro da Fazenda.

17ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1947

Presentes os Srs. Esperidião Lopes de Farias Júnior, Ernesto Jencarelli, Castro Azevedo, Xisto Vieira Filho, Antônio Correia Meyer, Gil Maranhão, Gustavo Fernandes Lima, Luís Dias Rollemberg, Moacir Soares Pereira e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Esperidião Lopes de Farias Júnior.

Fornecimento de cana — Antônia Matias de Almeida, contra Artur Pernambuco de Almeida, Pernambuco — Manda-se arquivar.

— Na reclamação de Isabel Crispe contra a Usina Santa Bárbara, São Paulo, a C. E. de acordo com os pareceres, defere o requerimento da reclamante.

— Resolve-se encaminhar à Secção de Assistência à Produção, a consulta da Usina Vassununga sobre a situação do seu fornecedor, Edman Dias.

— Manda-se arquivar o processo de interesse de Carolina Anjeiros Lima, Pernambuco.

Montagem de novas usinas — A C. E. toma conhecimento de um ofício da Secção de Comunicações, enumerando as propostas apresentadas na concorrência para montagem de novas usinas.

Incorporações de quotas — Antônio de Franceschi & Irmão, São Paulo — Autoriza-se a incorporação da quota do engenho ao limite de Usina Costa Pinto.

— Soares da Silva & Irmão, Minas-Gerais — Autoriza-se a incorporação da quota do engenho turbinador ao limite da Usina Paraíso.

— João Bereckmans Dantas, R. G. do Norte — Autoriza-se a incorporação da quota do engenho de Genuino de Sousa Menino ao limite do engenho Olho d'Água.

— Miguel da Costa Nunes, e outros, Alagoas — Autoriza-se a incorporação da quota do engenho dos requerentes ao limite do engenho São Mateus.

— João Gomes de Oliveira, Minas-Gerais — Indeferido.

— Cia. Agrícola Pontenovense, Minas-Gerais — Resconsiderando despacho anterior, manda-se incorporar ao limite da Usina Jatiboca a quota do engenho de Antônio da Silva Gusmão.

Incorporação e transferência de proprietário — José Versiani Gusmão & Irmãos, Minas-Gerais — Deferido.

18ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1947

Presentes os Srs. Esperidião Lopes de Farias Júnior, Ernesto Jencarelli, Castro Azevedo, Xisto Vieira Filho, Antônio Correia Meyer, Bartolomeu Lisandro, Gil Maranhão, Moacir Soares Pereira, Gustavo Fernandes Lima, Luís Dias Rollemberg, Roosevelt C. de Oliveira e João Soares Palmeira.

Presidência do Sr. Esperidião Lopes de Farias Júnior.

Folha suplementar — Aprovada uma proposta do Sr. Presidente, resolve-se enviar à Secção do Pessoal a reclamação de vários funcionários sobre a supressão das folhas suplementares.

Recurso — Aprova-se o parecer do Sr. Ernesto Jencarelli no sentido de que não merece provimento o recurso do funcionário Licurgo Veloso.

Cargo de Perito-Assistente Social — Aprova-se o parecer do Sr. Ernesto Jencarelli, no sentido de que se prossiga na realização do concurso e que se ratifique a decisão da C. E. de 7/3/46, menos na parte que autorizou o preenchimento de duas vagas independente de concurso.

Fundo de Beneficência — De acordo com o parecer do Sr. Xisto Vieira Filho, autoriza-se a abertura de um crédito especial de Cr$ 300.000,00 para o Fundo de Beneficência dos Funcionários do I.A.A.

Exportação — Aprova-se a redacção final da Resolução que regula a exportação de açúcar de usina para o exterior.

Montagem de novas usinas — James Alexandre Grant, Santa Catarina — De acordo com o voto do Sr. Xisto Vieira Filho, resolve-se conceder a quota mínima de 3.000 sacos.

— Companhia Industrial e Agrícola Meia Ponte, Goiás — Concede-se novo prazo de um ano, de acordo com o voto do Sr. Castro Azevedo.

Incorporações de quotas — Virgolino Muniz, Minas-Gerais — Autoriza-se a incorporação ao limite da Usina Monte Alegre.

— Manuel Pelício Bitencourt, Santa Catarina — Autoriza-se a incorporação ao limite da Usina São José.

— José Joaquim de Oliveira Costa, Minas-Gerais — Indeferido.

— José Francisco Diana, Minas-Gerais — Denegado o recurso.

— Francisco Fernandes, Minas Gerais — Manda-se arquivar.

Tecnologia da Fabricação do Álcool

Dr. Baeta Neves

PREÇO. . . . . Cr$ 50,00
PELO CORREIO. . . . . Cr$ 52,00

À venda no Instituto do Açúcar e do Álcool

JULGAMENTOS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A.

PRIMEIRA INSTÂNCIA

Segunda turma

Reclamante — ANTÔNIO AMARO DOS SANTOS.

Reclamada — CIA. USINA DO OUTEIRO S/A — "Usina do Outeiro".

Processo — P. C. 490/45 — Estado do Rio de Janeiro.

Adquirido o fundo agrícola pela Usina, a quota respectiva será rateada entre os demais fornecedores, de acordo com o artigo 77 do Decreto-lei 3.855, de 21/11/941.

A C Ó R D Ã O N.º 3 2 5

Vistos e relatados estes autos em que é Reclamante Antônio Amaro dos Santos, lavrador, residente na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Reclamada a Cia. Usina do Outeiro S/A, "Usina do Outeiro", a 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando o que consta do documento de fls. 22 a 26 dos autos, em que se verifica que a Usina adquiriu do Reclamante o fundo agrícola "Volta do Veado", com as benfeitorias, acessórios e quota de fornecimento, e que a transação foi ajustada entre partes para pôr fim ao litígio:

considerando que a proposta de fls. 52 firma a intenção do Reclamante de modo claro, como, também a da Usina de só efectuar a compra referida por Cr$ 18.000,00, compreendendo tudo inclusive as "questões pendentes";

considerando que essa contra-proposta foi aceita pelo Reclamante, conforme consta da escritura pública a que se refere a certidão aludida — fls. 22 a 26 — tendo ficado declarado pelo Reclamante que em virtude da transação efectuada, "ficava sem nenhum efeito a notificação por ele feita à Cia. do Outeiro, pelo juizo de Direito da 2ª Vara e Cartório do 8.º Ofício, visto como toda a sua quota de fornecimento de cana à "Usina do Outeiro" foi incluida na venda ora realizada;

considerando que o direito à indenização pleiteada decorria dessa notificação de fls. 10 a 19 dos autos, pela qual ficaria a Usina em mora no caso de não receber as canas do fundo agrícola em questão;

considerando que o Reclamante declarou, como consequência da venda feita, de nenhuma valia aquela notificação é claro que, ficaram nulos e inexistentes os seus efeitos e como tal, os direitos decorrentes da mora que ela teve em mira constituir;

considerando que na transação por conseguinte, estão compreendidos esses direitos e que a escritura de fls. 22/26 veio, assim confirmar, o que já havia sido estipulado pelo documento de fls. 52 e que a transação de acordo com o Código Civil em seu artigo 1.030, tem o efeito de coisa julgada, não se rescindido senão por dolo, violência ou erro essencial, quanto à pessoa ou coisa controversa, pelos meios regulares de Direito;

acorda,

em aprovar, por unanimidade, o parecer do Sr. Relator, no sentido de ser arquivado o respectivo expediente, por ter a reclamação perdido o seu objeto, em face do documento de fls. 22 a 26 dos autos — escritura de compra e venda — que põe fim ao litígio, devendo assim ser considerado extinto o respectivo fundo agrícola, distribuindo-se a quota de fornecimento com os demais fornecedores, observado o disposto no artigo 77, do Estatuto da Lavoura Canavieira.

Sala das sessões da 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 5 de março de 1947.

Castro Azevedo — Presidente; **Bartolomeu Lisandro de Albernaz** — Relator; **Roosevelt Crisóstomo de Oliveira.**

Fui presente — **Fernando Oiticica Lins** — Procurador.

(D. O., 20/3/47).

*
* *

Autuada — TANCREDO COSTA & CIA. — "Usina Pumaty".

Autuante — GABRIEL MENDES DA SILVA.

Processo — A.I. 20/42 — Estado de Pernambuco.

Desde que haja no processo elementos pelos quais se possa identificar a procedência do açúcar, não é de se julgar como cometida pela Usina a infração prevista no parágrafo 1º do art. 31 do Decreto-lei 1831, de 4 de dezembro de 1939.

A C Ó R D Ã O N.º 3 3 1

Vistos e relatados estes autos em que é Autuada a firma Tancredo Costo & Cia.., proprietária da "Usina Pumaty", sita no município de Palmares, Estado de Pernambuco, e Autuante o fiscal tributário deste Instituto Gabriel Mendes da Silva, por infração do parágrafo 1º do artigo 31

do Decreto-Lei 1831, de 4/12/39, a 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando admissivel a alegação da Autuada de não ter havido dolo ou má fé de sua parte porque, como afirmou em sua defesa, não só a palavra **Palmares**, como a numeração de **56.304 a 56.373**, caracterizam, facilmente a procedência do açúcar, pois que a única usina em Palmares, cujo nome começa com a letra "P" e termina em "Y", confundivel portanto com a Autuada, é a Usina "Pirangy", e esta possui um limite de produção bem inferior, ou seja 33.216 sacos ;

considerando que a autuada é primária ;

considerando o mais constante do presente auto,

acorda,

por unanimidade, em aprovar o voto do Sr. Relator, no sentido de ser julgado improcedente o auto de infração.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões da 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 5 de março de 1947.

Castro Azevedo — Presidente; **Bartolomeu Lisandro de Albernaz** — Relator; **Roosevelt Crisóstomo de Oliveira.**

Fui presente — **Fernando Oiticica Lins** — Procurador.

(D. O., 22/3/47).

*
* *

Autuada — S/A USINA CORURIPE — "Usina Coruripe".

Autuantes — LAURINDO CARNEIRO LEÃO E OUTROS.

Processo — A.I. 40/43 — Estado de Alagoas.

A alegação de ignorância da lei por parte dos prepostos da firma autuada, não a exime da infração imputada.

A C Ó R D Ã O N.º 3 5 7

Vistos e relatados estes autos em que é Autuada a Sociedade Anônima Usina Coruripe, proprietária da "Usina Coruripe", município de Coruripe, Estado de Alagoas e Autuantes os fiscais deste Instituto Laurindo Carneiro Leão, Permínio de Sousa Leão e José Nazareno de Andrade, por infração dos artigos 38 e 36 e seus parágrafos, combinados com o artigo 60 letra "a" e o 61, todos do Decreto-Lei 1831, de 4/12/1939, a 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando o que dos autos consta e tendo em vista que com a apreensão das notas de remessa se acha provada a infração, não sendo de se aceitar a excusa apresentada pela autuada para o fato de dar saída de açúcar sem nota de remessa ;

acorda,

por unanimidade em aprovar o parecer do Sr. Relator, no sentido de se julgar procedente, em parte, o auto de infração, para o efeito de ser o Autuado condenado ao pagamento da multa de Cr$ 2.000,00, mínimo previsto no § 3.º do art. 36, do Decreto-Lei 1831, de 4/12/39, liberando-se o açúcar apreendido e recorrendo-se "ex-ofício" para instância superior da parte em que se julgou improcedente o auto de infração.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões da 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 5 de março de 1947.

Castro Azevedo — Presidente; **Bartolomeu Lisandro de Albernaz** — Relator; **Roosevelt Crisóstomo de Oliveira.**

Fui presente — **Fernando Oiticica Lins** — Procurador.

(D. O., 24/3/47).

*
* *

Autuado — JOSE' JORGE DE SANTANA.

Autuantes — EVERARDO LINS B. CAVALCANTI E GERALDO DE SALOME' SILVA.

Processo — A.I. 76/43 — Estado da Paraíba.

EMBARAÇO À FISCALIZAÇÃO — Deve ser tal que iniba os fiscais de exercerem suas atribuições e atingirem seus fins.

A C Ó R D Ã O N.º 3 5 8

Vistos e relatados estes autos em que é Autuado José Jorge de Santana, estabelecido no município de Sapé, Estado da Paraíba, e Autuantes os fiscais deste Instituto Everardo Lins Bezerra Cavalcanti e Geraldo de Salomé Silva, por infração do artigo 68 e seu § único, do Decreto-Lei 1831, de 4 de dezembro de 1939, a 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que não ficou caracterizada a infração, nem há no processo referência aos fatos que a constituiriam ;

considerando que do próprio termo de apreensão de fls. 2, consta que a verificação da escrita foi feita e concluida, tendo a fiscalização examinado todos os livros, assentamentos e talões em poder do autuado e dos quais veio apreender os que julgara convenientes ;

considerando que o embaraço à fiscalização, deve ser tal que iniba os fiscais de exercerem sua atribuição e atingirem os seus fins, para constituir a infração a que se refere o artigo 152 do Regulamento do Imposto de Consumo, visto como é passível da acção penal, além da pena pecuniária imposta as demais infrações daquele Regulamento ;

considerando que no caso dos autos não houve precisamente esse embaraço, tanto que a verificação da escrita do autuado se efectivou, de forma ampla e completa ;

considerando que, nem ao menos se deu a simples sonegação de livros fiscais a exame, que é a hipótese do artigo 68 do Decreto-lei 1831, de 4/12/1939 ;

acorda,

por unanimidade em aprovar o parecer do Sr. Relator, no sentido de ser o auto de infração julgado improcedente, recorrendo-se "ex-ofício" para instância superior.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões da 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 5 de março de 1947.

Castro Azevedo — Presidente; **Bartolomeu Lisandro de Albernaz** — Relator; **Roosevelt Crisóstomo de Oliveira.**

Fui presente — **Fernando Oiticica .Lins** — Procurador.

(D. O., 25/3/47).

*
* *

Autuada — PINTO & CIA — "Usina Itapetinguí".

Autuante — GERMANO DE MOURA MAGALHÃES.

Processo — A.I. 222/42 — Estado da Baía.

NOTA DE REMESSSA — E' de se julgar procedente o auto de infração quando o próprio autuado confessa a infração.

A C Ó R D Ã O N.º 3 5 9

Vistos e relatados estes autos em que é Autuada a firma Pinto & Cia., "Usina Itapetinguí", sito em Salvador, Estado da Baía, e Autuante o fiscal tributário deste Instituto Germano de Moura Magalhães, por infração dos artigos 67, § 1.º, do Decreto 22.981, de 25/7/39, artigo 11, do Decreto 23.664, de 29 de dezembro de 1933 e artigo 38 combinado com o § 3.º do artigo 36 do Decreto-Lei 1831, de 4 de dezembro de 1939, a 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que a infração está provada pelos próprios termos da defesa da Usina, que confessa não haver emitido a segunda nota de remessa, exigida pelos artigos 37 e 38 do Decreto-Lei 1831, de 4//1939 ;

considerando o mais que dos autos consta, e, mais, que não foi a Usina condenada anteriormente por contravenção idêntica ;

acorda,

em aprovar por unanimidade o voto do Sr. Relator, no sentido de ser julgado procedente o auto de infração para o efeito de ser aplicada a multa de Cr$ 2.000,00, grau mínimo do artigo 38 do Decreto-Lei 1831, de 4/12/39, liberando-se o açúcar apreendido, por não ser caso de apreensão.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões da 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 5 de março de 1947.

Castro Azevedo — Presidente; **Bartolomeu Lisandro de Albernaz** — Relator; **Roosevelt Crisóstomo de Oliveira.**

Fui presente — **Fernando Oiticica .Lins** — Procurador.

(D. O., 31/3/47).

*
* *

Autuado — JOÃO JUNQUEIRA FRANCO — "Usina Lambarí".

Autuantes — STÉLIO DE LIMA PENANTE E DÉLCIO DE BARROS.

Processo — A.I. 140/42 — Estado de São Paulo.

Provada e confessada a materialidada da infração arguida, é procedente o auto de infração.

A C Ó R D Ã O N.º 3 6 0

Vistos e relatados estes autos em que é Autuado João Junqueira Franco, proprietário da "Usina "Lambarí", sita no município de Bebedouro, Estado de São Paulo, e Autuantes Stélio de Lima Penante e Délcio de Barros, Inspector e Fiscal deste Instituto, por infração dos artigos: 11 do

Decreto-Lei 23.664, de 29/12/33 e 10 do Decreto-Lei 22.789, de 1/6/33, combinado com o art. 67, parágrafos 2.º e 3.º do Regulamento anexo ao Decreto-Lei 22.981, de 25/7/33, arts. 2, 7, 8 e 36, parágrafo 3.º, combinado com o art. 61 e parágrafos, do Decreto-Lei 1.831, de 4/12/39, a 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que a materialidade da infração está devidamente provada no processo ;

considerando que a própria autuada confirma as infrações cometidas ;

considerando que a autuada deu saída nas safras de 1938 e 1939 a **1 623** sacos de açúcar, sem o pagamento da respectiva taxa de defesa ;

considerando que na espécie não se pode considerar a autuada reincidente no que tange as infrações cometidas e confessadas nas safras acima referidas ;

considerando que a autuada na safra de 1940, deu saída a **1.145** sacos de açúcar, dentro do respectivo limite, sem o pagamento da taxa de defesa, sendo de se considerar a autuada em relação a esta infração reincidente à vista das informações de fls. 18 e 19 ;

considerando que o açúcar produzido pela autuada e dado a consumo na safra de 1940, além do respectivo limite de produção e da liberação referida na informação de fls. 24, não pode deixar de ser considerado clandestino na forma da legislação em vigor ;

considerando finalmente que em face da prova dos autos e dos termos claros e precisos da legislação em vigor, não há como eximir a autuada da responsabilidade pelas infrações cometidas,

acorda,

em julgar procedente, por unanimidade, o auto de infração para o efeito de ser a autuada condenada ao pagamento da importância de Cr$ 36.838,30, correspondente, respectivamente ao pagamento em dôbro da taxa de defesa sobre **1.627** sacos de açúcar dados ao consumo na safra de 1938 e 1939, a Cr$ 10,00 por saco, sobre um total de **1.145** sacos, dados ao consumo, dentro do limite da Usina, sem o pagamento respectivo, na safre de 1940, tudo de acordo com o que prescrevem os artigos 10 do Decreto 22. 789, de 1/6/33, 11 do Decreto n..º 23.664, de 29/12/33, combinado com o artigo 67 e seus parágrafos do Regulamento aprovado pelo Decreto 22.981, de 25/7/33 e artigo 60 letra "a", combinado com o artigo 61 e seus parágrafos, do Decreto-Lei 1831, de 4 de dezembro de 1939.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões da 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 5 de março de 1947.

Castro Azevedo — Presidente; **Bartolomeu Lisandro de Albernaz** — Relator; **Roosevelt Crisóstomo de Oliveira.**

Fui presente — **Fernando Oiticica Lins** — Procurador.

(D. O.,5/4/47).

*
* *

Autuada — CIA. USINAS SÃO JOÃO E SANTA HELENA S/A.

Autuantes — LAURINDO CARNEIRO LEÃO E OUTROS.

Processo — A.I. 214/42 — Estado da Paraíba.

AÇÚCAR CLANDESTINO — E' de ser julgado procedente o auto de infração quando provada a clandestinidade do açúcar apreendido.

A C Ó R D Ã O N.º 3 6 2

Vistos e relatados estes autos em que é Autuada a Cia. Usinas São João e Santa Helena S/A, proprietária da Usina São João, situada em Santa Rita, Estado da Paraíba, e Autuantes os fiscais Laurindo Carneiro Leão e outros, por infração dos artigos 36, §§ 1º e 2º, 8º, § 2º, combinado com o art. 60, letra "a", do Decreto-lei nº 1831, de 4/12/39, a 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que a Usina São João teve na safra 41/42 a sua produção autorizada em 101.598 sacos e que fabricou 141.957 sacos ;

considerando que a Autuada pagou a taxa de defesa sobre o total fabricado e registrado ;

considerando que os 645 sacos de açúcar apreendidos devem ser considerados clandestinos, pois se referem à produção extra-limite, cuja existência não foi comunicada ao I.A.A. ;

considerando que o açúcar apreendido, se achava desacompanhado das respectivas notas de remessa, o que constitui infração ao parágrafo 3º do art. 36, do Decreto-Lei 1831, de 4 de dezembro de 1939 ;

considerando que havendo concorrência de penas, deve prevalecer a mais grave,

acorda,

por unanimidade, em julgar procedente o auto de infração, para o efeito de ser a firma autuada condenada à perda dos 645 sacos de açúcar apreendidos, nos termos

da letra "a", do art. 60 do Decreto-lei. 1831, de 4 de dezembro de 1939, notificando-se a Autuada nos termos da lei.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões da 2ª Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 26 de março de 1947.

Castro Azevedo — Presidente; **Roosevelt Crisóstomo de Oliveira** — Relator; — **Bartolomeu Lisando de Albernaz.**

Fui presente — **Fernando Oiticica .Lins** — Procurador.

(D. O., 10/4/1947).

SEGUNDA INSTÂNCIA

Autuado e recorrente — RODOLFO HELL.

Recorrida — 1ª TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A.I. 38/44 — Estado de São Paulo.

MONTAGEM DE TURBINA — Presunção de instalação anteriormente aos decretos proibitivos. Insubsistência do auto.

A C Ó R D Ã O N.º 1 3 6

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso em que é recorrente Rodolfo Hell, proprietário de engenho em Cuiabá, no município de Presidente Wenceslau, Estado de São Paulo, e recorrida a 1ª Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que a fábrica vem funcionando desde 1934 ;

considerando que a fábrica se acha situada no interior de São Paulo, e em local muito afastado dos centros produtores açucareiros e de difícil acesso ;

considerando que existe prova nos autos de que a turbina, em lide, se acha instalada pelo menos desde 1937, e que tem capacidade para 6 sacos de açúcar diários ;

considerando que o engenho está registrado com uma quota anual de 50 sacos de açúcar ;

acorda,

por maioria, em dar provimento ao recurso para o efeito de ser, por equidade, considerado insubsistênte o auto e inscrita a fábrica como engenho turbinador, com o limite de 200 sacos.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 5 de março de 1947.

Esperidião Lopes de Farias Júnior — Presidente; **Roosevelt Crisóstomo de Oliveira** — Relator.

Fui presente — **Fernando Oiticica Lins** — Procurador Geral.

(D. O., 13/3/1947).

*
* *

Autuado — DEMÓCRITO VANDERLEI SARMENTO — "Usina Santana".

Recorrente "ex-ofício" — 1ª TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A.I. 59/42 — Estado de Alagoas.

NOTA DE REMESSA — Extraída a nota de remessa, que só por um lapso deixou de acompanhar a mercadoria, e reconhecidos os bons antecedentes fiscais do autuado, é de ser confirmada a decisão de primeira instância que, por tais fundamentos, julgou improcedente o auto de infração.

A C Ó R D Ã O N.º 1 3 9

Vistos e relatados estes autos de recurso "ex-ofício", em que é autuado Demócrito Vanderlei Sarmento, proprietário da "Usina Santana", situada no município de Porto Calvo, Estado de Alagoas, e recorrente a 1ª Turma de Julgamento, por infração dos arts. 36, parágrafo 3.º, e 60, letra "b", do Decreto-Lei n.º 1831, de 4 de dezembro de 1939, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que consta dos autos haver sido extraída a nota de remessa, todavia deixando, por um lapso de preposto do autuado, de acompanhar a mercadoria, o que motivou a lavratura do auto ;

considerando que a finalidade da nota de remessa é, sobretudo, controlar o pagamento da taxa de defesa e esta, na hipótese, não foi sonegada ;

considerando que se cogita, assim, de simples inobservância de uma formalidade, então irrelevante ;

considerando que os próprios autuantes reconhecem os bons antecedentes fiscais do autuado ;

considerando tudo mais que dos autos consta,

acorda,

por unanimidade, pelo não provimento do recurso "ex-ofício", mantida a decisão de primeira instância, que julgou improcedente o auto de fls.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 12 de março de 1947.

Esperidião Lopes de Farias Júnior — Presidente; **Ernesto Jencarelli** — Relator.

Fui presente — **F. da Rosa Oitiicca** — Procurador Geral.

(D. O., 9/4/47).

*
* *

Autuado — ANTÔNIO LOPES DA FONSECA LIMA — "Usina Regália".

Recorrente "ex-ofício" — 1ª TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A.I. 57/45 — Estado de Pernambuco.

PRAZO DO ART. 15 DO DECRETO-LEI 6969, de 19/10/44 — E' de se confirmar a decisão de primeira instância que julgou insubsistente o auto de infração, por tratar-se de execução de lei recente, cujo texto suscita dúvidas na sua interpretação.

A C Ó R D Ã O N.º 1 4 0

Vistos e relatados estes autos de recurso "ex-ofício", em que é autuado Antônio Lopes da Fonseca Lima, proprietário da "Usina Regalia", situada no município de Barreiros, Estado de Pernambuco e recorrente a 1ª Turma de Julgamento, por infração do art. 15 do Decreto-Lei 6969, de 19/10/44, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que o art. 15 do Decreto-Lei 6969, de 19 de outubro de 1944, não consignou, claramente, quando se deveria iniciar o prazo estipulado para o cumprimento da obrigação nele prevista, sendo de presumir, assim, que surgissem dúvidas em sua interpretação, tanto mais que se tratava de execução de lei de recente promulgação;

considerando que o autuado cumpriu a obrigação de que cogita o citado dispositivo legal e só depois de fazê-lo é que foi lavrado o auto de infração;

considerando que não houve, pois, intuito de desrespeitar a lei, mas apenas atraso no cumprimento da obrigação por ela imposta e êsse atrazo pode perfeitamente ter resultado de má interpretação do dispositivo legal em referência;

considerando o mais que dos autos consta,

acorda,

por unanimidade, pelo não provimento do recurso "ex-ofício", mantida a decisão de primeira instância que julgou insubsistente o auto de infração de fls.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Sala das sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos 12 de março de 1947.

Esperidião Lopes de Farias Júnior — Presidente; **Ernesto Jencarelli** — Relator.

Fui presente — **F. da Rosa Oiticica** — Procurador Geral.

(D. O., 9/4/47).

O ACORDO INTERNACIONAL SOBRE O AÇÚCAR

WASHINGTON — Segundo telegrama, o Senado ratificou o tratado prorrogando até 31 de agosto do ano em curso, o Acordo Internacinal regulando a produção e a distribuição do açúcar.

Esse acordo, datado de 6 de maio de 1937, foi assinado pelos Estados-Unidos e 17 outros países, entre os quais a França, a Grã-Bretanha, a Bélgica, o Brasil, Cuba, a República Dominicana, o Peru e Haiti, a Checoslováquia, a Irlanda, a Holanda, as Filipinas, a Polônia, Portugal e a U. R. S. S.

"Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira"

2.ª EDIÇÃO

Barbosa Lima Sobrinho

Preço. . . . . Cr$ 12,00
Pelo Correio. . . . . Cr$ 13,00

À venda nas Livrarias

ACTOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool despachou os seguintes processos :

ESTADO DE ALAGOAS :

3.603/41 — Antônio Cardoso de Farias — Rio Largo — Conversão de quota à Usina Urúba — Mandado arquivar, em 27/3/47.

3.131/42 — João Lopes Ferreira — São Luís do Quitunde — Incorporação de quota a Climério Vanderlei Sarmento — Mandado arquivar, em 27/3/47.

45.492/44 — Climério Vanderlei Sarmento — São Luís do Quitunde — Notificação (artigo 15 do Decreto-Lei 6.969) — Mandado arquivar, em 11/4/47.

45.482/44 — Usina Alegria de Açúcar e Álcool S/A — Muricí — Notificação (artigo 15 do Decreto-Lei 6.969) — Mandado arquivar em 11/4/47.

45.485/44 — Manuel Rodrigues Leite e Oiticica (Herdeiros) — Maceió — Notificação (artigo 15 do Decreto-Lei 6.969) — Mandado arquivar, em 11/4/47.

45.488/44 — Demócrito Vanderlei Sarmento — Porto Calvo — Notificação (artigo 15 do Decreto-Lei 6.969) — Mandado arquivar, em 11/4/47.

2.343/42 — Júlia Lins de Mendonça — Camaragibe — solicita informar se pode fornecer canas da safra 42/43 às Usinas, substituindo sua quota de produção nas safras futuras. Restaurada a quota de 1925 sacos e indeferido o pedido de aumento de 20%. Em 11/4/47.

521/37 — Francisca Gomes de Sousa — Camaragibe — Inscrição de alambique — Mandado arquivar, em 19/4/47.

8.239/47 — José Duran Lopes — Manguaba — Transferencia de engenho para Arnaldo Vieira Maciel e remoção do mesmo — Deferido, em 25/4/47.

8.556/47 — Amaro Alexandre — São Luís do Quitunde — Emprestimo de Cr$ 200.000,00 — Indeferido, em 25/4/47.

4.630/43 — Afranio Salgado Lages — Pilar — Majoração de 20% de sua quota — Deferido, em 8/5/47.

10.037/45 — José Rodrigues Lima — Maceió — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 8/5/47.

4.663/43 — José Faustino Costa — Passo de Camaragibe — Pede moer suas canas e dos seus lavradores e fornecedores na Usina Camaragibe na safra de 43/44 — Mandado arquivar, em 28/4/47.

9.729/47 — José Pessoa de Queiroz — Porto Calvo — Fabricação de melaço — Mandado arquivar, em 28/4/47.

2.199/39 — Antônio Buarque Sampaio — Maragogí — Inscrição de engenho de açúcar e fixação de limite — Mandado arquivar, em 28/4/47.

500/42 — Joaquim Carvalho — Maragogí — Comunica estar fornecendo canas à Usina Central Barreiros — Mandado arquivar, em 28/4/47.

3.680/42 — Demócrito Vanderlei Sarmento — Porto Calvo — Aprovação de contrato-tipo — Mandado arquivar, em 28/4/47.

2.571/43 — Joaquim Sotero de Araujo — Capela — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 28/4/47.

1.630/38 — Artur Pereira de Morais — Pilar — Isenção de taxa — Indeferido, em 2/5/47.

3.938/39 — Luís Gomes da Silva Rego — Camaragibe — Transferência de engenho para Leocádio Nogueira Neto — Mandado arquivar, em 2/5/47.

ESTADO DA BAÍA :

5.488/41 — Raul de Sousa Leão — Paramirim — Transferência de engenho de rapadura para Rodolfo Florentino de Sousa Leão — Deferido, em 14/4/47.

8.886/47 — Manuel Teixeira de Carvalho — São Sebastião — Pedido de certidão de inscrição da Usina Santa Elisa — Deferido, em 10/4/47.

2.540/47 — Emiliano José Alves — Santa Maria da Vitoria — Transferência de engenho para José Francisco de Oliveira e modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 28/4/47.

3.841/42 — Antônio Alves de Sousa — Esplanada — Transferência de engenho para Domingos Simões Brito — Deferido, em 19/4/47.

4.082/42 — Eduardo Caetano dos Reis — Irecê — Rectificação de nome da inscrição — Indeferido, em 25/4/47.

4.978/47 — Francisco José dos Santos — Santo Antônio de Jesus — Transferência de engenho para Antônio Bispo do Sacramento e outros — Deferido, em 25/4/47.

8.676/47 — Maria Francisca dos Prazeres — São Filipe — Transferência de engenho para Antônio José Sales e modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 19/4/47.

ESTADO DO CEARÁ :

L. R. 1.288/40 — Joaquim José de Azevedo — Senador Pompeu — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

L. R. 1.257/40 — Wicar Parente de Paula Pessoa — Quixeramobim — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

L. R. 1.400/40 — Antônio Ângelo de Melo — Baixío — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.633/40 — Antônio Moreira da Silveira (Herdeiros) — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

504/41 — Vicente Ponciano Lopes — Campo Grande — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

510/41 — Francisco Ribeiro do Carmo — Campo Grande — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

431/41 — Bartolomeu Ferreira de Oliveira — São Benedito — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

254/41 — José Santiago de Araujo — Afonso Pena — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

412/41 — Ana Maria da Costa — Campo Grande — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

208/41 — Marcelino Leite de Araujo Lima — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

623/41 — Teresa Albuquerque Sousa — Itapipóca — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

621/41 — Antônio Henrique de Azevedo — Itapipóca — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

613/41 — Francisco Braga Veras — Itapipóca — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

612/41 — Francisco Bastos de Mesquita — Itapipóca — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

604/41 — Sales Pinheiro — Aruburetama — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

609/41 — Pedro Paes de Lima — Itapipóca — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

540/41 — Vicente Nobre de Sousa — Campo Grande — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

539/41 — Rosendo de Assís Brito — Campo Grande — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

699/41 — Raimundo Ximenes Aragão — Uruburetama — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

698/41 — Francisco Araujo Chaves, sucessor de Francisco Joaquim dos Santos — Uruburetama — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 15/4/47.

695/41 — Filomena de Moura Chaves — Itapipóca — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

725/41 — Raimundo Teófilo de Castro — Itapipóca — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

3.417/41 — Francisco Rufino Barroso — São Gonçalo — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

521/41 — Maria Libania Marinho — Campo Grande — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

199/42 — Francisco Filgueiras Sampaio — Brejo Santo — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.535/40 — Joaquim Alves Pereira — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.744/40 — José Ribeiro Crispim — Baixío — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.533/40 — Joaquim Alves Pereira — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.531/40 — Pergentino Martins de Morais — Mauriti — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.530/40 — Pio de Norões Moreira — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.752/40 — Antônio Saraiva dos Santos — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.731/40 — Miguel Alexandre Gonçalves — Baixío — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.654/40 — José Tavares Oliveira — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.650/40 — Juvêncio Barreto — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14//547.

5.016/40 — Saturnino Felix de Sousa — Tianguá — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

5.007/40 — Francisco Torquato de Sousa — São Benedito — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

5.004/40 — João Marcos de Sousa — São Benedito — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.978/40 — Benedito Gonçalves de Melo — São Benedito — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.963/40 — Manuel Melo do Amaral — São Benedito — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.795/40 — Luís Alves de Araújo — Lavras — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.760/40 — João Fechine de Melo — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.640/40 — Fenelon Lima e Ralfe Colares Cavalcante — Iguatú — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.634/40 — Antônio Lima Nascimento — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.629/40 — Joaquim Miranda Campos — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.549/40 — Joaquim Leite Teixeira — Lavras — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.547/40 — Raimundo Velinho (Viúva) — Lavras — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.543/40 — José de Sousa Melo — Lavras — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

443/40 — Zacarías Gonçalves da Silva — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.696/40 — Amancio de Lacerda Leite — Lavras — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.691/40 — José Leite Gonçalves — Lavras — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.684/40 — Afonso José de Araujo — Lavras — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.683/40 — Luís Filípe Machado — Lavras — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.664/40 — Justino Alves Feitosa — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.663/40 — Antônio Oliveira Torres — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.653/40 — José Raimundo Gonçalves — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.652/40 — José Leite Furtado — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.975/40 — Antônio José de Negreiros — Ibiapina — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.973/40 — Amancio Gonçalves Santiago — Campo Grande — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.964/40 — Simão José Gonçalves — São Benedito — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.767/40 — Joaquim Pereira Filho — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.763/40 — Roseo Ageu Araruna — Milagres — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.757/40 — José Faustino Pimenta — Maurití — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.749/40 — José Pereira Filgueiras e outros — Lavras — Aumento de quota de repadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.745/40 — José Felix de Morais — Baixío — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.727/40 — José Ferreira de Sousa — Baixío — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.709/40 — Joaquim Lobo de Macedo (Herdeiros) — Lavras — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

4.700/40 — Antônio Alexandre Gonçalves — Baixío — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

520/41 — Raimundo Magalhães de Negreiros — Campo Grande — Aumento de quota de rapadura — Mandado arquivar, em 14/5/47.

ESTADO DO ESPÍRITO-SANTO:

9.785/47 — José Cardoso Boechat — Alegre — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 25/4/47.

38.483/44 — Governo do Estado do Espírito-Santo — Cachoeiro do Itapemirim — Transferência da Usina Paineiras para Usina Paneiiras S/A — Deferido, em 16/4/47.

7.756/35 — Horacio José Drumond — Alegre — Inscrição de engenho de açúcar — Deferido, em 8/5/47.

24.688/45 — Gumercindo Rozindo — Itapemirim — Reclamação de colono contra Usina Paineiras S/A — Mandado arquivar, em 16/4/47.

1.190/43 — Antenôr Valadão Flores — Siqueira Campos — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

2.628/39 — José Nunes de Morais — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.636/39 — Manuel Liparezi — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.639/39 — Gildo Liparezi — Guaçuí (ex-Siqueira Campos — Inuscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.665/39 — Sebastião Moreira de Aguiar — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.694/39 — Adílio Lino da Silveira — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Deferido, em 28/4/47.

2.692/39 — José Gomes da Cunha — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

1.671/39 — José Vitorino de Oliveira — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.548/39 — Joaquim Ildebrando de Carvalho Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.621/39 — José Teixeira do Nascimento — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.623/39 — Luís Tomé — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.674/39 — Firmiano Francisco de Paula — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.675/39 — Firmino Joaquim Antônio — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.678/39 — Rosendo Bastos de Oliveira — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.682/39 — Américo Gonçalves de Aguiar — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.686/39 — Antônio Alberto da Silva — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

2.688/39 — João Custódio da Cruz — Guaçuí (ex-Siqueira Campos) — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 28/4/47.

ESTADO DE GOIÁS:

4.152/42 — Jerônimo José Cabral — Rio Verde — Transferência de engenho de açúcar para Agostinho Ferreira Cabral — Deferido, em 27/3/47.

4.069/42 — Joaquim de Sousa Bastos — Campo Formoso — Transferência de engenho para João de Sousa Bastos — Deferido, em 27/3/47.

3.354/38 — Ana Carvalho de Santana — Porto Nacional — Pede isenção de impostos s/as últimas safras — Deferido, em 27/3/47.

2.548/40 — João Lopes da Silva — Goiania — Transferência de engenho de José Rodrigues Chaves (Espólio) — Deferido, em 27/3/47.

1.272/43 — Teodolina Esteves Rodrigues — Bela Vista — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

1.086/43 — João Francisco de Sá — Jaraguá — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

1.085/43 — Ana Francisca de Oliveira — Jaraguá — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

814/43 — Ildefonso Ludovico de Almeida — Corumbá — Transferência de engenho para Anísio Ludovico de Almeida — Deferido, em 25/4/47.

1.715/43 — Argeu Duarte — Corumbaiba — Transferência de engenho para Antenor da Costa Freitas — Deferido, em 25/4/47.

1.275/43 — Firmino Carmo Carvalho — Bela Vista — Transferência de engenho para Moacir Araujo Canêdo — Deferido, em 25/4/47.

596/43 — João Silvestre—Corumbaiba—Transferência de engenho para Joaquim Manoel do Patrocinio — Deferido, em 25/4/47.

1.393/43 — Jerônimo Bernardino Barbosa — Goiania — Transferência de engenho para Geraldo José Lourenço — Deferido, em 16/4/47.

1.862/43 — Serafim Leão Carneiro — Rio Verde — Transferência de engenho para José Pereira de Toledo, e remoção — Deferido, em 16/4/47.

5.141/42 — Ana Teodora de Jesus — Corumbaiba — Transferência de engenho para Fileto Araújo de Mendonça — Deferido, em 16/4/47.

2.652/35 — Antônio Severino de Mendonça — Morrinhos — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 2/5/47.

1.435/36 — Francisco Alves da Silva — Morrinhos — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 2/5/47.

2.764/35 — Manuel Candido Ribeiro — Morrinhos — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 2/5/47.

3.571/39 — Sebastião Vieira de Carvalho — Goiatuba — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 30/4/47.

1.840/35 — Galdino Antônio de Sousa — Morrinhos — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 30/4/47.

11.942/35 — Ataliba Raimundo Telles — Morrinhos — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 30/4/47.

3.439/41 — Vicente Pereira Alves — Sta Luzia — Inscrição de engenho — Deferido, em 2/5/47.

2.234/35 — Luís Antônio Camilo — Morrinhos —Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 30/4/47.

2.069/35 — Joaquim José Marques — Morrinhos — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 30/4/47.

2.058/35 — Joaquim José de Oliveira — Morrinhos — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 30/4/47.

2.057/35 — João Coelho de Oliveira — Morrinhos — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 30/4/47.

2.052/35 — Honório Marques Ferreira — Morrinhos — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 30/4/47.

2.026/35 — Candida Claudina de Jesus — Morrinhos — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 30/4/47.

2.051/35 — Eliseu Venancio de Barros — Morrinhos — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 30/4/47.

2.055/38 — Brasil Cipriano Gomes — Pirenópolis — Transferência de engenho de Benedito Cipriano Gomes — Mandado arquivar, em 2/5/47.

4.066/39 — Carolina Maria Vieira (Viúva de Francisco Luís Ferreira) — Campo Formoso — Reconsideração do despacho de baixa de inscrição e transferência para Antônio Martins dos Santos — Mandado arquivar, em 2/5/47.

260/40 — Diolindo Soares da Costa (Herdeiros) — Campo Formoso — Transferência de engenho para Miguel Gonçalves França — Mandado arquivar em 28/4/47.

379/43 — Teodoro Severino Gonçalves — Goiania — Transferência de engenho para João José Pereira — Deferido, em 28/4/47.

815/43 — Jacinto Cipriano Gomes — Pirenópolis — Transferência de engenho para Joaquim Pereira Pinto — Deferido, em 28/4/47.

817/43 — Joaquim Vale Curado ou Luís Augusto Curado — Pirenópolis — Transferência de engenho para Sebastião Pereira de Siqueira — Deferido, em 28/4/47.

5.492/41 — Belchior José de Morais — Pirenópolis — Transferência de engenho para Liberalino de Oliveira — Deferido, em 28/4/47.

1.863/40 — João Pireira de Sousa — Santa Rita do Paranaiba — Registro de engenho e transferência para Abilio José Teixeira — Deferido, em 5/5/47.

2.706/39 — José Luís Cintra — Pirenópolis — Transferência de engenho de Olimpio Messias Rosa — Deferido, em 8/5/47.

1.340/43 — Zoroastro Artrogo — Goiania — Inscrição de engenho de açúcar e rapadura — Deferida a inscrição de açúcar com quota mínima, e autorizada a fabricação de rapadura, em 8/5/47.

ESTADO DO MARANHÃO :

41.890/44 — Chames Aboud & Cia. — Pedreiras — Transferência de engenho para Luís Gomes de Oliveira — Deferido, em 20/4/47.

ESTADO DE MATO-GROSSO :

3.382/43 — Generoso Antônio — Rosário Oeste — Transferência de engenho para Honorato Pires de Miranda — Mandado arquivar, em 30/4/47.

ESTADO DE MINAS-GERAIS :

45.364/44 — Mário de Magalhães Queiroz — Carangola — Restituição de Cr$ 3.779,40, referente à taxa de aguardente — Indeferido, em 9/4/47.

8.946/47 — Antônio Manoel da Cruz — Baependi — Registro de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

8.947/47 — Pedro Francisco de Lima — Baependi — Registro de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

8.948/47 — Joaquim Nunes do Nascimento — Baependi — Registro de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

8.949/47 — Ramiro Prudente de Carvalho — Baependi — Registro de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

8.933/47 — Pedro Bernardes da Silva — Baependi — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

8.936/47 — Antônio Basilio de Sousa — Baependi — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 16/4/47.

8.935/47 — José Francisco Rodrigues — Baependi — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

8.937/47 — Valdomiro Alves Ribeiro — Baependi — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

8.939/47 — José de Lourdes Andrade — Antônio Dias — Transferência de engenho rapadureiro para Geraldo Tomaz de Carvalho — Deferido, em 16/4/47.

8.940/47 — Pedro Fernandes de Sousa Neto — Baependi — Registro de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

8.941/47 — José Fernandes de Sousa — Baependi — Registro de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

8.943/47 — Isaias Antônio de Castro — Baependi — Registro de engenho rapadureiro — Deferido. em 16/4/47.

8.944/47 — José Coelho de Menezes — Baependi — Registro de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

32.574/46 — Angelina Rodrigues de Oliveira — Guanhães — Transferência de engenho para Alcides Luís da Silva — Deferido, em 11/4/47.

28.716/46 — Antônio Pedro Fernandes — Silvianópolis — Devolução de Cr$ 5.445,00 taxa sobre aguardente — Indeferido, em 9/4/47.

22.801/45 — Marcondes de Sousa Faria — Dores do Indaiá — Restituição de taxa sobre aguardente — Autorizada a devolução de Cr$ 6.608,40, em 9/4/47.

4.267/42 — Joaquim da Silva Ramalho — Mar de Espanha — Transferência de engenho para Antônio Cazarim — Deferido, em 27/3/47.

3.005/42 — Jeconias Lot — Guanhães — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Mandado arquivar, em 27/3/47.

626/47 — Espir Nicolau Bichuete & Cia. — Uberaba — Comunica instalação de vácuo em sua fábrica que será para oportuna exploração pela firma "Usina Açucareira São João Ltda." — Indeferido em 23/3/47.

3.872/42 — Augusto Rodrigues da Silva — Uberaba — Transferência de engenho de açúcar para Aguiar Moreira — Deferido, em 27/3/47.

3.427/41 — Laudelino Barbosa — Mar de Espanha — Transferência do engenho de Antônio Xavier de Gouveia — Deferido, em 27/3/47.

643/43 — José Alves Rodrigues — Perdões — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

1.293/43 — José Medina da Silveira — João Rezende ou Mendonça (Herdeiros) — Leopoldina — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar em 19/4/47.

501/43 — Anibal José Machado — Guará — Montagem de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

399/43 — Sebastião de Sousa e Silva — Minas-Gerais — Baixa de inscrição de engenho de Sebastiço Rodrigues dos Santos — Mandado arquivar, em 19/4/47.

627/43 — Pedro Dutra de Carvalho Filho — Herval — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

1.311/38 — Francisco Tranquilo — São Sebastião do Paraiso — Transferência de engenho de Olimpio José da Costa (Herdeiros) — Mandado arquivar por cessão de direitos a Durval Teodoro de Campos, que deve requerer averbação da transferência, em 16/4/47.

5.111/41 — Ulisses José Mingote — Dordesburgo — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 19/4/47.

411/43 — Antônio Rodrigues Teixeira — Viçosa — Transferência de engenho para Aristides Ildefonso Bitencourt — Deferido, em 25/4/47.

8.942/47 — Porfirio Silverio Alves — Baependi — Registro de engenho rapadureiro — Deferido, em 16/4/47.

4.753/47 — Inácio Alves Chaves e outros (Herdeiros) — Ponte Nova — Transferência de engenho para José Alves Chaves e outros — Deferido em 25/4/47.

1.856/43 — Leonidas de Castro — Ponte Nova — Reclamação de fornecedor de cana contra a Cia. Açucareira Vieira Martins — Mandado arquivar, em 25/4/47.

8.934/47 — Antônio Augusto Mendonça — São João Nepomuceno — Transferência de engenho para José Lopes de Mendonça — Deferido, em 19/4/47.

468/39 — Joaquim B. de Oliveira — Cristina — Transferência de engenho de Francisco Modesto de Oliveira — Mandado arquivar, em 19/4/47.

34.897/45 — Sebastião Lima Gomes — Resplendor — Pede restituição de Cr$ 4.500.00, referente a taxa de aguardente — Indeferido, em 19/4/47.

410/44 — Josué de Paula e Silva — Conceição — Pede restituição da importância paga em excesso na Coletoria de Conceição — Indeferido, em 19/4/47.

32.537/44 — Alcides Joaquim Rodrigues — Nova Rezende — Restituição da diferença para a mais sobre aguardente — Indeferido em 19/4/47.

11.337/45 — Xisto de Carvalho — Conceição de Mato Dentro — Devolução da importância paga a mais referente à taxa de aguardente — Indeferido, em 19/4/47.

8.932/47 — Amelia de Castro Queiroz — Barra Longa — Transferência de engenho de açúcar para Vicente e Geraldo Gomes Queiroz — Deferido, em 19/4/47.

8.945/47 — Silvio de Aquino Almeida & Irmãos — Matias Barbosa — Transferência de engenho para Francisco Jacinto de Oliveira — Deferido, em 18/4/47.

5.668/41 — Job Gonçalves de Sousa — Delfinópolis — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 19/4/47.

1.781/40 — Raimundo Martins do Rêgo — Paraopeba — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 19/4/47.

10.208/46 — Augusto Magalhães Queiroz — Carangola — Transferência de engenho de aguardente para Nelson Hosken — Deferido, em 25/4/47.

19.610/46 — Sebastião Martins de Magalhães — Patos de Minas — Pede devolução de..... Cr$ 2.400,00, taxa de aguardente — Autorizada a devolução de Cr$ 1.500,00, em 17/4/47.

7.237/40 — Francisca Amélia da Conceição — Carangola — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferida a inscrição em nome de Laurentino Machado de Oliveira, em 19/4/47.

45.072/44 — Renato José da Rocha e outros — Januária — Pede restituição de taxa sobre aguardente —Indeferido, em 19/4/47.

45.337/44 — Pedro Ferreira Mafra — Inhapim — Requer restituição de taxa sobre aguardente — Indeferido, em 19/4/47.

48.493/44 — Júlio de Alvarenga Drumond — Ferros — Devolução de taxa sobre aguardente — Indeferido, em 19/4/47.

30.600/44 — Pedro Holanda Montenegro e outros — Januária — Devolução de taxa sobre aguardente — Indeferido, em 24/4/47.

5.534/41 — João dos Santos da Silva — Curvelo — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 19/4/47.

42.507/44 — Olinto Amaro de Sousa — Guanhães — Modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Mandado arquivar, em 25/4/47.

4.844/42 — Antônio Salvador Correia Neto — D. Joaquim — Transferência de engenho para Clodomiro de Figueiredo Bicalho e outros e modificação de inscrição de açúcar para rapadura — Deferido, em 25/4/47.

3.272/41 — Leonardo Saturnino da Silveira — Caratinga — Transferência de engenho de Raimundo Rodrigues Bonfim — Deferido, em 19/4/47.

4.149/42 — João Messias Viana e Irmãos — Cabo Verde — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 14/4/47.

23.827/46 — Manuel José da Silva — Betim — Restituição de taxas — Indeferido, em 19/4/47.

45.366/44 — José Martins Pacheco Filhos — Carangola — Requer restituição de Cr$ 8.590,50, taxa de aguardente — Autorizada a restituição de Cr$ 2.143.20, em 9/4/47.

PC 581/45 — Antônio Vieira Duarte Lana — Ponte Nova — Aumento de quota de fornecimento de cana junto à Usina Ana Florência — Mandado arquivar, em 25/4/47.

191/43 — Manuel Ovidio Ribeiro — Rio Novo — Transferência de engenho para Otávio Rodrigues Nogueira — Deferido, em 25/4/47.

1.559/43 — Porfírio Augusto Saraiva — Rio Branco — Transferência de engenho de rapadura e aguardente para Maria Edwiges Saraiva e outros e permissão para fabricar açúcar. Deferida a transferência; quanto à modificação de inscrição de rapadura para açúcar os interessados devem requerer novamente, em caracter definitivo, em 16/4/47.

417/43 — Pedro Sampaio — Viçosa — Transferência de engenho para Lino Vaz de Lima — Deferido, em 25/4/47.

423/43 — Durval Mendes — São Domingos do Prata — Transferência de engenho para Paulo Rola Perdigão e Valdemar Rola — Deferido, em 25/4/47.

610/38 — Joaquim Antônio Teixeira — Guapé — Transferência de engenho de Delmindo Goulart de Sousa — Deferido, em 19/4/47.

1.145/39 — José Batista Flausino — Baependi — 1º Inscrição de engenho de rapadura; 2.º Transferência para Braulino José da Costa — Deferido, em 19/4/47.

4.623/43 — Domingos Carvalho Drumond e José Nicolato — Ponte Nova — Fornecimento de cana — Mandado arquivar, em 28/4/47.

3.052/42 — Jerson Carvalho de Rezende — Ponte Nova — Reclamação contra a Cia. Açucareira Vieira Martins S/A (Usina Ana Florência) — Mandado arquivar, em 28/4/47.

4.683/42 — Cia. Açucareira Vieira Martins — Ponte Nova — Transferência de quota de fornecimento de cana de João Ormindo de Mendonça para Ester Vieira Martins — Mandado arquivar, em 28/4/47.

4.186/43 — Sebastião Rodrigues da Anunciação — Ponte Nova — Reclamação de fornecedor de cana contra a Usina Ana Florência — Mandado arquivar, em 28/4/47.

185/41 — Olavo Gonçalves Mól e João Gonçalves Mól — Ponte Nova — Reclamação de fornecedores contra a Usina Ana Florência — Mandado arquivar, em 28/4/47.

3.238/35 — Isaltino Moreira — Cataguazes — Inscrição de fábrica — Mandado arquivar, em 2/5/47.

92/39 — João de Almeida Barbosa — Januária — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 30/4/47.

10.351/47 — Sebastião Josefino dos Santos — Curvelo — Montagem de engenho de rapadura — Deferido, em 30/4/47.

5.674/46 — Jair Ladeira — Rio Novo — Solicita seja anexada à sua distilaria uma usina de açúcar — Mandado arquivar, em 2/5/47.

8.485/46 — Antônio Rodrigues Valente — Carangola — Permissão para fabricar aguardente — Deferido, em 29/4/47.

2.800/46 — José Tavares Condé — Barra Longa — Transferência de engenho de açúcar bruto para Álvaro da Costa Tavares e inscrição de engenho de aguardente — Deferido o pedido de transferência e inscrição para aguardente e negada a instalação de turbina, em 28/4/47.

10.352/47 — Osório Antônio Rosa — Nepomuceno — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 30/4/47.

10.353/47 — Domingos Alves Teixeira — Guaraní — Transferência de engenho de rapadura para Manuel Xavier Vieira — Deferido, em 30/4/47.

439/43 — Calixto Vendramini — Uberaba — Substituição de engenho — Mandado arquivar, em 2/5/47.

24.141/46 — Sociedade Agro Pecuária Alvinópolis Ltda. — Alvinópolis — Permissão para instalar aparelho turbinador e concessão de uma

quota de 10.000 sacos de açúcar — Mandado arquivar em 2/5/47.

30.672/46 — Henrique Prado Filho — Paraguaçu — Pedido para montagem de usina com quota de 10.000 sacos — Mandado arquivar, em 2/5/47.

33.367/46 — Comércio e Industria Irmão David Ltda. — Bicas — Pedem autorização para instalar uma usina de açúcar cristal com capacidade para 20.000 sacos por safra, com distilaria para álcool e aguardente, no município de Guarará — Mandado arquivar, em 2/5/47.

34.500/46 — José Batista Martins Guerra — Santa Maria de Itabira — Pede transformar sua fábrica de aguardente em usina de açúcar — Mandado arquivar, em 2/5/47.

45.365/44 — Alvaro Lourenço de Lima — Carangola — Pede restituição de Cr$ 809,70, taxa de aguardente — Indeferido, em 2/5/47.

45.363/44 — Altivo L. S. Tomé — Carangola — Pede restituição de Cr$ 1.478,10, taxa de aguardente — Indeferido, em 2/5/47.

149/37 — Francisco Ribeiro de Macedo — Pedra Branca — Licença para turbinar açúcar — Mandado arquivar, em 2/5/47.

25.030/46 — Manuel Dias de Sousa — Guanhães — Modifificação de inscrição de açúcar para rapadura — Mandado arquivar, em 2/5/47.

10.350/47 — Francisco Pereira de Sousa — Santo Antônio do Monte — Transferência de engenho para Aristides José de Sousa — Deferido, em 30/4/47.

1.200/43 — Bento Ribeiro Cota — Alvinópolis — Transferência de engenho para Joaquim Ribeiro Ferreira de Paiva — Deferido, em 28/4/47.

2.004/40 — Antônio Pereira Dias — Ipanema — Montagem de engenho rapadureiro — Deferido, em 5/5/47.

10.920/47 — Antônio Rodrigues de Oliveira — Nepomuceno — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 8/5/47.

10.919/47 — João Pedroso de Aguiar — Nepomuceno — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 8/5/47.

10.918/47 — Joaquim Brandão Pereira — Nepomuceno — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 8/5/47.

10.917/47 — Nelson Miguel de Sousa — Curvelo — Instalação de fábrica de rapadura — Deferido, em 8/5/47.

10.911/47 — Bolivar de Andrade — Passa Tempo — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 8/5/47.

28.261/46 — Joaquim Agostinho e José Lopes Carvalho — Ponte Nova — Transferência de engenho para José de Macedo e Silva — Deferido, em 8/5/47.

L.R. 778/40 — Pedro Barroso Sampaio — Sabinópolis — Limitação de engenho rapadureiro — Autorizada a transferência para Geralda e Graciola Simões Barroso, em 8/5/47.

2.462/36 — Gustavo Monteiro de Castro — Leopoldina — Redução de limite — Mandado arquivar, em 8/5/47.

12.311/44 — José Mendes — Juiz de Fora — Liberação de aguardente comprada a Joaquim Ladeira Marques — Indeferido, em 8/5/47.

8.116/47 — João Levino Pereira — Ibirací — Transferência de engenho turbinador para Joaquim de Melo Lemos — Deferido, em 13/5/47.

ESTADO DA PARAÍBA:

46.207/44 — Viúva Francisco de Assis & Filhos — Areia — Notificação (artigo 15 do Decreto-Lei 6.969) — Mandado arquivar, em 28/4/47.

ESTADO DO PARANÁ:

924/43 — Deoclides Rocha — Londrina — Permissão para fabricar açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

ESTADO DE PERNAMBUCO:

24.412/45 — Joaquim Francisco da Silva — Rio Formoso — Transferência do contrato de arrendamento para José Bezerra Filho, do engenho "Vicente Campelo" da Cia. Geral de Melhoramentos de Pernambuco — Homologada a transferência, em 16/4/47.

5.770/47 — José Serafim Dias — Jurema — Baixa de inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 19/4/47.

5.775/47 — Júlio Cirílo Bezerra — Panelas — Transferência de engenho para Sebastião Alves Silva — Mandado arquivar, em 19/4/47.

7.246/47 — Henrique da Silveira Rêgo Barros Quipapá — Modificação de inscrição de rapadura para acúcar e aumento de produção — Indeferido, em 27/3/47.

9.724/47 — José Simões de Sousa — Quipapá — Transferência de engenho para Manuel Teixeira dos Santos — Deferido, em 25/4/47.

9.727/47 — Usina Agua Branca S/A — Quipapá — Solicita funcionar seu engenho nos têrmos da Portaria da C. M. E. — Indeferido, em 28/4/47.

9.723/47 — Manuel Gomes da Costa Coelho — Amaragí — Inscrição de engenho pela Portaria da C. M. E. — Indeferido, em 28/4/47.

9.728/47 — José Francisco da Silva — Canhotinho — Transferência de engenho para Otacílio Pereira da Silva — Deferido, em 25/4/47.

9.730/47 — José da Silva Santos — Panelas — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 25/4/47.

9.371/47 — Manuel Clementino da Silva (Espólio) — Gravatá — Transferência de engenho para Manuel Clementino da Silva Viúva e Herdeiros — Deferido, em 25/4/47.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:

6.139/41 — José Joaquim de Oliveira — Canguaretamá — Retificação na produção do seu engenho — Deferido, em 25//447.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:

7.558/47 — Cooperativa Aguardente Estrela Ltda. — Estrela — Requer suspensão da exigência de contador automático em seus engenhos — Mandado arquivar, em 25/4/47.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

12.718/46 — Anfilófio Trindade — Macaé — Registro de refinaria de açúcar — Deferido, em 27/3/47.

4.910/40 — Filipe Barra (Viúva) — Sapucaia — Transferência de engenho de Filipe Barra — Mandado arquivar, em 8/5/47.

917/37 — Maria Inácia da Conceição — Petrópolis — Isenção de impostos — Autorizado o cancelamento da inscrição, em 8/5/47.

7.826/35 — Boaventura José Cardoso — Itaocára — Inscrição de engenho para o fabrico de doce — Deferido, em 25/4/47.

7.820/35 — Gustavo de Sousa — Itaocára — 1.º) Inscrição de engenhode rapadura; 2.º) Desistência do pedido — Mandado arquivar, em 16/4/47.

11.302/43 — Adelino da Silva Magacho — Pádua — Transferência de engenho para Augusto José Vieira — Deferido, em 25/4/47.

8.203/47 — Sindicato Agrícola de Campos — Campos — Restiuição de descontos no preço de cana de fornecedores em virtude de equiparação do preço do açúcar para o Distrito Federal — Deferido, em 16/4/47.

32.499/45 — Laurítes Wissing Cristian Lachmann — Três Rios — Requer restituição da importância de Cr$ 1.650,000 — Indeferido, em 19/4/47.

5.522/42 — Manuel José Rodrigues — Carmo — Transferência de engenho para Agostinho Kropf de Azevedo — Deferido, em 28/4/47.

12.002/46 — Silvio Guaraciába de Almeida — Paraíba do Sul — Solicita informação para montagem de usina de açúcar e possibilidades de financiamento — Mandado arquivar, em 2/5/47.

7.670/46 — Indústria de Bebidas Joaquim Tomás de Aquino Filho S/A — Campos — Solicita uma quota de açúcar — Mandado arquivar, em 2/5/47.

4.103/35 — G. Brolo & Cia. — Cantagalo — Inscrição de engenho — Mandado arquivar, em 2/5/47.

7.018/46 — Moisés Pereira Ramos — Campos — Melhoramentos e ampliação das instalações para produção de açúcar — Mandado arquivar, em 2/5/47.

ESTADO DE SANTA CATARINA:

Processos do Município de Tijucas, relativos a inscrição de engenhos de açúcar — Mandados arquivar por despacho de 12/4/47:

1.964/43 — Cantorio Florentino da Silva.
1.965/43 — Adulo José dos Santos.
1.966/43 — Abraão Manuel Cirilo.
1.967/43 — Manuel Reinert.
1.968/43 — Durvalino Pedro Reis.
1.973/43 — Maria Matilde Melo.
1.974/43 — José Martins do Nascimento.
1.977/43 — Nicolau João Brick.
1.981/43 — Tiburcio Taurino Buzani.
1.983/43 — Alvim Anacleto do Aragão.
1.985/43 — Lindolfo Elpídio Laus.
1.986/43 — Bertoldo Fontanela.
1.987/43 — Mário e Rodolfo Cecato.
1.989/43 — Manuel Francisco Nunes.
2.003/43 — Hermino Domingos Feller.
2.006/43 — Jordina e Frederico Piva.
2.009/43 — Tranquilo Orlandi.
2.010/43 — Santa Zancanaro.
1.958/43 — José Gaspar da Silva.
1.959/43 — Cristina da Silva Brasil.
1.960/43 — Marcílio Marcos da Silva.
1.962/43 — André de Sousa e Silva.

Mandados arquivar por despacho de 19/4/47:

2.043/43 — Candido Antônio de Sousa.
2.045/43 — Manuel Vicente dos Santos.
2.046/43 — Jerônimo Cistrem.
2.047/43 — José Nicolau Filho.
2.048/43 — Gregório Marcelino Franco.
2.049/43 — Henrique e Pedro Sim.
2.051/43 — Hercílio Romão Soares.
2.052/43 — Joaquim Machado Filho.
2.053/43 — Lourenço Manuel Formenti.
2.054/43 — Ana Tomanini.
2.041/43 — Viúva Manuel Reis.
2.042/43 — Joaquim Moreti.
2.001/43 — Rodolfo Laurentino Soares.
2.002/43 — Augusto Feller.
2.004/43 — João Manuel Fagundes.
2.005/43 — Justino Agostinho Ângelo.
2.007/43 — Rosa Guilhermina Vargas.
2.008/43 — Antônio Tomanini.
2.011/43 — José Ludovino Serpa.
2.012/43 — Luís Gonzaga.
2.013/43 — Pedro Manuel Zunini.
2.014/43 — Constâncio José Vinoti.
2.015/43 — Caetano Laurentino Soares.
2.016/43 — Luís Benjamin Mafessoli.
2.017/43 — José Marcos Filho.
2.018/43 — Agenor Soares.
2.019/43 — Romão José dos Santos.
2.020/43 — Júlio Joaquim de Sousa.
2.021/43 — Manuel Baltazar.
2.022/43 — Sebastião de Oliveira Cruz.
2.023/43 — Marcos Manuel da Silva.
2.024/43 — Marcionilo Martinelin.
2.025/43 — Antônio Beleite.
2.026/43 — Nelson Zunino.
2.027/43 — Nelson Zunino.
1.990/43 — Luís José Vinote.
1.970/43 — José dos Santos Filho.
1.975/43 — Dima José Nicolau.
1.978/43 — Jacó Bissoli Filho.
1.988/43 — Sabino Costa.
1.991/43 — João Marcelino Gonçalves.
1.994/43 — Manuel Ludovino Serpa.
1.995/43 — Inácio Picole.
1.996/43 — Romão Darosci.
1.997/43 — Viúva Amelia Perpetua da Conceição.
1.998/43 — Estanislau Dalcentro.
1.999/43 — Belchior José dos Santos.
2.028/43 — Nelson Zunino.
2.029/43 — Sebastião Vargas.
2.031/43 — Joaquim Gonzaga.
2.030/43 — Delarmino Calcenter.
2.032/43 — Manuel Josefino Godinho.
2.033/43 — Albertino Medeiros Rios.
2.035/43 — José Honorato dos Santos.
2.036/43 — José Pedro Pereira.
2.037/43 — Alonso Marchi.

2.038/43 — Domingos Bernardino Reis.
2.039/43 — Sebastião José dos Santos.
2.040/43 — José Renoti Filho.

Process osdo Município de Biguaçu, relativos a inscrição de engenho de açúcar — Mandados arquivar por despacho de 12/4/47:

1.743/43 — Campolino Romão Cardoso.
1.744/43 — Pedro Sebastião Correia.
1.745/43 — João José Schmitz.
1.747/43 — João Amancio dos Passos.
1.749/43 — Antônio José Alves.
1.753/43 — José Candido Elias.
1.754/43 — Joaquim Francisco de Campos.
1.756/43 — Maria Jacó Schetz.
1.759/43 — Jacó João Vil.
1.762/43 — Estefano Besen.
1.770/43 — José Antônio Coelho.
1.771/43 — Humberto Matias Kremer.
1.772/43 — João Schmit Júnior & Irmão.
1.773/43 — João Fernando Vilvert & Irmão.
1.775/43 — Leopoldo Matias Manes.
1.776/43 — Fernando Emilio Richard.
1.777/43 — Floriano Pedro Bezen.
1.778/43 — Pedro João Kuhn.
1.779/43 — Pedro João Schutz.
1.780/43 — Leonardo Matias Hoffman.
1.781/43 — Antônio Clemente Schmitz.
1.782/43 — José Nicolau Juncks.
1.783/43 — Clemente Antônio Conradi.
1.784/43 — Davi Antônio Conradi.
1.785/43 — Leonardo Francisco Pitz.
1.786/43 — Crisóstomo Gesser.

8.025/47 — Olinda Pereira dos Santos — Tijucas — Transferência de engenho para Pedro Lourenço de Amorim — Deferido, em 28/4/47.

33.821/46 — Walter Breithaupt — Jaraguá do Sul — Licença para instalar usina de açúcar — Mandado arquivar, em 2/5/47.

4.205/47 — Associação Rural de Tubarão — Tubarão — Instalação de usina de açúcar em moldes cooperativistas — Mandado arquivar em 2/5/47.

897/43 — João Vicente dos Santos — Palhoça — Transferência de engenho de açúcar para Vergilino Joaquim da Silva — Deferido, em 28/4/47.

2.017/39 — Pedro Anacleto Cardoso — Itajaí — Transferência de engenho para José Anacleto Luís — Mandado arquivar, em 25/4/47.

6.027/40 — Henrique Nagel — Jaraguá do Sul — Transferência para Oscar Carlos de Oto Nagel — Deferido, em 8/5/47.

148/43 — João Camini — Urussanga — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

149/43 — João Sacomi ou Angelina Sacomi — Urussanga — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

150/43 — José Gobato (Viúva) — Urussanga — Baixa de inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

2.034/43 — Luís Menon — São João Batista — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

467/43 — Francisco Manuel Rodrigues — Tubarão — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

1.752/43 — Manuel José Arseno — Biguaçu — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

1.760/43 — Manuel José de Andrade — Biguaçu — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

ESTADO DE SÃO PAULO:

26.355/44 — Gaspar Ferreira da Costa Filho — Piracaia — Restituição de taxa de aguardente — Indeferido, em 9/4/47.

6.706/47 — Guilherme Henrique Tost de Andrade — Santa Branca — Cancelamento de inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 11/4/47.

7.640/47 — José Luís Covolan — Rio das Pedras — Substituição de moenda em seu engenho — Deferido, em 9/4/47.

2.271/46— Giacomo Treu & Filhos — Araraquara — Substituição de cozimento para tacho a vácuo — Deferido em 27/3/47.

34.840/46 — José Corrente — São Pedro — Transferência de engenho turbinador para Levy & Levy, e remoção do mesmo — Deferido, em 27/3/47.

4.752/47 — Francisco Graziano — Araras — Transferência de engenho turbinador para a Cooperativa Ararense de Plantadores de Cana — Deferido, em 27/3/47.

3.621/42 — Vitório Simão — Assis — Transferência de engenho para Pedro Simão — Deferido, em 27/3/47.

21.338/45 — Valdemar de Sousa — Joanópolis — Pede devolução de Cr$ 1.350,00 sobre taxa de aguardente — Antorizada a devolução de..... Cr$ 765,00, em 9/4/47.

986/43 — Antônio Joaquim Gonçalves e outros — Assis — Inscrição de engenho de açúcar — Mandando arquivar, em 19/4/47.

979/43 — Avelino Rosalino — Palmital — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

806/43 — Pedro Schimidt — Piracicaba — Inscrição de engenho de açúcar — Mandado arquivar, em 19/4/47.

40.338/44 — Irmãos Zanin — Araraquara — Requer dispensa de pagamento de Cr$ 2.314,80 referente a aguardente — Indeferido, em 19/4/47.

19.590/46 — Antônio Francisco de Sousa Froster — Itapetininga — Instalação de maquinaria para fabricação de açúcar cristal — Inscrito o engenho como produtor de aguardente e relacionado como produtor de açúcar bruto nos termos da Portaria da C.M.E., em 16/4/47.

5.678/47 — Alvaro Fidelis de Lima — Santo Antônio da Alegria — Transferência de engenho para Lazaro de Paula Marques — Deferido, em 19/4/47.

27.231/44 — E. Manograsso & Cia. — Guararema — Restituição de Cr$ 2.700,00, taxa de aguardente — Indeferido, em 19/4/47.

31.437/46 — Irmãos Castelucci — Limeira — Montagem de turbina — Indeferido, em 25/4/47.

2.710/36 — Jesuíno Afonso Ferreira — Piracaia — Inscrição de engenho de aguardente — Mandado arquivar, em 25/4/47.

6.492/40 — Erik von Uhlendorff — Limeira — 1.º Transferência para Guilherme e Roberto Anerbach; 2.º Transferência de Guilherme e Roberto Anerbach para Irmãos Azanha — Mandado arquivar, em 25/4/47.

5.680/47 — Arenda & Naval Ltda. — Piracicaba — Inscrição de fábrica para manipulação de açúcar — Deferido, em 19/4/47.

5.690/47 — Viuva Furlan & Filhos — Piracicaba — Transferência de engenho de açúcar batido para Valentim Furlan — Deferido, em 19/4/47.

29.704/44 — Ciro Freire — Piracaia — Devolução de taxa sobre aguardente — Indeferido, em 19/4/47.

3.840/47 — Otilia Furlan Dedini — Piracicaba — Transferência de engenho turbinador para a Usina Modelo S/A Açúcar e Álcool — Deferido, em 25/4/47.

2.692/45 — Inácio Dussileck — Presidente Venceslau — Requer devolução de Cr$ 135,00 sobre taxa de aguardente — Indeferido, em 19/4/47.

29.417/44 — Benedito Serafim Pinheiro — Piracaia — Devolução de taxa de aguardente — Indeferido, em 24/4/47.

3.120/43 — Doroteu Rino — Tupã — Aumento de limite de açúcar turbinado — Indeferido, em 11/4/47.

25.559/46 — Pedro Mariano Sobrinho e Reginaldo Ferreira da Costa — Modificação de firma para Mariano & Ferreira — Deferido, em 28/4/47.

41.496/44 — José Francisco Ribeiro — Bocaina — Transferência de engenho de açúcar e aguardente para Aureliano Basso & Irmãos e pedido de fabricação exclusiva de aguardente. — Concedida inscrição de um engenho de aguardente em nome de Aureliano Basso & Irmãos, e cancelada a inscrição de engenho de José Francisco Ribeiro, em 2/5/47.

43.595/44 — Meireles, Vilela & Cia. — Altinópolis — Montagem de vácuo — Mandado arquivar, em 2/5/47.

6.705/47 — Silvio de Sampaio Moreira — Cajurú — Instalação de vácuo — Deferido, em 28/4/47.

10.998/47 — Companhia Agrícola e Pastoril Jacareiense — Santa Isabel — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 8/5/47.

10.999/47 — Guilherme Logindice & Irmãos — Monte Aprazivel — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 8/5/47.

9.052/47 — Sociedade Imobiliária Panorama Ltda. — Lucélia — Prorrogação de prazo estabelecido para montagem de usina — Deferido, em 2/5/47.

14.132/46 — Irmãos Boscoli — Presidente Prudente — Modificação de firma para Cia. Industrial e Agrícola Boscoli — Deferido, em 8/5/47.

3.580/38 — Alfredo Luís do Prado — Descalvado — Inscrição de engenho — Mandado arquivar, em 8/5/47.

33.513/45 — Fábio Henriques de Mendonça — Araraquara — Solicita a percentagem a que tem direito sobre arrecadação da taxa de aguardente liberada da Coletoria de São João Nepomuceno, Estado de Minas-Gerais — Mandado arquivar, em 8/5/47.

5.181/44 — S/A Institutos Terapeuticos Reunidos "Labofarma" — Descalvado — Montagem de engenho de açúcar mascavo — Mandado arquivar, em 8/5/47.

3.426/45 — Manuel Francisco Pereira — Santa Adélia — Reclamação sobre requisição de aguardente (Prejuizos por vazamento) — Indeferido, em 8/5/47.

827/42 — Trajano Crisóstomo de Sousa — Maracaí — Transferência de engenho para Afonso Jordão Plasas — Mandado arquivar, em 8/5/47.

Rectificação:

88.395/35 — Crisóstomo Osório de Oliveira Filho — Pirassununga — Transferência de engenho de aguardente para Levy & Levy — Deferido, de acordo com o parecer da Secção Jurídica, em 5/4/45.

Nota — Publicado novamente por ter saído com incorreções no número de junho de 1945, à página 520.

ESTADO DE SERGIPE:

9.145/47 — Usina São Luís Ltda. — Laranjeiras — Transferência de maquinismo para o Estado de Alagoas — Deferido, em 25/4/47.

4.456/47 — Gonçalo Rolemberg do Prado — Japaratúba — Solicita suspensão do fabrico de álcool por três anos, passando a produzir aguardente neste prazo — Mandado arquivar, em 10/4/47.

DISTRITO FEDERAL:

7.526/47 — S/A Leão Irmãos — Açúcar e Álcool — Distrito Federal — Arquivamento da procuração outorgada ao Dr. João Colares Moreira. — Deferido, em 27/5/47.

7.527/47 — Maracaí S/A Agrícola e Pecuária — Distrito Federal — Arquivamento da procuração outorgada ao Dr. João Colares Moreira. — Deferido, em 27/3/47.

CAPACIDADE DE MOAGEM EM TRINIDAD

A capacidade de moagem em Trinidad, informa "Sugar", vem aumentando desde 1936, quando a ilha produziu a sua maior safra (154.569 toneladas longas) até o presente, quando se estima em 180.000 toneladas a capacidade de produção. A safra 1945/46 foi de 109.602 toneladas; assim a produção pode aumentar de 40 por cento sobre a safra passada sem atingir a capacidade do parque industrial da ilha. A produção de 1945/46 teria sido maior, não fossem greves e chuvas que cairam muito cedo. Os produtores estimam em 32.600 toneladas as canas deixadas no campo. Assim mesmo, na safra em apreço verifica-se um aumento de cerca de 40 por cento sobre a produção de 1944/45. A maior parte do açúcar de Trinidad é vendido no mercado inglês.

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

RESOLUÇÃO — N.º 139/47 — De 14 de maio de 1947

ASSUNTO — Regula a distribuição entre fornecedores dos aumentos de quota concedidos às Usinas pelo Decreto-lei n.º 9.827, de 10/9/46 e dá outras providências.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve :

Art. 1.º — A conversão dos aumentos de quotas de produção, concedidos às Usinas com base nas Resoluções n.os 26/42, 74/43, 79/44, 111/45 e 112/45, em quotas agrícolas, continuará a ser feita na forma do disposto na Resolução n.º 74/43, de 17 de novembro de 1943, sendo as respectivas quotas distribuídas, na sua totalidade, entre fornecedores de cana.

Art. 2.º — De acordo com o disposto no art. 5.º do Decreto-lei n.º 9.827, de 10/9/46, as Usinas poderão utilizar, em lavouras próprias, até 50 % (cinquenta por cento) das quotas agrícolas resultantes do reajustamento procedido por força do aludido Decreto-lei.

Art. 3.º — A conversão dos aumentos de quotas, de que trata o artigo anterior, será feita tomando-se por base a média ponderada do rendimento industrial de cada fábrica, nas safras 1943/44, 1944/45.

Art. 4.º — O fornecedor terá o prazo de dois anos, — contados da majoração das suas quotas, para completar seus fornecimentos, na correspondência dos aumentos que lhe foram atribuídos.

Art. 5.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos quatorze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e quarenta e sete.

Esperidião Lopes de Farias Júnior — Presidente.

RESOLUÇÃO — N.º 140/47 — De 21 de maio de 1947

ASSUNTO — Dispõe sobre o plano da safra 1947/48

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve aprovar o seguinte plano para a safra açucareira de 1947/48:

I — DO ABASTECIMENTO

Art. 1.º — O abastecimento de açúcar dos centros consumidores brasileiros, à excepção dos previstos no parágrafo único deste artigo, será realizado na medida das suas necessidades e das solicitações dos respectivos compradores. Poderão as regiões recebedoras efectuar suas aquisições livremente em qualquer zona produtora, cessando o regime de quotas de abastecimento.

Parágrafo único — O abastecimento realizado através das refinarias do Distrito Federal e São Paulo (Capital, Santos e áreas abastecidas por intermédio dessas cidades) fica assegurado pelas seguintes quotas de açúcar-cristal de polarização **standard** :

ESTADOS EXPORTADORES	Para o Distrito Federal (sacos)	Para São Paulo (sacos)
Paraíba.	20.000	——
Pernambuco.	850.000	848.421
Alagoas.	270.000	347.579
Sergipe.	90.000	104.000
Baía.	20.000	——
Rio de Janeiro.	450.000	——
Total.	1.700.000	1.300.000

Art. 2.º — É livre o abastecimento das indústrias do Distrito Federal e São Paulo, bem como a concorrência para o suprimento de açúcares refinados às populações desses centros consumidores, pelos Estados exportadores mencionados no parágrafo único do artigo anterior.

§ 1.º — No caso de verificar-se a concorrência de açúcares refinados facultada neste artigo ou na hipótese de se tornarem insuficientes as quotas previstas no parágrafo único do artigo anterior, o Instituto realizará durante a safra a revisão dessas quotas para o fim de reajustá-las às novas necessidades de suprimento de açúcar-cristal.

§ 2.º — As refinarias dos centros de consumo referidos neste artigo só poderão concorrer com os produtores no abastecimento de açúcar-cristal às indústrias locais ou de outros centros de consumo, com o produto adquirido fora das quotas fixadas no parágrafo único do artigo anterior.

§ 3.º — Da produção do Estado de São Paulo poderão ser destinados até 10 % (dez por cento) para suprir eventuais deficiências do abastecimento da Capital, a critério das autoridades estaduais competentes.

Art. 3.º — Continuarão sob o controle do Instituto as remessas de açúcar das quotas estabelecidas no parágrafo único do artigo 1.º, devendo as usinas dos Estados exportadores contribuir para as mesmas, proporcionalmente aos seus limites efectivos, independentemente de redução ou aumento de produção de cada uma, na safra.

Art. 4.º — A produção de açúcares baixos (demerara, somenos e 3.º jacto) de cada usina não deverá exceder à percentagem de produção desses mesmos tipos de açúcar, verificada na safra 1943/44.

§ 1.º — Em cada Estado será feita a redistribuição do saldo que se verificar na produção desses tipos de açúcar proporcionalmente entre as usinas que excederem a respectiva produção.

§ 2.º — Sobre a produção que exceder às quantidades previstas neste artigo e seu § 1.º, será aplicada uma sobretaxa de Cr$ 6,00 por saco.

II — DOS PREÇOS

Art. 5.º — Continuam em vigor os seguintes preços máximos para o açúcar cristal de polarização **standard** nos centros produtores e recebedores :

CENTROS PRODUTORES E RECEBEDORES	Condição de venda	Preços por saco de 60 Kg Cr$
Paraíba	FOB	135,00
Pernambuco	"	135,00
Alagoas	"	135,00
Sergipe	"	135,00
Baía	"	135,00
Espírito-Santo	Post. vagão	137,00
Est. Rio de Janeiro	"	130,00
Minas-Gerais	"	148,00
São Paulo	"	144,00
Paraná	"	144,00
Santa Catarina	"	151,00
Manaus	CIF	154,00
Belém	"	149,80
São Luís	"	148,50
Parnaíba	"	155,00
Camocim	"	152,90
Fortaleza	"	147,00
Araçati	"	146,30
Macau	"	148,50
Areia Branca	"	151,30
Natal	"	144,30
Vitória	"	145,30
Niterói	"	142,70
Distrito Federal	"	146,30
Santos	"	146,60
São Paulo (capital)	"	152,60
Paranaguá	"	161,10
Florianópolis	"	162,10
Rio Grande	"	162,30
Pelotas	"	162,70
Porto Alegre	"	163,30
Belo-Horizonte	"	162,70

§ 1.º — Os tipos de qualidade superior poderão ter, no máximo, as seguintes diferenças de preços acima do cristal, quaisquer que sejam a localidade e categoria do comprador :

Cristal triturado ou moído	Cr$ 5,00
Granulado americano (cristal filtrado)	" 12,00
Refinado de primeira	" 19,00
Refinado extra e refinado granulado	" 25,00
Grã-fina e granulado de dupla cristalização	" 30,00

§ 2.º — Os tipos grã-fina de qualidade superior poderão ter os seguintes acréscimos: tipo verde Cr$ 1,00; tipo azul Cr$ 2,00; tipo encarnado Cr$ 3,00.

§ 3.º — Os tipos de qualidade inferior poderão ter, no mínimo, as seguintes diferenças de preços abaixo do cristal, quaisquer que sejam a localidade e a categoria do comprador:

Somenos.	Cr$	5,00
Demerara.	"	9,00
Mascavo.	"	17,00

III — DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6.º — Os financiamentos de açúcar a serem realizados pelo Instituto poderão compreender, em cada Estado, os tipos superiores ao cristal até o máximo de trinta por cento, ficando, porém, o tipo grã-fina excluído desta restrição.

Art. 7.º — As margens de beneficiamento e distribuição local pelas refinarias aos varejistas continuarão a cargo das autoridades locais do tabelamento.

Art. 8.º — Fica igualmente a cargo das autoridades locais do tabelamento a fixação dos preços de venda ao consumidor, para os quais servirão de base os preços e normas estabelecidos na presente Resolução, não podendo ultrapassar de 10 % a margem do atacadista e a das vendas directas do produtor às indústrias de transformação.

Art. 9.º — Não serão permitidos acréscimos de preços a título de polarização e outros característicos superiores aos considerados **standard** para cada um dos tipos de açúcar.

Art. 10.º — Os preços fixados para o saco de açúcar na forma do artigo 5.º e seus parágrafos compreendem o produto em sua embalagem usual, correndo por conta do comprador as despesas com embalagem especial de proteção.

Art. 11.º — Os preços fixados nesta Resolução são os de venda do produto para pagamento à vista, contra entrega de documentos.

Art. 12.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, inclusive a Resolução n.º 129/46, de 23/10/1946.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos vinte e um dias do mês de maio do ano de mil novecentos e quarenta e sete.

Esperidião Lopes de Farias Júnior — Presidente.

"Legislação Açucareira e Alcooleira"

(Anotada)

Licurgo Veloso

PREÇO DO VOLUME. . . . . Cr$ 40,00
PELO CORREIO. . . . . Cr$ 42,00

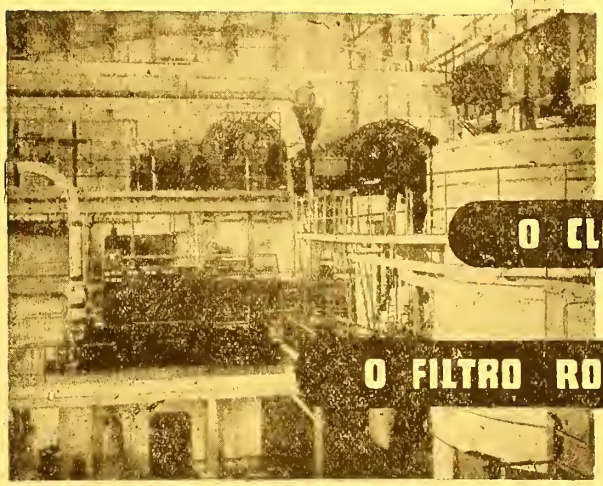
SÓCIOS

em Eficiência

Comprovada . . .

"caldo limpo e

filtragem econômica"



O CLARIFICADOR DORR MULTIFEED

O FILTRO ROTATIVO OLIVER-CAMPBELL

Estas máquinas, trabalhando unidas, vêm deixando inteiramente satisfeitos os seus proprietários em todos os principais países produtores de açúcar. Nelas encontrará V. S.ª a máxima eficiência na qual poderá invariàvelmente confiar:

DO CLARIFICADOR DORR MULTIFEED obterá a maior quantidade de caldo limpo de cada litro de caldo cru e de cada metro quadrado de superfície de assentamento — com as vantagens adicionais de lamas mais espessas e de menor volume.

Dessas lamas mais espessas V. S.ª obterá uma torta mais fácil de manipular, de baixa polarização, que sai continuamente do FILTRO ROTATIVO OLIVER-CAMPBELL

Os CLARIFICADORES DORR converteram-se em equipamentos regulares de 95% das grandes fábricas modernas de açúcar de todo o mundo. Os FILTROS OLIVER - CAMPBELL demonstraram convincentemente, no transcurso de menos de duas décadas, possuir eficiência a baixo custo, em mais de 200 fábricas de açúcar de vinte e cinco países.

O Clarificador Dorr Multifeed, que requer a atenção de um único homem em cada turno, produz um fluxo contínuo de caldo uniformemente limpo. No Dorr é possível reter o caldo limpo e quente durante os periodos de limpeza habitual da fábrica, sem sofrer mudança apreciável no grau pH. E o Filtro Oliver-Campbell, na sua base limpa e sêca, contribui com sua manutenção reduzida para a produção mais econômica do açúcar.

Esperamos consultas de todos aqueles que se interessam em produzir açúcares superiores mediante a melhor clarificação.

O caldo limpo será sempre a chave da fabricação superior.

As lamas mais espessas produzidas pelo Dorr "Multifeed" simplificam a filtragem

DORRCO

DIVISÃO PETREE E DORR
DA COMPANHIA DORR
Engenheiros

DORRCO

570 Lexington Avenue
Nova York, 22, E. U. A.

RIO DE JANEIRO
Caixa Postal 3623

BUENOS AIRES
HAVANA

REESTRUTURAÇÃO DOS QUADROS DO FUNCIONALISMO DO I.A.A.

(RESOLUÇÃO N.º 134/47, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1947)

I — QUADRO PERMANENTE

1. Cargos isolados de provimento em comissão

SITUAÇÃO ACTUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA			
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Observações
1	Contador Geral	P				1	Contador Geral	P	
1	Contador de Delegacia	M				1	Contador Regional	M	
1	Contador de Delegacia	L				1	Contador Regional	L	
2	Contador de Delegacia	K				2	Contador Regional	K	
4	Contador de Delegacia	J				4	Contador Regional	J	
2	Contador de Distilaria	L				2	Contador	L	
1	Contador de Distilaria	J				1	Contador	J	
1	Gerente de Delegacia	O				1	Delegado Regional	O	
1	Gerente de Delegacia	N				1	Delegado Regional	N	
2	Gerente de Delegacia	M				2	Delegado Regional	M	
4	Gerente de Delegacia	L				4	Delegado Regional	L	
1	Gerente	R				1	Gerente Comercial	R	
2	Gerente de Distilaria	O				2	Gerente de Distilaria	O	
1	Gerente de Distilaria	M				1	Gerente de Distilaria	M	
1	Procurador Geral	P				1	Procurador Geral	P	
1	Secretário da Presidência	P				1	Secretário da Presidência	P	
1	Secretário da Gerência	M				1	Secretário da Gerência	M	
1	Zelador	H				1	Zelador	H	Fica assegurada a estabilidade do actual ocupante do cargo.

2. Cargos isolados de provimento efectivo

Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Observações
1	Auxiliar de Enfermeiro	E				1	Auxiliar de Enfermeiro	E	
1	Auxiliar de Enfermeiro	D				1	Auxiliar de Enfermeiro	D	
—		—				1	Consultor Jurídico	M	
1	Contabilista	J				1	Contabilista	J	
2	Contabilista	I				2	Contabilista	I	
1	Desenhista	H				1	Desenhista	H	
1	Enfermeiro	H				1	Enfermeiro	H	
2	Engenheiro	M				2	Engenheiro	M	
3	Engenheiro	L				3	Engenheiro	L	
2	Escrivão	I				—		—	
1	Médico	L				1	Médico	L	
2	Médico	K				2	Médico	K	
2	Médico	I				2	Médico	I	
1	Médico	H				1	Médico	H	
4	Perito-Assistente Social	K		3		4	Perito-Assistente Social	K	
2	Redator	L				2	Redator	L	
2	Redator	K				2	Redator	K	
1	Redator	J				1	Redator	J	
1	Redator	I				1	Redator	I	
1	Redator	H				1	Redator	H	

I — QUADRO PERMANENTE

3. Carreiras

SITUAÇÃO ACTUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Obs.
15	Contínuo	E				15	Contínuo	E			
19	Contínuo	D				19	Contínuo	D			
12	Contínuo	C				23	Contínuo	C			
11	Contínuo	B									
1	Economista	M		1		1	Economista	M		1	
4	Economista	L				2	Economista	L	2		
2	Economista	K				3	Economista	K		1	
2	Economista	J				—	Economista	J	2		
2	Economista	I				—	Economista	I	2		
52	Escriturário	G				52	Escriturário	G			
61	Escriturário	F		2		59	Escriturário	F			
28	Escriturário	E		2		77	Escriturário	E			
55	Escriturário	D		4							
						5	Fiscal	L			
						8	Fiscal	K			
						15	Fiscal	J			
78	Fiscal	I				20	Fiscal	I	58		
17	Fiscal	H				22	Fiscal	H		5	
4	Oficial Administrativo	M		1		4	Oficial Administrativo	M		1	
5	Oficial Administrativo	L				6	Oficial Administrativo	L		1	
10	Oficial Administrativo	K				10	Oficial Administrativo	K			
10	Oficial Administrativo	J				16	Oficial Administrativo	J		6	
24	Oficial Administrativo	I				21	Oficial Administrativo	I	3		
26	Oficial Administrativo	H				26	Oficial Administrativo	H			
2	Procurador	N				2	Procurador	N			
3	Procurador	M				3	Procurador	M			
5	Procurador	L				5	Procurador	L			
6	Procurador	K				5	Procurador	K	1		
6	Procurador	J		5		—	Procurador	J	1		
						1	Químico	N		1	
2	Químico	M				2	Químico	M			
2	Químico	L				2	Químico	L			
4	Químico	K				3	Químico	K	1		
1	Químico	J				3	Químico	J		2	

I — QUADRO PERMANENTE

4. Funções gratificadas

SITUAÇÃO ACTUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
Número de funções	Denominação	Importância anual — Cr$	Número de funções	Denominação	Importância anual — Cr$
2	Ajudante de Porteiro	3.000,00	—	—	—
2	Ajudante de Porteiro	2.400,00	—	—	—
—	—	—	1	Assistente do Procurador Geral	18.000,00
15	Assistente de Secção	5.400,00	11	Assistente de Secção	5.400,00
1	Auxiliar do Gab. Presidência	5.400,00	—	—	—
1	Auxiliar do Gab. Presidência	3.600,00	—	—	—
3	Auxiliar do Gab. da Gerência	3.600,00	—	—	—
12	Chefe de Secção	10.800,00	12	Chefe de Secção	10.800,00
1	Contínuo da Gerência	2.400,00	—	—	—
1	Encar. Cart. Fin. Funcionalismo	3.600,00	1	Encar. Cart. Fin. Funcionalismo	3.600,00
1	Encar. Serviço Farmácia	3.600,00	1	Encar. Serviço Farmácia	3.600,00
11	Inspector Fiscal	7.800,00	11	Inspector Fiscal	7.800,00
16	Operador da Mecanografia	2.400,00	16	Operador da Mecanografia	2.400,00
1	Porteiro da Presidência	3.000,00	—	—	—
7	Procurador Regional	10.800,00	7	Procurador Regional	10.800,00
9	Secretário Comis. Conciliação	4.200,00	9	Secretário Comis. Conciliação	4.200,00
1	Secretário D. Reg. Pernambuco	3.600,00	1	Secretário D. Reg. Pernambuco	3.600,00
1	Secretário Turmas Julgamento	8.400,00	1	Secretário Turmas Julgamento	8.400,00
1	Sub-Assistente de Secção	3.600,00	—	—	—

II — QUADRO SUPLEMENTAR

Cargos Extintos quando vagarem

SITUAÇÃO ACTUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA			
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Observações
3	Ajudante de Cozinha	—	3	Ajudante de Cozinha	A	Diferença de vencimentos de Cr$ 50,00 mensais.
4	Ajudante de Porteiro	G	4	Ajudante de Porteiro	G	A função será exercida, quando vagarem os cargos, por funcionários da carreira de Contínuo.
1	Ajudante de Porteiro	E	1	Ajudante de Porteiro	E	
1	Apontador	D	1	Apontador	D	
1	Auxiliar Acadêmico	J	1	Solicitador	J	
1	Auxiliar de Depósito	G	1	Auxiliar de Depósito	G	
1	Auxiliar de Depósito	F	1	Auxiliar de Depósito	F	
16	Auxiliar de Depósito	D	16	Auxiliar de Depósito	D	
18	Auxiliar de Fiscalização	G	18	Auxiliar de Fiscalização	G	
4	Auxiliar de Laboratório	F	4	Auxiliar de Laboratório	F	
6	Cabineiro	D	6	Cabineiro	D	
4	Copeiro	—	4	Copeiro	A	Diferença de vencimentos de Cr$ 50,00 mensais.
1	Cozinheiro — 1.º	G	1	Cozinheiro	G	
1	Cozinheiro — 2.º	—	1	Cozinheiro	D	Diferença de vencimentos de Cr$ 50,00 mensais.
1	Electricista	E	1	Electricista	E	
1	Eng. de Máquinas e Aparelhos	J	1	Engenheiro de Máquinas e Aparelhos	J	
1	Garçon — 1.º	—	1	Garçon	E	Diferença de vencimentos de Cr$ 50,00 mensais.
1	Garçon — 2.º	—	1	Garçon	D	
2	Mecânico	F	2	Mecânico	F	
1	Mecânico	E	1	Mecânico	E	
2	Motorista	H	2	Motorista	H	
2	Motorista	G	2	Motorista	G	
7	Motorista	F	7	Motorista	F	
2	Porteiro	H	2	Porteiro	H	A função será exercida, quando vagarem os cargos, por funcionários da carreira de Contínuo.
1	Professora	E	1	Professora	E	
4	Vigia	B	4	Vigia	B	

III — TABELA DO PESSOAL EXTRANUMERÁRIO

1. Mensalistas

SITUAÇÃO ACTUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA			
Número de funções	Denominação	Referência	Número de funções	Denominação	Referência	Observações
1	Cabineiro	IX	1	Cabineiro	IX	
1	Contínuo	IX	1	Auxiliar de Contínuo	IX	
9	Contínuo	V	9	Auxiliar de Contínuo	V	
2	Contínuo	IV	2	Auxiliar de Contínuo	IV	
3	Contínuo	II	3	Auxiliar de Contínuo	II	
1	Desenhista	XXII	1	Desenhista	XXII	
1	Encarregado do Material	XIX	1	Encarregado do Material	XIX	
1	Encarregado do Material	XIII	1	Encarregado do Material	XIII	
1	Engenheiro Fiscal	S/N.	—	—	—	Cr$ 5.100,00
2	Escriturário	XVIII	2	Auxiliar de Escritório	XVIII	
1	Escriturário	XVI	1	Auxiliar de Escritório	XVI	
1	Escriturário	XIII	1	Auxiliar de Escritório	XIII	
5	Escriturário	XI	5	Auxiliar de Escritório	XI	
44	Escriturário	IX	44	Auxiliar de Escritório	IX	
2	Escriturário	VIII	2	Auxiliar de Escritório	VIII	Cr$ 650,00
3	Escriturário	S/N.	3	Auxiliar de Escritório	S/N.	
1	Estatístico	XVI	1	Estatístico	XVI	
1	Químico	XXVI	1	Laboratorista	XXVI	
1	Químico	XXII	1	Laboratorista	XXII	
1	Servente de Armazém	V	1	Servente de Armazém	V	Pagos pela Cooperativa de Usineiros de Pernambuco.
2	Vigia de Armazém	VII	2	Vigia de Armazém	VII	
1	Vigia de Armazém	II	1	Vigia de Armazém	II	
1	Vigia	II	1	Vigia	II	

NOTA — Reproduz-se por ter sido publicado com incorrecções.

LES USINES DE MELLE S. A.

ÁLCOOL ANIDRO

MELLE — BOINOT

Processos azeotrópicos de desidratação

Fabricação directa do álcool absoluto

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas — Litros
Amália	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Catende	30.000
Cambaíba	10.000
Conceição	15.000
Cucaú	15.000
Junqueira	20.000
Laranjeiras	15.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Paineiras	5.000
Pontal	10.000
Pumati	22.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luísa	5.000
Santa Maria	10.000
Santa Teresinha	30.000
São José	25.000
Serra Grande	12.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assu	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Volta Grande	5.000

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Estado do Rio	60.000
Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
32 distilarias	553.000

ESTABILIDADE ABSOLUTA

FUNCIONAMENTO SIMPLES

ECONOMIA DE MATERIAL

ECONOMIA DE COMBUSTÍVEL

FERMENTAÇÃO

Processo de recuperação das leveduras

USINAS	Capacidade de produção por 24 horas — Litros
Amália	10.000
Baixa Grande	5.000
Barcelos	20.000
Bom Jesus	5.000
Brasileiro	15.000
Cambaíba	15.000
Conceição	15.000
Cucaú	15.000
Cupim	20.000
Fazenda Lídia	5.000
Laranjeiras	15.000
Leão (Utinga)	10.000
Maravilhas	15.000
Miranda	10.000
Outeiro	30.000
Paraíso (Tocos)	15.000
Piracicaba	15.000
Pontal	10.000
Porto Feliz	20.000
Pumati	22.000
Pureza	6.000
Queimado	15.000
Quissamã	15.000
Roçadinho	7.000
Santa Bárbara	8.000
Santa Cruz	15.000
Santa Luísa	5.000
Santa Maria	10.000
Sapucaia	6.000
São José	30.000
Serra Grande	15.000
Tanguá	15.000
Timbó-Assu	7.000
Tiúma	22.000
Trapiche	15.000
Vassununga	5.000
Vila Raffard	20.000

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Distilaria Central Presidente Vargas	60.000
Distilaria Central da Baía	12.000
Distilaria Central Ponte Nova	20.000
40 distilarias	595.000

NOTÁVEL AUMENTO DE RENDIMENTO
MAIOR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO
TRABALHO SEGURO E QUASE AUTOMÁTICO
MELHOR QUALIDADE DO ÁLCOOL FABRICADO
na fermentação de:
açúcar, melaço, caldo de cana, mandioca e cereais.

Representante geral no BRASIL:

ROBERTO DE ARAUJO

RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 149 — 9.º andar — salas 17/18 — Tel. 23-0381

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECRETOS DE 25 DE ABRIL DE 1947

O Presidente da República resolve:

Nomear, de acordo com o art. 7º do regulamento baixado com o Decreto nº 22.981, de 25 de julho de 1933:

Oton Júlio de Barros Melo, ocupante do cargo da classe L, da carreira de agente fiscal do imposto de consumo, do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, para exercer o cargo, em comissão, de Delegado do mesmo Ministério na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, vago em virtude da exoneração de Xisto Vieira Filho.

Exonerar a pedido:

Xisto Vieira Filho, ocupante do cargo da classe 31 da carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, do cargo, em comissão, de Delegado do mesmo Ministério na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

(D. O., 28/4/1947).

ANUÁRIO AÇUCAREIRO

PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

DE 1935 A 1944

PREÇO DO EXEMPLAR

Brochura.. Cr$ 20,00

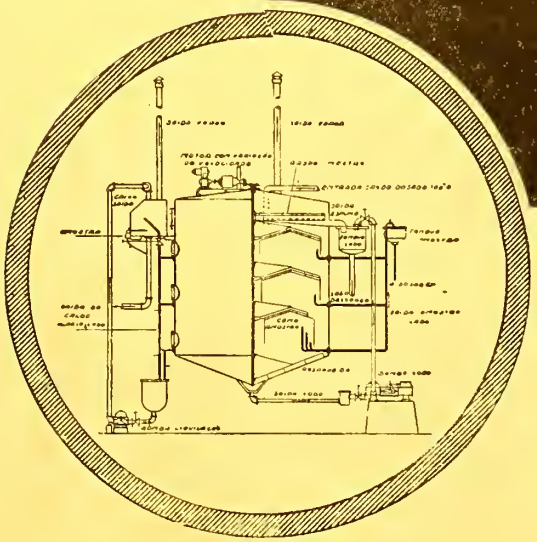
Pelo Correio... Cr$ 22,00

À venda nas Delegacias Regionais do Instituto do Açúcar e do Álcool nos Estados de Alagoas, Baía, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro (Campos), São Paulo, Sergipe e na sede:

Secção de Publicidade — PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - (9º pav.)

Tel. 23-6252 — Caixa Postal 420 :: :: :: DISTRITO FEDERAL

FUNDIÇÃO GUANABARA



ACESSÓRIOS HIDRÁULICOS
CLARIFICADOR **RONALD**
DISTILARIAS DO ÁLCOOL
ESQUENTADORES RÁPIDOS
FUNDIÇÃO DAS MOENDAS
FACAS PARA CORTADORES
FORNOS CONTÍNUOS ROTATIVOS
GUINDASTES PARA CANA
MOENDAS COMPLETAS
TRATAMENTO D'ÁGUA
TRIPLES EFEITOS
VÁCUOS CONDENSADORES BARÔMETRO
DISTILARIA DE ÁLCOOL ANIDRO — usando desidratante nacional
TRATAMENTO DO VINHOTO — com grande produção de gás combustível e óptimo adubo

CONSULTAS - DESENHOS - PROJECTOS - CONSTRUÇÕES

CIA. METALURGICA E CONSTRUTORA S. A.

RUA FRANCISCO EUGÊNIO, 371
Dep. Com. 48-9334 — Dep. Eng. 48-2126
End. Tel. "ARTE"

Rio de Janeiro

AUTORIZADA A EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR PELO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Publicamos a seguir o ofício dirigido pelo Sr. Ministro da Fazenda ao Sr. Presidente da República, com a data de 15 de abril último, opinando favoràvelmente sobre a exportação de 500.000 sacos de açúcar para o exterior, e no qual o Sr. General Eurico Gaspar Dutra exarou o despacho que aprova essa medida :

> **"Aprovo, mas recomendo que a concessão poderá ser cancelada a qualquer momento, se as superiores conveniências nacionais o exigirem, independentemente de quaisquer restrições ou ressalvas.**
>
> **Em 18/4/47 — E. DUTRA".**

"Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

1º — Atendendo à determinação de Vossa Excelência, em nota de 5 do corrente, examinei a situação do mercado do açúcar, chegando às seguintes conclusões :

As informações fornecidas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool e outras que constam do presente processo, permitem afirmar que a existência de açúcar excede à capacidade do consumo interno.

2.º. — A produção dos Estados da região Sul, na safra de 1946/47, já encerrada, acusa o excedente de 743.000 sacos sobre a estimativa, esperando-se que a relativa aos Estados do Nordeste, ainda em curso, ofereça "superavit" da ordem de 350.000 sacos, elevando o excesso geral a 1.093.000 sacos, um terço dessa quantidade, entretanto, ainda por fabricar.

3.º — O levantamento dos estoques demonstra a existência, em 28 de fevereiro passado, de 5.162.187 sacos, volume só excedido, em quantidade ínfima pela existência em 1942, sendo importante notar que, nos exercícios de 1941, 1942 e 1943, cujos algarismos são os que mais se aproximam dos de 1947, houve necessidade de retirar do mercado, para transformação em álcool e para exportação, 1.034.000, 839.000 e 428.000 sacos, respectivamente.

4.º — O confronto entre os estoques existentes em 28 de fevereiro e 15 de janeiro, revela que os localizados na zona nordestina estão em processo de crescimento, ao passo que os dos Estados do Sul, inversamente, acusam declínio.

O facto não inspira preocupações quanto ao suprimento das necessidades do Sul, porque, em maio próximo, a maioria das usinas da zona Sul deverá iniciar a moagem, operando-se consequentemente, a inversão no nível dos estoques.

5º — O consumo verificado durante sete meses e meio da safra 1946/47 alcançou 10.292.000, o que daria, para o período integral, a necessidade de 16.500.000 sacos aproximadamente.

Todavia, cumpre assinalar que só depois desse período, tomado como base do cálculo, é que foi abolido o regime de racionamento nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, circunstância que índica a necessidade de maior provisão para atender ao aumento de consumo, que forçosamente ocorrerá.

6.º — Assim, considerando-se as disponibilidades dos Estados do Sul reservadas exclusivamente para o consumo respectivo, as dos Estados do Nordeste (de Baía a Paraíba) incluindo-se aos estoques neles existentes (3.491.000 sacos), as quantidades ainda por fabricar até o termo da safra, segundo a estimativa (1.625.000 sacos) — terão a seguinte aplicação :

	Sacos
Consumo próprio	1.450.000
Suprimento aos Estados do Norte, pequenos produtores	514.000
Idem aos do Sul	2.119.000
Reserva até 1/9/47 (data do ínicio da safra nordestina)	
Disponibilidade efectiva, passível de exportação	683.000

absorvendo, assim, o total dos estoques actuais e futuros do Nordeste, os quais perfazem a cifra de : 5.116.000.

7.º — Releva notar que o Instituto do Açúcar e do Álcool consultou aos governos dos Estados acerca das condições locais de abastecimento, solicitando, ao mesmo tempo, que indicassem as eventuais deficiências, e apenas o do Espírito-Santo pediu reforço de quota.

8.º — Assim, devemos concluir que a existência de açúcar vai além das probabilidades do consumo; e, embora não seja possível estimar, com precisão, a safra futura, pois isso dependeria da colecta de dados, usina por usina, nada autoriza a prever, na safra de 1947/48, decréscimo de produção, que torne indispensável a formação de reservas.

9.º — Por outro lado, a acumulação dos estoques no Nordeste já está a causar apreensões pela inexistência de armazéns disponíveis, pondo em risco iminente de deterioração grandes quantidades de açúcar, cujo financiamento se eleva a cerca de Cr$ 270.000.000,00, dependendo a respectiva liquidação da venda do produto.

10.º — Pesadas todas essas circunstâncias, parece-me que se impõe, como providência de salvação econômica, a exportação do excedente às necessidades normais, fixado o respectivo montante, no momento, em 500.000 sacos teòricamente, e uma vez adoptadas as providências que, em seguida, tenho a honra de submeter à alta e esclarecida decisão de Vossa Excelência:

I — Os embarques serão escalonados, de modo que possam ter saída sobretudo as quantidades que excedem às possibilidades de armazenamento dos Estados produtores, mas sem desfalcar os estoques, de modo a se poder atender aos mercados internos, por prazo não inferior a dois meses.

II — A concessão poderá ser cancelada a qualquer momento, se as superiores conveniências nacionais o exigirem, sendo respeitados, em tal hipótese, apenas os embarques com créditos abertos e com praça tomada.

III — O Instituto do Açúcar e do Álcool ficará incumbido de determinar a composição qualitativa dos lotes a exportar, indicando os Estados de onde devem originar-se e, sempre que possível, os produtores ou agremiações de produtores que participarão dos embarques, para que os resultados da exportação beneficiem a todos.

IV — Competirá ao referido Instituto, enquanto não for totalmente utilizada a concessão, manter sob observação os centros produtores e consumidores, principalmente para impedir que as cotações do produto nos mercados internos venham a sofrer a menor elevação, incumbindo-lhe comunicar ao Poder Público qualquer anormalidade e propor medidas adequadas à regularização.

V — Semanalmente o Instituto prestará a este Ministério informações sobre o andamento das operações.

Acredito que dessa forma se atenderão aos interesses econômicos da indústria açucareira, acautelando-se, ao mesmo tempo, as necessidades do consumo interno.

11.º — Entretanto Vossa Excelência resolverá como julgar mais conveniente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito".

ECONOMIA DE 688 MILHÕES DE DÓLARES

Um telegrama de Nova York, publicado em fevereiro último pelo "Journal du Commerce et de la Marine", do Cairo, dizia que a produção cubana de açúcar permitiu aos Estados-Unidos realizar, no período de 1939 a 1947, a economia de 688 milhões de dólares. Essa economia resultou do preço do açúcar cubano, que é inferior ao produzido nos Estados-Unidos.

USINEIROS!

COMPREM directamente da produtora

ÁCIDO SULFÚRICO
ÁCIDO CLORÍDRICO
BISSULFITO DE SÓDIO
ÓLEO DE MAMONA

OFEREÇAM directamente à consumidora

a sua produção de

ÓLEO FUSEL

Dirijam-se à

CIA. QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA

Caixa Postal 1329
SÃO PAULO

AGÊNCIAS:

São Paulo - Rua Benjamin Constant, 55
Rio — Rua Buenos Aires, 100-100 A
Recife — Rua da Assembléia, 1
Pôrto Alegre-Rua Duque de Caxias, 1515

SECÇÃO DE MECANOGRAFIA

Executando os serviços mecanizados do I. A. A., realiza a Secção um conjunto de trabalhos de marcante significação para o conhecimento da realidade canavieira no país e consequente aplicação da política açucareira.

A circunstância de se basear a política açucareira nacional no equilíbrio estatístico obrigou, desde o início, o Instituto do Açúcar e do Álcool a um complexo trabalho de aferição da produção e do consumo, destinado a definir, em termos reais, os volumes a serem produzidos pela indústria no país. Para que tais resultados pudessem ser alcançados o mais pronto e seguramente possível, foi criado na Secção de Estatística um serviço mecanizado composto de equipamentos Hollerith e Addressograph. Foram tão proveitosos os resultados alcançados com este serviço que a sua actividade se viu, aos poucos, estendida a outras Secções do I. A. A., o que levou à transformação do mesmo em uma secção independente, com a denominação de Secção de Mecanografia, a cuja frente se encontra desde o início de seu funcionamento, o Sr. Osvaldo Brasil Cerqueira.

Aspecto da Secção de Mecanografia

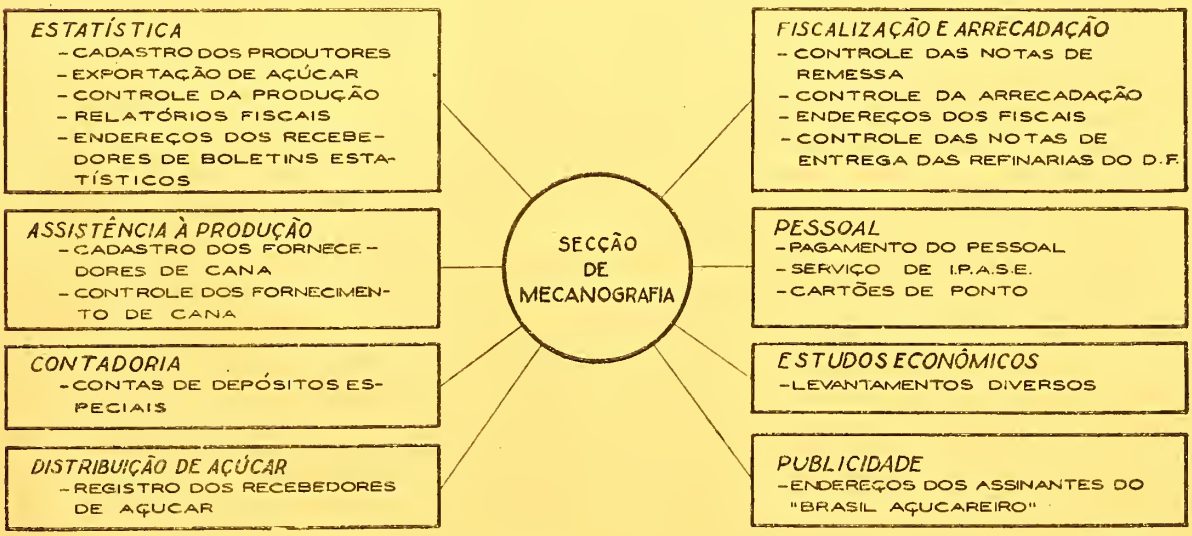
GRANDE DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS

Tem a Secção de Mecanografia como finalidade colaborar com as demais Secções do I. A. A. na realização dos trabalhos de sua especialidade, de modo a lhes proporcionar as vantagens da mecanização, as quais se traduzem na rapidez das apurações e na segurança que, em geral, oferecem os serviços desse tipo. Presentemente, a Secção de Mecanografia apresenta a seguinte divisão : uma chefia e três turmas de trabalho. A turma de classificação, que tem a seu cargo as tarefas de recepção, registro, classificação, conferência, arquivamento e controle dos resultados; a turma de Hollerith, encarregada da perfuração, conferência, separação e tabulação; e a turma de Addressograph, responsável pela gravação, impressão e arquivamento.

Para melhor avaliar o desenvolvimento dos serviços de mecanografia, é oportuno referir que o consumo de cartões passou de 115.000 unidades de perfuração, em 1936, primeiro ano de trabalhos normais, para 660.000 em 1945. Outro dado interessante é o do aumento do consumo desses cartões de 1942 (260.000 unidades) para 1943 (590.000 unidades). Coincidiu o maior crescimento com a transformação do primitivo serviço em Secção e a consequente extensão das respectivas actividades às demais Secções do I. A. A.

A Secção de Mecanografia executa, actualmente, as etapas mecanizadas dos seguintes trabalhos : cadastro dos produtores; controle da produção; relatórios fiscais; exportação de açúcar; controle do depósito de Cr$ 100,00; controle das saídas de açúcar das usinas de Minas-Gerais e Estado do Rio de Janeiro; cadastro dos fornecedores de cana; registro dos recebedores de açúcar; controle da arrecadação; pagamento do pessoal, que inclui a apresentação de um resumo da folha de pagamento, em bases orçamentárias, da sede e dos órgãos regionais; IPASE; serviço Addressograph e controle das entregas de açúcar feitas pelas refinarias do Distrito Federal.

ESQUEMA DA ENTROSAGEM DA SECÇÃO DE MECANOGRAFIA COM OS DEMAIS ÓRGÃOS DO I. A. A.



UM EXEMPLO ILUSTRATIVO

Vale a pena pormenorizar, a título ilustrativo, uma dessas operações a cargo da Secção. No caso do cadastro dos fornecedores de cana, por exemplo, as usinas de açúcar remetem ao I. A. A. os mapas dos fornecedo-

res contendo o período de fornecimento considerado básico para a fixação de quotas. A Secção de Assistência à Produção, de posse dos citados mapas, neles determina os períodos de fornecimento a serem considerados para a fixação das quotas, remetendo-os a seguir, à Secção de Mecanografia.

A mecanização tem início com a perfuração dos cartões à base dos períodos determinados. Em seguida, é feita a apuração da média aritmética dos citados períodos, com o auxílio da máquina multiplicadora, a qual registra no próprio cartão o resultado do cálculo apurado. Concluída esta fase, procede-se à listagem dos cartões, por usina, em quatro vias, com o seguinte destino: primeira, para o Presidente do I. A. A.; segunda, para a Secção de Assistência à Produção; terceira, para a publicação no "Diário Oficial"; quarta, para a Secção de Mecanografia. Paralelamente à publicação no "Diário Oficial", tem lugar a remessa de uma notificação a cada fornecedor, capeada por uma relação destinada a receber a assinatura do interessado.

Finda esta primeira etapa da formação do cadastro, seguem-se outras providências da Secção de Assistência à Produção, que culminam com a remessa ao serviço de mecanização da numeração atribuída aos fornecedores por ocasião da distribuição das carteiras de Registro dos Fornecedores. Informado da numeração dos fornecedores, o Serviço de Mecanografia inicia a perfuração dos cartões definitivos do cadastro, os quais, além da função pròpriamente cadastral, têm funções outras no processo do fornecimento. Dos cartões definitivos são extraídas as listagens cadastrais por ordem alfabética e numérica de fornecedor, dentro do Estado e da usina, permitindo assim, a qualquer momento, o mais completo exame da situação de cada fornecedor.

A existência de um cadastro desta ordem possibilitou, com vantagens, a aplicação das normas do Estatuto da Lavoura Canavieira e deu aos diversos serviços do I. A. A. elementos de informação de particular importância sobre actividades agrícolas no país.

ENTROSAMENTO DO TRABALHO

A significação principal dos trabalhos a cargo da Secção de Mecanografia reside, sem dúvida, nas possibilidades de constante desenvolvimento que os mesmos oferecem. Se se confrontarem os serviços mecanizados da época da sua implantação no I. A.. com os agora realizados, ter-se-á ideia precisa da evolução que experimentaram para possibilitar a aplicação da política açucareira. Sendo esta uma política econômica onde a intervenção do Estado se faz sentir para manter equilibrada a produção e o consumo, impossível seria qualquer aplicação regular da mesma sem o conhecimento exacto da verdadeira situação da economia canavieira no país, por Estados, por usinas, por fornecedores, por engenhos, por tipo de produção de açúcar ou de álcool, etc. A circunstância da Secção de Mecanografia trabalhar em perfeito entrosamento com as demais Secções que necessitam dos seus serviços, é outro depoimento expressivo sobre o funcionamento do I. A. A., o qual se aperfeiçoa regularmente à medida que cresce o relevo do sector canavieiro no quadro geral da economia brasileira.

CENSO AGROPECUÁRIO MUNDIAL

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), acaba de submeter aos diversos governos associados questionários destinados a servir de base à preparação do Censo Agropecuário Mundial de 1950. Espera-se que todos os governos cuidem de obter informações suceptíveis de comparação com as dos demais países sobre a área semeada e a produção de artigos de importância mundial, bem como sobre os tipos de posse da terra e as principais classificações dos solos. A cana de açúcar e a beterraba açucareira figuram entre as culturas sobre as quais foram solicitados dados para a organização do referido censo.

"Açúcar e Álcool no Brasil"

Anibal R. de Matos

Preço . . . . . Cr$ 15,00
Pelo Correio . . . Cr$ 17,00

Deveriam conhecer o **Clarificador Graver** pela sua eficiência superior... sua contribuição no sentido de aumentar a produção e melhorar a qualidade... sua possibilidade de diminuir os custos de operação.

Trabalhando com o princípio exclusivo da Alimentação Periférica do Caldo mais a Floculação à Contra-Corrente, o **Clarificador Graver** tem provado sua superioridade em usinas de açúcar pelo mundo inteiro. Escreva hoje mesmo pedindo detalhes. Conheça **Graver** e o que o **Clarificador Graver** pode fazer em **sua** usina de açúcar.

Divisão de Equipamento Açucareiro da

GRAVER TANK & MFG. Co. Inc.,

424 Madison Ave., New York 17, N.Y., U.S.A.

Patents of J. J. Seip and J. Diez Compain

GRAVER

SÃO PAULO E O AÇÚCAR

F. Oliveira Guena

No período de 1928 a 1931, foi o País assolado por uma crise geral que arruinou, pràticamente, as usinas de açúcar existentes. Em São Paulo, usineiros tidos como dos mais empreendedores, chegaram a pagar os seus fornecedores, em espécie, entregando-lhes açúcar, uma vez que não podiam fazer face aos seus compromissos.

A Carteira de Liquidação do Banco do Brasil aí está para testemunhar a situação de verdadeiro desespero a que chegou a indústria canavieira nacional.

Em face de tal situação calamitosa, surgiu a ideia de intervenção, com o objectivo de salvar a indústria do açúcar no País, daí resultando a criação, em 1931, da Comissão de Defesa do Açúcar, transformada mais tarde, em 1933, no actual Instituto do Açúcar e do Álcool.

Leonardo Truda — "A defesa da produção açucareira" — justifica a intervenção do Estado, quando mostra que as cotações de açúcar haviam chegado a Cr$ 18,00, Cr$ 14,00 e mesmo Cr$ 13,00 em 1929/31, comentando:

"A esse preço de miséria nem mesmo as mais eficientes das nossas usinas, as dotadas de melhor aparelhamento ou as providas de mais ricas lavouras e de canaviais de mais alto rendimento agrícola, nem mesmo essas poderiam longamente resistir. E não há nenhum exagero, portanto, em afiirimar que muitos dos usineiros brasileiros, à maioria deles talvez, devia assaltar uma dúvida amarga sobre a conveniência de continuar a produzir em tais condições".

A superprodução gerara o aviltamento dos preços.

A única solução seria a limitação até que o consumo alcançasse o nível da produção, uma vez que os mercados estrangeiros estavam pràticamente fechados à importação do açúcar brasileiro, pois, embora o Brasil não figurasse no Plano Chadbourne (1931), não pôde evitar a sua adesão ao Acordo Internacional de Londres, quando a sua quota de exportação foi fixada em 1.000.000 de sacos. Pelo citado acordo, viu Cuba sacrificada mais da metade dos seus canaviais. O mercado internacional era uma tábua-de-salvação, pois dele se serviam os usineiros nacionais, com o único objectivo de evitar prejuízos maiores, uma vez que, apesar do Plano e do Acordo, as cotações para exportação eram Cr$ 29,10, Cr$ 21,40 e Cr$ 27,42 em 1936, 1938 e 1939, respectivamente.

De 1930 a 1940 exportamos, em média, 800.000 sacos anuais.

A limitação, então, foi feita, tomando-se como base um quinquênio de produção (artigo 58 do Regulamento aprovado pelo Decreto-lei n.º 22.789, de 1/6/33 e confirmada na Lei n.º 178, de 9/1/36, iniciada e concluída no Poder Legislativo e sancionada pelo Presidente da República), média razoável, em que os anos nocivos fossem compensados pelos anos favoráveis.

Como resultado, foi estabelecida uma quota de produção, de cerca de 12 milhões de sacos de açúcar, sendo que as nossas necessidades de consumo eram de ordem de 8 milhões e meio de sacos. Essa diferença seria consumida, parte pelo aumento de consumo, parte pela exportação a preço de sacrifício e parte pela transformação em álcool-anidro, que era, obrigatòriamente, misturado à gasolina importada.

Ao iniciar-se a safra 1934/35 estavam, pràticamente estabelecidos os limites de cada produtor.

São Paulo, até essa data, produziu:

Safra	Produção
1928/29	945.980 sacos
1929/30	1.113.417 "
1930/31	1.108.510 "
1931/32	1.565.824 "
1932/33	1.673.998 "
1933/34	1.828.668 "
Média do quinquênio:	1.458.083 "

Existiam no Estado 29 usinas com as seguintes capacidades:

17	usinas	com	produção	inferior a		50.000	sacos
4	"	"	"	entre ...	50.000 e	100.000	"
2	"	"	"	" ...	100.000 "	150.000	"
6	"	"	"	" ...	150.000 "	200.000	"

Existiam, ainda, 157 pequenas usinas que, embora possuindo turbina, trabalhavam com evaporação directa, produzindo 36.146 sacos de açúcar conhecido pelo nome de açúcar turbinado. O número dessas fábricas foi diminuindo à proporção que as quotas eram incorporadas, por venda, às outras usinas.

A partir da limitação foi a seguinte a produção paulista :

Safra	Produção
1934/35	1.844.497 sacos
1935/36	2.032.983 "
1936/37	2.248.370 "
1937/38	2.407.936 "
1938/39	2.198.510 "
1939/40	2.464.064 "
1940/41	2.330.194 "
1941/42	2.252.364 "
1942/43	2.926.968 "
1943/44	2.959.533 "

Em fins de 1943 começou a se fazer sentir, em todo o País, a falta de açúcar. Justificava-se a crise, responsabilizando-se o transporte marítimo, deficiente em face da situação anormal em que nos encontrávamos em consequência da guerra.

Entretanto, cabe aqui uma observação : o torpedeamento dos nossos navios verificou-se em agosto de 1942 e a crise só se fez sentir em fins de 1943, decorrido, por conseguinte, mais de um ano.

É que, durante todo esse período, São Paulo se abasteceu com a sua própria produção, com algum açúcar que os comboios trouxeram, ao mesmo tempo que ia consumindo o seu "estoque invisível" ou "estoque de prateleira". Quando esse se extinguiu, os irregulares suprimentos do Norte não mais foram suficientes para atender, normalmente, ao mercado.

Aí, então, estourou a crise !

Mesmo que o consumo se tivesse mantido rigorosamente igual ao anterior, e os carregamentos do Norte voltassem a chegar com toda regularidade, teríamos um período de crise necessário ao restabelecimento do "estoque invisível", ao mesmo tempo que o pânico criado, as retenções de estoque e a corrida só cessariam quando esse estoque fosse restabelecido.

Uma crise de tal amplitude só poderia ser, honestamente, consequência de duas causas : redução grande de safra ou aumento extraordinário de consumo.

Vejamos a situação do País, nos últimos 10 anos :

Safra	Produção
1937/38	10.907.204 sacos
1938/39	12.702.719 "
1939/40	14.406.239 "
1940/41	13.511.832 "
1941/42	13.839.083 "
1942/43	14.759.017 "
1943/44	15.314.442 "
1944/45	14.896.924 "
1945/46	15.398.138 "
1946/47	18 165.000 " (1)

Redução da safra, pràticamente, não se deu, pois uma diminuição de 417.518 sacos, verificada na safra 1943/44 para a safra 1944/45 não pode ser responsabilizada pela crise, tanto mais que esta se declarou na safra 1943/44 quando houve um aumento de produção de 555.425 sacos sobre a safra anterior. Na safra 1940/41 houve redução de quase novecentos mil sacos e nenhuma perturbação se verificou no abastecimento.

Quanto à segunda hipótese, também não podemos responsabilizar integralmente o aumento de consumo, porquanto esse não se verificou em escala tão grande, capaz de provocar tamanho desequilíbrio.

O que na realidade se deve ter dado é o seguinte :

a) Ao par do aumento normal do consumo houve outro, decorrente da mudança de predilecção do consumidor de açúcar baixo, que passou a consumir açúcar de melhor qualidade.

Isto é perfeitamente explicável, pois o homem do campo que, em muitos casos, até então não havia podido consumir açúcar branco, passou a usá-lo, por várias razões : 1.º) teve o seu padrão de vida elevado, com os aumentos de salários verificados; 2.º) uma grande parte da população rural dirigiu-se para as cidades, atraída, não só, pelos altos salários das indústrias, como também pelo conforto que esta lhe pode fornecer, em contraste com a vida rural. Hoje encontramos, em São Paulo, usinas que são obrigadas a mandar, diàriamente, os seus caminhões às cidades próximas buscar os trabalhadores, conduzindo-os de volta à tarde, porque esses não mais se sujeitam a residir

(1) — Dados não definitivos.

nas usinas; 3.º) finalmente, com a necessidade de controle, as autoridades encarregadas do abastecimento foram obrigadas a fixar quotas de consumo para cada município. Esse, na maioria dos casos, tinha o seu abastecimento assegurado com açúcar produzido por determinada usina. Em consequência, existiam municípios onde só se encontrava açúcar filtrado, ao passo que em outros sòmente o cristal era vendido. Houve inúmeros casos em que Prefeitos e comerciantes locais solicitavam a substituição de quota de açúcar filtrado por açúcar-cristal, em vista daquele não ter consumo no município. Quando possível, era feita a troca, mas na maioria dos casos a autorização era mantida. Como resultado, tivemos muitas e muitas zonas que se acostumaram, forçadas pelas circunstâncias, a consumir açúcar de melhor qualidade. Daí os grandes estoques de açúcares baixos que ainda hoje existem.

b) O grande responsável pela crise, talvez, tenha sido a irregularidade do abastecimento, pois, o açúcar existente seria suficiente para o consumo nacional, como o vinha sendo até então, uma vez que não se pode admitir que de um ano para outro o consumo tenha crescido tanto.

A produção do Estado e os poucos carregamentos que vinham do Norte eram sequiosamente disputados, o que não permitiu o acúmulo de um estoque por menor que fosse. As indústrias, que tinham no açúcar a sua matéria-prima, em virtude da falta do açúcar para o consumo doméstico, viram os seus produtos com enorme procura, o que fez com que elas também pretendessem aumentar a sua produção, resultando daí maiores procuras da matéria-prima. Por outro lado, os produtores dos Estados exportadores, a fim de fazerem jus à margem legal, pela venda directa ao varejista ou ao industrial, passaram a vender todo o seu açúcar directamente. Às grandes indústrias nenhum inconveniente resultou. Mas as pequenas, que até então se abasteciam nos atacadistas locais, onde já possuíam crédito, facilidades comerciais, etc., se viram forçadas a efectuar suas compras em mercados que lhes eram completamente estranhos, comercialmente falando. Uma necessidade de 10 sacos, por exemplo, que poderia fàcilmente ser satisfeita no mesmo dia, num depósito local, ficava dependendo de remessa de numerário para aí, então, aguardar a possibilidade de transporte.

c) Finalmente, como consequência das causas enumeradas, aparecem os responsáveis directos : o pânico gerado e a corrida decorrente.

Acreditamos que, refeitos os estoques e implantada novamente a confiança, ficará provado que o aumento de consumo terá sido o que de modo normal se vinha verificando, anualmente, no País, acrescido, porém, de uma certa quantidade correspondente à mudança da predilecção do consumidor para as qualidades superiores de açúcar.

Entretanto, o I. A. A., em 12/4/1944, pela Resolução 79/44, liberava a produção de açúcar em todo o País, no período de 5 anos, ao mesmo tempo que, pela Resolução 116/45, permitia a melhoria das condições técnicas das pequenas usinas, ao autorizar a instalação de vácuo nos engenhos turbinadores, transformando-os em outras tantas usinas.

Ao par dessas medidas, autorizou as Distilarias Autônomas, dentro de certas restrições, a se transformarem em usinas.

Entre a liberação e os primeiros frutos deveria decorrer pelo menos o período de 18 meses, tempo suficiente ao plantio e montagem do aparelhamento necessário ao aproveitamento da matéria-prima. Portanto, a safra 1944/45 pouco deveria diferir das anteriores.

SAFRA 1944/45

Produção das usinas	3.067.307 sacos
" dos turbinadores	48.331 "

Na safra seguinte alguns poucos turbinadores já se tinham aparelhado, o que deu em resultado a produção :

SAFRA 1945/46

Produção das usinas	2.891.965 sacos
" " Dists. Autônomas	2.931 "
Turbin. transf. em usinas	21.734 "
	2.916.630 "
Turbin. transf. em usinas	21.734 "

A safra 1946/47 já, então, iria apresentar os resultados da liberação dada em 1944, por-

quanto, decorridos os 18 meses necessários ao desenvolvimento das novas lavouras fundadas, também já estava instalada a aparelhagem necessária ao aproveitamento da matéria-prima existente.

De facto :

SAFRA 1946/47

Produção das usinas	4.294.689	sacos
" " Distils. Autônomas	115.296	"
Turbinadores transf. em usinas	173.376	"
Novas usinas	—	—
	4.583.361	"
Produção dos turbinadores	48.086	"

Finalmente, a safra 1947/48 deve reflectir, fielmente, as consequências da liberação.

SAFRA 1947/48 (Estimativa)

38 usinas	4.545.000	sacos
4 Distils. Autônomas	467.000	"
24 Turbinadores transf. em usinas	850.000	"
— Novas usinas	—	—
	5.862.000	"
Turbinadores	70.000	"

Com essa produção, estará São Paulo a coberto de sofrer nova crise de falta de açúcar?

Tomemos o consumo do Estado em anos anteriores a 1942 :

ANOS	POPULAÇÃO (*)	CONSUMO		Aumentos anuais de consumo
		Total (sacos)	Per capita (Kg)	
1942	7.553.229	4.876.420	38,73	207.143
1941	7.396.470	4.669.277	37,87	160.748
1940	7.239.711	4.508.529	37,36	337.961
1939	7.082.952	4.170.568	35,32	286.727
1938	6.926.193	3.883.841	33,64	554.818
1937	6.769.434	3.329.023	29,50	—

(*) Calculadas segundo elementos fornecidos pelo Iustituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

De 1942 em diante os dados de consumo nada significam, pois o Estado viveu em regime deficitário quanto ao consumo de açúcar.

Pelos dados indicados verificamos que o aumento anual médio é da ordem de 310.000 sacos, o que nos leva a admitir o consumo de 6.116.000 sacos para o ano de 1946.

A título de curiosidade, vejamos o consumo "per capita" de alguns países, em 1940, inclusive o Brasil, do qual destacamos São Paulo :

Dinamarca	56,0
Inglaterra	51,2
Suécia	49,0
Suíça	43,1
Irlanda	41,2
SÃO PAULO	37,36
Noruega	35,6
Bélgica	32,5
Finlândia	30,4
Holanda	29.2
Áustria	27,6
Checoslováquia	27,3
França	26,9
Alemanha	26,8
Estônia	26,4
Letônia	25,1
BRASIL	23,3
Rússia	13,2
Polônia	13,1
Espanha	13,0
Grécia	12,4
Lituânia	12,4
Húngria	12,1
Portugal	9,5
Itália	9.1
Turquia	6,4
Rumânia	6,1
Jugoslávia	6,0
Bélgica	4,9

Analisemos a situação do Estado a partir do início da sua safra 1946/47, ou seja, a partir de maio do ano passado.

Produção	4.583.361	sacos
Importação do Norte	1.439.153	"
" " Est. do Rio	147.400	"
	6.169.954	"
Estoque em 15-4-47	515.608	"
	5.654.346	"

Verificamos, pois, que de maio de 1946 a 15/4/1947, o Estado de São Paulo e seus vizinhos consumiram 5.654.346 sacos de açúcar. Entretanto, essa quantidade não deveria representar as necessidades reais de onze meses de consumo, pois durante os primeiros meses da safra, por motivos vários, inclusive a questão de transporte, o abastecimento não se fez com regularidade.

Mas, em compensação, à proporção que o abastecimento se ia normalizando, grande parte do açúcar das indústrias passou a ser consumido na confecção de doces caseiros.

Assim sendo, o estoque existente corresponde ao consumo do Estado no período compreendido entre meados de abril e meados de maio, sendo que as necessidades anuais são da ordem de 6.168.372 sacos, quantidade condizente com a estimativa de consumo feita à base do aumento anual.

O estoque da Capital em 15/4/1947 era de 124.231 sacos, existindo ainda 144.559 sacos em trânsito e desenbaraço, o que asseguram o seu abastecimento para um período de, aproximadamente, dois meses e meio, quando, então, a safra do Estado, já em pleno desenvolvimento, terá constituído um estoque capaz de atender às necessidades da Capital, até a chegada do açúcar da safra 1947/48, importado do Norte.

Pelos consumo "per capita" do Estado no período de 1937/42, verificamos ter havido um aumento médio anual de 1,24 quilos. Nessas condições, o consumo "per capita" provável para 1946, seria de 43,69 Kg, o que nos daria, para uma população de 8.203.718 habitantes, um consumo de 5.973.674 sacos, resultado que também se aproxima dos encontrados anteriormente.

Tirando a média dos três resultados, teríamos um consumo provável de 6.086.015 sacos.

Cabe aqui uma rectificação. No cálculo do consumo "per capita" do Estado está incluído o açúcar que foi exportado para os Estados vizinhos, razão porque aparece um pouco elevado aquele índice, pois os dados que possuímos, de consumo, são baseados na produção e importação. Entretanto, essa observação não alterará os cálculos, porquanto, na previsão para 1947/48, aparecerá o açúcar suficiente ao mercado paulista incluindo as quantidades necessárias à exportação. Essas, podemos afirmar, são da ordem de 360.000 sacos anuais.

Tentemos, pois, calcular as necessidades paulistas para 1947.

Pelo aumento anual do consumo teríamos 6.426.420 sacos e pelo consumo "per capita" (população 8.360.477 habitantes) 6.260.602 sacos.

Podemos, pois, quase afirmar que as necessidades de São Paulo e dos Estados vizinhos, no período de maio de 1947 a junho de 1948, não irão além de 6 milhões e meio de sacos de açúcar.

Como a sua safra está estimada em mais ou menos 5 milhões e oitocentos mil sacos, terá que importar setecentos mil sacos, aproximadamente, importação essa plenamente assegurada.

Nessas condições, todo o receio de falta de açúcar, próxima e mesmo remota, será infundado.

As atenções se devem voltar para o fenômeno inverso !

BENTONITE COMO AGENTE PURIFICADOR DO CALDO

Numa revista especializada do Havaí, W. L. McCleery escreve um artigo, resumido em um dos últimos números de "Sugar", sobre as experiências de laboratório levadas a efeito com a bentonite, a fim de demonstrar as possibilidades de emprego dessa substância, como clarificador do caldo. Outras experiências abrangem várias formas de fosfatos e combinações de fosfato e cal com a bentonite. Nessas experiências, informa o autor, os tratamentos com bentonite acusaram acentuadas melhores no caldo clarificado, indicando, também, que do referido tratamento resulta uma turvação média (medida pelo luxímetro) de 10 a 5. Foram igualmente constatados aumentos de pureza, variando de 0,20 até um máximo de 1,1, embora esta última cifra seja excepcional. Antecipa-se, porém, que a elevação média será de cerca de 0,30. Mesmo esse pequeno aumento indica uma recuperação adicional suficiente para compensar o custo do tratamento. A combinação de bentonite e fosfato deu resultados animadores. Experiências que se realizam em fábricas indicam que o tratamento melhorará as qualidades de refinação do açúcar comercial, especialmente com relação à filtração.

B. P. BAPTISTELLA

PRODUTOS PARA USINAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

VIADUTO BOA VISTA, 67 - 3º AND.

SÃO PAULO

Senhor Usineiro:

Com a aproximação da nova safra açucareira, já está V. S.ª, por certo, pravidenciando no sentido de colocar a sua usina em perfeito funcianamento, equipada com a melhar material, para a industrialização da grande quantidade de cana que irá receber.

Nesta safra, o fruto de seu trabalha que será o seu lucro provável, dependerá, bàsicamente, de dois factares principais: qualidade da açúcar produzida e racianalização e eficiência do material usada na produção, para que obtenha, econômicamente, a máximo rendimento no menor tempo passível.

O **"APOROFO"**, produta fabricada pela minha firma e que é reconhecidamente, a melhor decantante do caldo de cana, tem influência decisiva nos factores de êxita acima enumerados. Os seus companentes activos, Óxido de Alumínio e Ácido Fasfárico, proparcionam a V. S.ª as seguintes vantagens :

a) uma decantação mais fácil do calda, tornanda-o limpo e cristalino em tempa bem menar do que o de castume;

b) considerável eliminação das ceras e gomas;

c) redução do volume da cachaça;

d) impedimento da formação de encrustações nos tubos adutores, nos vácuos e nas centrífugas;

e) emprega muito econômico (cerca de 150 a 200 gramas de **"APOROFO"** por 1.000 litros de caldo).

A maioria das mais importantes usinas deste Estado e do Norte do País, — conforme atestados espontâneamente fornecidos à minha firma — reconheceu logo o valor da **"APOROFO"**, e continuadamente vem usando esse produto com resultados os mais satisfatários.

Depositanda confiança absoluta na eficiência do **"APOROFO"**, a minha firma proporciona aos seus fregueses assistência técnica gratuita, envianda às usinas que adquirirem a produto um técnico especializado para proceder aos primeiros ensaios práticas, que comprovam, de sobeja, as suas excelentes qualidades como decantante e etc.

Caso V. S.ª esteja interessado no emprego do **"APOROFO"** comunique à minha firma dentra em breve, a fim de ser atendido com a presteza indispensável em face da aproximação da nova safra.

Cordiais saudações

B. Baptistella

(B. P. Baptistella)

MELAÇO - MATÉRIA-PRIMA DE MÚLTIPLA APLICAÇÃO

Walter M. de Oliveira

Iniciamos nesta edição, e concluiremos na próxima, a publicação de uma palestra sobre o tema "Melaço — matéria-prima de múltipla aplicação", pronunciada pelo Sr. Walter M. de Oliveira, Chefe da Secção Técnico-Industrial de I. A. A., na sede da Associação Química do Brasil, em 25 de setembro de 1946.

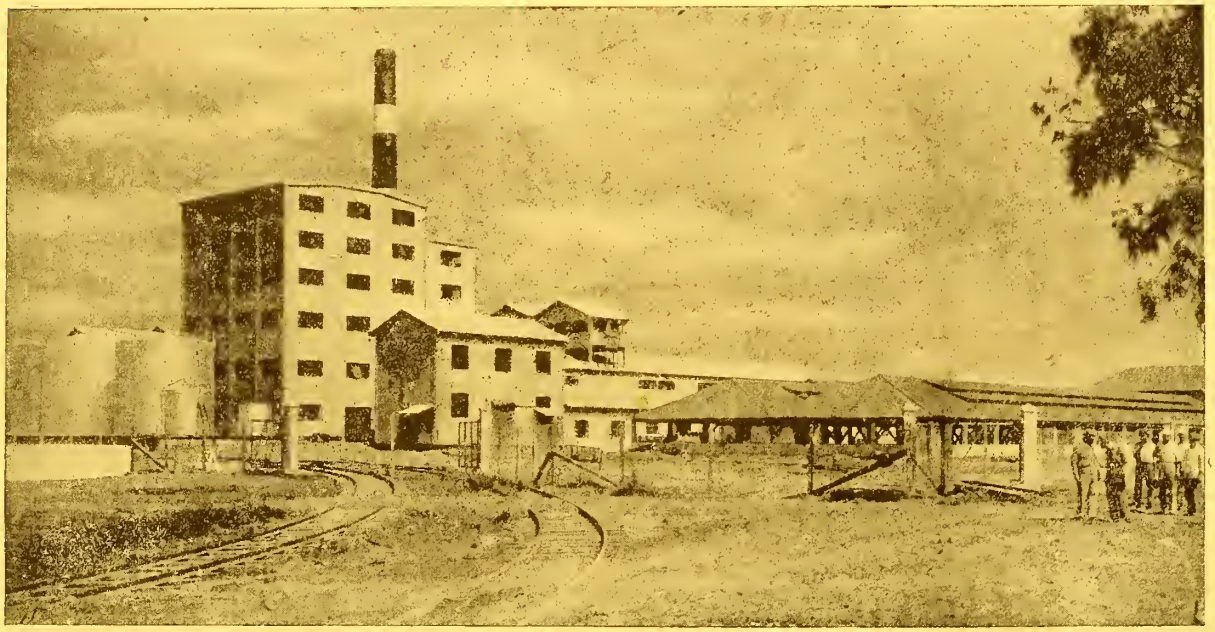
I

Com o desenvolvimento da indústria química tal qual se apresenta actualmente, é um facto muito comum, quando se cogita da elaboração de um composto determinado, procurar a matéria-prima que mais econômicamente possa ser transformada, considerando-se as condições e facilidades existentes no local que se tem em vista. Isso acontece, essencialmente, devido ao carácter amplo de pesquisa desenvolvida em todos os sectores de produção.

A indústria do açúcar de cana, uma das primeiras implantadas no nosso país, apresenta, na fase final de recuperação da sacarose cristalizada, um subproduto ou resíduo, que por muito tempo foi considerado de valor mínimo ou desprezível, e a sua eliminação, um problema, quando produzido em grande escala.

O melaço, mel-final ou mel-exausto, denominações várias que são aplicadas a esse subproduto, nestes últimos vinte anos tem assumido função completamente diversa daquela que lhe era antes reservada, perdendo, em transição brusca, o seu anonimato obscuro de resíduo, para a categoria de matéria-prima vital, como se verificou durante o último conflito mundial.

Para ressaltar essa significação, basta fazer notar que a produção normal de álcool nos Estados-Unidos, que era de 407.000.000 de litros nos anos anteriores à guerra, após 1944 passou a ser de 1.923.917.627 litros, sendo que a matéria-prima quase totalmente utilizada foi melaço.



A Distilaria Central do Estado do Rio (Martins Lage), do I. A. A., com capacidade de produção de 60.000 litros diários de álcool-anidro, emprega o processo clássico de fermentação

A associação de substâncias orgânicas — açúcares e proteínas — com compostos minerais onde figuram em maior percentagem os elementos: potássio, cálcio, fósforo e ferro, o indicam imediatamente como um meio propício para o desenvolvimento e cultivo de espécies de organismos microscópicos, ou como um alimento para a vida animal mais desenvolvida.

Os produtos obtidos da fermentação seleccio-

nada de microganismos, tendo o melaço como meio de cultura, são vários, assumindo importância especial na indústria de solventes, onde toma maior relevo a produção de etanol, acetona e butanol, além de ácidos orgânicos, tais como os ácidos cítrico e láctico.

Muito embora outras matérias-primas possam ser usadas para a fabricação desses compostos por processo fermentativo, como no caso de amiláceos ou ainda subprodutos do processos "cracking" de destilação do petróleo venham sendo utilizados para a produção sintética de alguns deles, especialmente etanol, entre nós o melaço é a matéria-prima mais indicada para produzi-los econômicamente.

Na indústria de alimentação, o melaço é de grande aplicação, seja directamente na criação e engorda de animais, seja indirectamente na produção de leveduras concentradas ou prensadas, de emprego muito amplo na dieta e alimentação humanas. Têm sido feitas tentativas para a sua utilização como adubo, directamente no solo e como combustível, mas os resultados não foram muito encorajadores.

Dado o carácter químico da molécula dos açúcares que se constituem em maior percentagem no melaço — sacarose, levulose e dextrose — tem sido o mesmo submetido a reacção de condensação e polimerização com uréia, formol e anidrido ftálico, para obtenção de resinas sintéticas.

O mel final, obtido das usinas de açúcar, é um produto de composição muito variável, apresentando características em açúcares, proteínas e sais minerais que são influenciadas fortemente por dois factores: qualidade do solo onde a cana de açúcar foi cultivada e condições de trabalho dentro da usina.

Gomes de Faria e colaboradores, (1) em demorado estudo analítico de 25 amostras de méis das usinas de Campos nas safras de 1935, 1936 e 1937, encontra a seguinte média de composição :

Brix aparente	—	83.22
Brix real	—	77.39
Pol. aparente	—	32.33
Pol. real	—	37.52
Pureza aparente	—	38.90
Pureza real	—	48.49
Açúcares totais (como redutores)	—	57.09
Cinzas	—	9.30
N total	—	0.56
K_2O	—	3.12
P_2O_5	—	0.19
SO_2	—	0.83

Gustavo T. Reich apresenta a seguinte composição para o melaço de Cuba e Havaí, utilizado na Pensylvania Sugar Co., para a produção de levedura e álcool concomitantemente :

(1) Estudos sobre os melaços de cana — Gomes Faria — A. A. 1938.

		Cuba	Havaí
Brix	—	82.70	86.10
Densidade	—	1.4328	1.4492
Sacarose	—	35.53	27.39
Ac. invertidos	—	15.77	15.55
Não-açúcares	—	31.40	41.66
Cinzas	—	9.50	12.91

CINZAS

K_2O	—	43.91	29.55
Na_2O	—	—	2.60
CaO	—	16.12	19.08
MgO	—	—	11.35
$Fe_2O_3 + Al_2O_3$	—	1.53	0.45
SiO_2	—	3.78	3.08
Cl	—	—	1.27
SO_3	—	15.05	20.70
P_2O_5	—	—	2.05

Além da utilização do melaço como matéria-prima para as indústrias de fermentação, o seu emprego maior se verifica como alimentação directa para animais ou em composição de forragens mistas, onde se lhe adicionam substâncias outras de valor protéico mais elevado. A United States Sugar Corporation, em Flórida, tem utilizado com muito êxito para esse fim os resíduos do capim-limão, que resultam da destilação a vapor a que o mesmo é submetido, a fim de extrair um óleo essencial contendo grande teor em citral. O valor do melaço em vitaminas do complexo B, B_2 e E tem sido motivo de demonstração experimental nos Estados-Unidos.

FERMENTAÇÃO ETÍLICA

As equações fundamentais que regem o processo de inversão de um dissacárido, como sacarose

$$C_{12}H_{22}O_{11} + H_2O \rightarrow C_6H_{12}O_6 + C_6H_{12}O_6$$

e dos monossacáridos resultantes em etanol

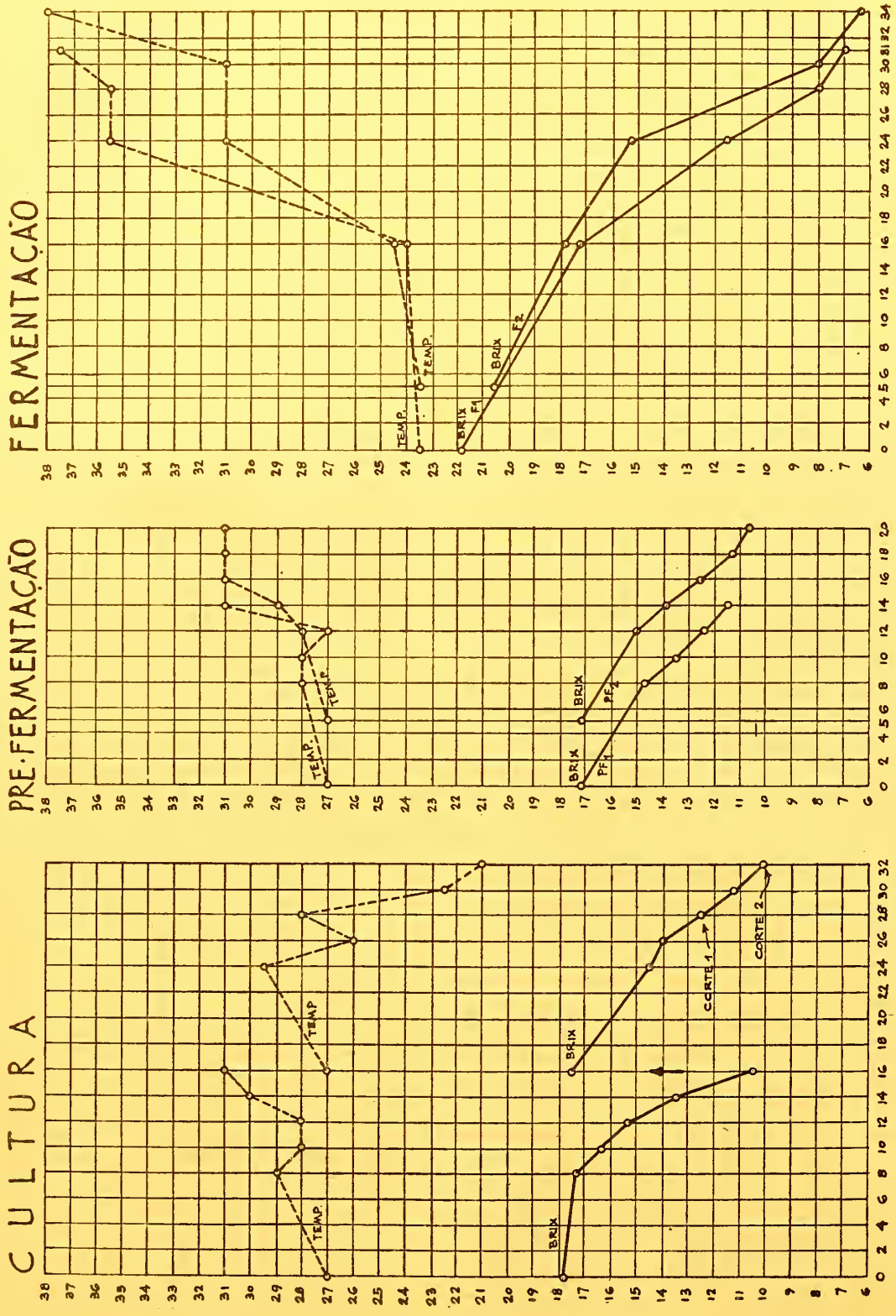
$$C_6H_{12}O_6 \rightarrow C_2H_5OH + CO_2$$

à custa dos enzimas contidos na célula da levedura, sintetizam de maneira muito simples uma série de reacções intermediárias que têm sido objecto de estudos intensivos da parte de vários pesquisadores e cientistas, no sentido de explicar, não sòmente o aparecimento de produtos secundários da fermentação etílica, tais como glicerina, aldeído-acético, acído-acético, acído-sucínico e uma mistura de álcoois superiores obtidos no óleo de fusel, bem como a influência de sais minerais e orgânicos no metabolismo do levedo.

O aparecimento daqueles produtos secundários já havia sido constatado por Pasteur, que demonstrou assim a impossibilidade de se obter rendimento teórico de 100% em álcool, a partir da fermentação de carboidratos de acordo com as equações mencionadas. Daí ser considerado como fi-

Gráficos ET 1 a 3

FERMENTAÇÃO ETILICA NAS 3 FASES DO PROCESSO INDUSTRIAL CLÁSSICO



gura teórica no cálculo do rendimento e eficiência de fermentação na indústria, o rendimento de Pasteur — 61.09 lts. de álcool por 100 kg de glucose.

Muito embora o melaço contenha em si sais nutritivos para o levedo, a percentagem nele existente não é, na maioria dos casos, suficiente para promover uma fermentação rápida e de grande eficiência. Fósforo e nitrogênio são dois elementos indispensáveis para a formação celular e activação do organismo na produção dos enzimas catalizadores das reacções de oxidação sobre os carboidratos do melaço, resultando na análise de suas moléculas complicadas, em outras mais simples como as do etanol e anidrido carbônico.

Harden-Young, Neuberg e ùltimamente Macfarlane (2) têm comprovado a acção importante dos fosfatos no metabolismo celular com a formação e decomposição de hexosefosfatos, como produtos intermediários na obtenção do álcool etílico. Esta última pesquisadora chegou a constatar experimentalmente que na levedura existe normalmente 1 mg. de fósforo na forma de hexosedifosfato para 100 gr. de levedo e que durante a fermentação, o teor em fósforo de célula aumenta para 30 mgs., dos quais 10 mgs. na forma daquele éster.

Para a compra do melaço e controle da fermentação no processo industrial, interessa, sobremodo, o seu teor em açúcares totais, que é expresso sempre como açúcares redutores. Diversos outros factores actuam ainda sobre o processo fermentativo, tais como diluição do melaço (Brix), temperatura da fermentação e reacção pH do mosto. Busca-se sempre obter uma concentração de açúcares tal que o mosto fermentado contenha um teor em álcool entre 6% e 10% e que o pH inicial do mesmo seja mantido no intervalo 4.3 — 4.7, considerado óptimo para o trabalho dos levedos.

PROCESSOS INDUSTRIAIS

Existem actualmente três processos industriais de maior importância para fermentar melaço em álcool etílico:

a) Processo clássico.
b) " Melle-Boinot.
c) " Amatos.

a) — O processo clássico estabelece a fermentação total em três fases:

1 — multiplicação da levedura.
2 — preferrmentação.
3 — fermentação pròpriamente dita.

Na 1ª fase usa-se Brix baixo, mosto esterelizado e aeração suficiente para estimular a reprodução da levedura. Na 2ª fase, o volume do mosto é de 4 a 6 vezes maior que o utilizado na cultura anterior. Aqui, os microrganismos ainda mais se multiplicam e um teor apreciável de álcool também se forma. Uma dorna prefermentadora serve para inocular uma dorna da 3ª fase principal, onde o processo é anaeróbico até o final da fermentação quando todo o açúcar tem sido consumido e a actividade celular diminuído a ponto de não haver mais sinal visível de desprendimento gasoso no mosto, nem queda de Brix horária.

Os gráficos (ET 1 a 3) demonstram essas três fases onde se ressaltam, nas curvas três intervalos bem definidos da velocidade de fermentação, que é indicada pela queda Brix horária.

b) O processo Melle-Boinot simplifica o anterior não sòmente na aparelhagem necessária para seu funcionamento, como na facilidade de controle dentro da distilaria. Baseia-se o mesmo na recuperação da levedura obtida no final da fermentação de cada dorna, introduzindo-a de volta, como leite concentrado, no ciclo operatório da fermentação, como semente ou pé de partida para nova dorna, eliminando, destarte, a fase da multiplicação da levedura e prefermentação.

Essa operação de fazer voltar a levedura, separada por meio de uma centrífuga De Laval, para realizar nova fermentação, tem a dupla finalidade de fazer o mosto entrar imediatamente em trabalho e de transformar em álcool o açúcar que seria consumido na proliferação de novas células, obtendo-se assim rendimentos mais compensadores. O leite de levedo antes de ser alimentado com mosto é diluído, e sofre um tratamento com ácido até um pH 3.0, impedindo desse modo, o desenvolvimento de bactérias.

A constância do número de células de levedura sem proliferação subsequente é baseada nas observações de Brown, confirmadas por outros cientistas de que, quando o número de células em um processo fermentativo atinge certo limite, chamado **número limite de Brown**, não haverá mais multiplicação celular.

c) — **Processo Amatos** — Em memória apresentada ao 4º Congresso da Associação Química do Brasil, em julho de 1945, o colega Anibal Matos fez uma comunicação sobre um novo processo de fermentação alcoólica contínua, e patenteado como: **Amatos**

Neste processo, já industrializado, a dorna de fermentação foi modificada e o aparelhamento total simplificado, a ponto de eliminar não sòmente as fases intermediárias de multiplicação da levedura e prefermentação, como de reduzir sensìvelmente o número de dornas que, para certa capacidade de produção, se reduz apenas a um fermentador e um decantador. A concentração celular no aparelho é tal que mantém o **número limite de Brown**, proporcionando fermentações muito rápidas de 12 horas, como tivemos ocasião de observar em um aparelho-piloto montado na Usina Tamoio, de São Paulo. (3).

(Continua).

(2) Enzyme Technology — Henry Tauber, pg. 58.

(3) N. R. — Sobre a aplicação industrial do processo "Amatos" ver "Brasil Açucareiro" de agosto de 1946 — págs. 146/147.

AUMENTO DE LIMITAÇÃO E SUA DISTRIBUIÇÃO

Em relatório de 22 de março último, a Secção de Assistência à Produção se dirigiu ao Sr. Presidente do I.A.A. sobre o planejamento dos trabalhos relativos à execução das Resoluções ns. 125 e 131/46.

Pela Resolução n.º 125/46, as usinas ficaram com a faculdade de utilizar, com lavouras próprias, até 50 % das quotas agrícolas corespondentes aos aumentos fixados naquela Resolução, destinando, no mínimo, 50 % das quotas agrícolas para os fornecedores, lavradores ou colonos.

A Resolução n.º 131/46 estabelece as normas para o processamento da distribuição dos aumentos previstos na Resolução n.º 125/46. No seu relatório, a Secção de Assistência à Produção indica as providências que está tomando para a execução das citadas Resoluções e os resultados que dessas providências deverão advir.

Evidencia o relatório em questão o aspecto da distribuição das quotas agrícolas, relacionado com a base adoptada pelo Instituto para a conversão das quotas de produção industrial em quotas agrícolas.

Tem sido admitido, invariàvelmente, o rendimento industrial de 90 quilos, em todos os casos daquela conversão. Já sugerira a Secção à anterior Administração do I. A. A. a adopção de um critério mais objectivo e mais justo, para os cálculos da referida conversão, não tendo sido, entretanto, aprovadas as sugestões apresentadas. O rendimento industrial das usinas do país oscila, ainda hoje, entre 80 e 120 quilos de açúcar por tonelada de cana moída e esta circunstância impossibilita a manutenção do critério do rendimento industrial fixo de 90 quilos, sempre que seja concedido aumento de quota às usinas. Em uns casos, as usinas ficam obrigadas a receber canas em quantidade superior às suas necessidades decorrentes dos aumentos das quotas concedidas, enquanto que, em outros casos, as usinas ficam privadas de parte da matéria-prima necessária à produção do aumento de quota obtido. O motivo da não aceitação, pela anterior administração, do critério então proposto e agora reiterado, foi o da dificuldade do estabelecimento do rendimento industrial médio de cada usina. Em face da Resolução n.º 109/45, de 27 de junho de 1945, que fixa as normas para o pagamento das canas de fornecedores, entretanto, ficou estabelecido, como base, para esse pagamento, em cada Estado, o rendimento industrial médio das respectivas usinas. Foram levantados os rendimentos industriais das usinas, para aquele fim, nas safras 1943/44 e 1944/45, desaparecendo, assim, as dificuldades então consideradas.

Propôs, então, a Secção de Assistência à Produção que fossem tomadas para base dos cálculos a serem procedidos para a fixação das quotas agrícolas correspondentes aos aumentos das quotas industriais das usinas, as médias dos rendimentos apurados para cada usina, já vigorantes, aliás, para o pagamento das canas dos fornecedores.

Na exposição da Secção de Assistência à Produção, salientou a mesma que, a par dos entendimentos havidos com as Secções Jurídica e de Fiscalização e as Delegacias Regionais, para a execução dos trabalhos oriundos das Resoluções em tela, ficou combinada a vinda a esta Sede dos Procuradores Regionais e Inspectores Fiscais dos vários Estados, para o fim de realizarem um estágio de 5 dias na Secção de Assistência à Produção, a fim de receberem todas as instruções e esclarecimentos indispensáveis à segura e exacta execução dos trabalhos projectados.

Ressaltou, finalmente, a Secção de Assistência à Produção, a relevância dos trabalhos propostos e a urgência do seu início, dado que caminha o Instituto para uma situação em que será de toda a conveniência ficarem bem definidos os regimes de abastecimento de canas das usinas e delimitados os contingentes de matéria-prima própria e de fornecedores.

Por despacho de 24 de março findo, o Sr. Presidente encaminhou o expediente em questão ao Sr. Castro Azevedo, para relatar a matéria à Comissão Executiva.

O Sr. Castro Azevedo, na sessão de 10 de abril findo, em exposição verbal, declarou estar de inteiro acordo com a exposição da Secção de Assistência à Produção, salientando a necessidade da adopção da média do rendimento industrial de cada usina, para a conversão da quota agrícola dos fornecedo-

QUOTA DO DISTRITO FEDERAL

Relativamente ao abastecimento do Distrito Federal, em face do aumento do consumo, que está absorvendo quantidade de açúcar superior ao da quota estabelecida na Resolução n.º 124/46, fez o Sr. Gerente à Comissão Executiva do I. A. A. a seguinte exposição :

"1º — Foi estabelecida a quota de..... 1.145.503 sacos de açúcar cristal, dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, para o abastecimento do Distrito Federal, por intermédio das refinarias desta Capital, no período de 1/10/46 a 30/6/47, regulado o fornecimento do açúcar pela Resolução nº 124/46.

2º — Os levantamentos feitos denotam, agora, um aumento do consumo de 96.000 sacos, de 1/10/46 até 31/3/47.

3º — Desse aumento não decorreu ainda deficiência de açúcar, para a distribuição ao consumo doméstico e colectivo do Distrito Federal, porque nos meses referentes ao período indicado — outubro de 1946 a março de 1947 — foram embarcadas de Pernambuco as quotas desses meses e mais as de abril, maio e a quase totalidade da de junho.

4º — De um total de 767.033 sacos, de sua quota do Distrito Federal, Pernambuco já embarcou 766.546 sacos, faltando apenas entregar aos refinadores a diferença de 487 sacos.

5º — De Alagoas, da quota de 286.796 sacos, foram embarcados já 214.845 sacos, faltando entregar 71.951 sacos.

6º — A quota de Sergipe é de 91.674 sacos e foram embarcados apenas 42.647 sacos, faltando embarcar ainda 49.027 sacos.

7º — Quadro relativo aos dados anteriores :

Estados	Quotas	Entregue	A entregar
Pernambuco.	767.033	766.546	487
Alagoas.	286.796	214.845	71.951
Sergipe.	91.674	42.647	49.027
Total.	**1.145.503**	**1.024.038**	**121.465**

8º Esse total **a entregar** e mais o estoque actual — de 159.000 sacos — se destinam ao abastecimento do Distrito Federal, de 15 de abril a 30 de junho de 1947, isto é, até o final do período relativo ao abastecimento da safra 1946/47.

9º — Na base do consumo do Distrito Federal, verificado de 1/10/46 a 31/3/47, a quota mensal do abastecimento necessária é de 144.000 sacos, precisando o Distrito Federal ainda de 360.000 sacos para o abastecimento, de 15 de abril a 30 de junho de 1947.

res, correspondente aos aumentos fixados na Resolução n.º 125/46.

Para esse fim, deverá ser baixada uma Resolução da Comissão Executiva, que discipline e estabeleça as condições da conversão das quotas agrícolas em quotas industriais, nas condições propostas pela Secção de Assistência à Produção.

Quanto à vinda dos Procuradores Regionais e Inspectores Fiscais, considerou o Relator a proposta da Secção de Assistência à Produção de reais vantagens e mesmo de necessidade, para unificar os métodos de trabalho, por meio de instruções e esclarecimentos uniformes àqueles funcionários.

Por proposta do Sr. Presidente, a Comissão Executiva resolveu atribuir ao Sr. Castro Azevedo a elaboração da Resolução referente à matéria debatida, bem como autorizar a vinda dos funcionários indicados no relatório da Secção de Assistência à Produção, à Sede do Instituto.

(A receber 121.000; estoque — 159.000; total 280.000 sacos. A quota complementar necessária é, pois, de 80.000 sacos).

10º — Acresce, entretanto, que os embarques de Sergipe não são regulares, não se podendo contar com a entrega do saldo da sua quota, no tempo regular. O atraso poderá atingir a 20.000 sacos.

11º — Assim, além do complemento de 80.000 sacos, previsto no item 9º, deverão os refinadores cariocas receber, até 30/6/47, mais 20.000 sacos, referentes ao atraso de Sergipe (item 10), perfazendo a quota complementar um total de 100.000 sacos.

12º — A quota complementar prevista no item 11 deverá ser recebida de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Baía.

13º — As usinas da Baía, não participantes da quota do Distrito Federal, estão exportando açúcar para o Rio Grande do Sul e Paraná, com as vantagens que lhes proporcionam as tabelas daqueles Estados. Nestas condições, deverão elas também entregar uma parte da quota complementar do Distrito Federal, na mesma proporção que couber aos outros Estados.

14º — A distribuição da quota complementar prevista no item 11 será a seguinte (na base de 100.000 sacos sobre o limite das usinas de cada Estado):

Estados	Limites	Quota complementar
Pernambuco	6.476.650	58.000
Alagoas	2.326.000	20.000
Sergipe	1.196.567	12.000
Baía	1.168.962	10.000
Total	11.168.179	100.000

15º — Os 20.000 sacos embarcados por conta de Sergipe — item 10 — por outros Estados, poderão ser descontados das respectivas quotas, depois que Sergipe os houver entregue.

16º — O embarque da quota complementar prevista no item 14 não prejudicará, de forma alguma, o saldo da quota normal da safra 1946/47, a entregar pelos Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, conforme item 7º.

17º — O Instituto providenciará imediatamente o embarque dos saldos de quotas, previstos no item 7º e da quota complementar indicada no item 14.

18º — Os saldos de quotas e a quota complementar serão constituídos integralmente de açúcar cristal.

19º — O aumento de quota que couber ao Estado do Rio será considerado a partir de 1/7/47, data do início da quota relativa à safra 1947/48".

O Sr. Gil Maranhão, não obstante pedir que lhe fossem dadas informações detalhadas sobre a aplicação da quota fornecida pelo Estado do Rio, para o abastecimento do Distrito Federal nos meses de julho, agosto e setembro de 1946, declarou que os usineiros de Pernambuco contribuirão com a sua parcela para a quota complementar destinada ao abastecimento do Distrito Federal, reconhecendo a importância dessa medida para os interesses da produção do Nordeste.

O Sr. Luís Dias Rollemberg também se manifestou favoràvelmente à medida em questão, em nome dos produtores de Sergipe, incumbindo ao Instituto providenciar sobre o necessário transporte.

A Comissão Executiva aprovou a proposta do Sr. Gerente, a quem incumbiu de tomar as necessárias providências.

AS QUOTAS DE AÇÚCAR PARA 1947

O Conselho Internacional de Alimentação de Emergência anunciou a distribuição de quotas de açúcar para este ano. Segundo se lê num boletim de Lamborn, de 25 de fevereiro último, os Estados-Unidos receberão 6.800.000 toneladas, valor bruto. Esse volume é suficiente, conforme aquela fonte, para permitir um aumento nas quotas de consumo "per capita" para 35 libras, bem assim elevar de 20% os suprimentos destinados aos fabricantes de leite condensado e bebidas não alcoólicas. Funcionários do governo declararam que em abril as indústrias consumidoras de açúcar receberiam um aumento de 10% nas suas quotas e mais 10% em julho. A quota norte-americana assim se decompõe: 1.760.000 toneladas de produção própria, 3.146.000 toneladas a serem importadas de Cuba, 894.000 de Porto Rico, 800.000 do Havaí e 200.000 de fontes não especificadas.

Depois dos Estados-Unidos, foi a Grã-Bretanha o país que recebeu maior quota, ou sejam 2.473.000 toneladas, sendo 622.000 de produção própria, 10.000 de açúcar da Checoslováquia e o restante de Cuba, Haiti, São Domingos, Antilhas Britânicas e outras fontes não especificadas. A Índia teve uma quota de 1.260.000 toneladas, a França recebeu 894.000 e o Canadá 611.000.

1. A MAIOR CENTRAL ELÉTRICA DA AMÉRICA DO SUL

CADE (Puerto Nuevo) BUENOS AIRES

Construída sôbre o leito do Rio da Prata, em uma ilha artificial, a Central Elétrica de Puerto Nuevo da Compania Argentina de Electricidad (CADE) fornece energia elétrica a Buenos Aires, a terceira metrópole das Américas. A capacidade total dessa grande Central é de 315.000 kilowatts, o que a situa como a maior da América do Sul.

As caldeiras foram desenhadas para queimar carvão ou petróleo. O carvão, que é importado, chega ao pôrto em vapores carvoeiros, de onde é descarregado por grandes guindastes; em seguida, é pulverizado, para o emprêgo. O petróleo é transportado em barcos petroleiros, dos longínquos tanques-depósito. Durante a guerra, o carvão e o petróleo escasseararam grandemente, tendo sido necessário utilizar, provisòriamente, outros combustíveis. Milho, trigo e semente de linhaça foram queimados, sendo a tonelagem de trigo, usado em 1943, o dôbro da tonelagem de carvão. Embora a eficiência da instalação tenha sofrido em virtude do emprêgo dêsses sucedâneos, o serviço foi mantido durante êsse período crítico.

Como é de esperar-se, a CADE está sempre em dia com as mais recentes conquistas no campo da geração, de vapor. E orgulhamo-nos em poder afirmar que para todos os aumentos de capacidade de sua Central, sempre preferiu o equipamento projetado e construído pela C-E.

A CADE é uma das muitas centenas de instalações montadas pela C-E, na América Latina, as quais demonstram, dia a dia, sua capacidade em superar condições extraordinárias na geração de vapor, quer seja uma pequena caldeira industrial, quer se trate da maior caldeira construída, até o presente, para uso em centrais elétricas. Para sua completa satisfação, prefira os equipamentos C-E.

B-120

COMBUSTION ENGINEERING

200 MADISON AVENUE
NEW YORK 16, N. Y.

Representantes no Brasil:

SOCIEDADE TERMOTÉCNICA MELLOR-GOODWIN, LTDA.

ESTIMATIVA DA SAFRA 1947/48

A' Secção de Fiscalização do I.A.A. organizou, em princípios de maio corrente, a estimativa da safra açucareira 1947/48 no país.

Enviando ao Sr. Presidente do Instituto esse trabalho, o Chefe daquela Secção acrescentou os seguintes esclarecimentos:

"Ainda não recebemos a estimativa do Estado de Alagoas. Entretanto, no quadro anexo, figura a de 2.000.000, quanto se calcula atinja a produção de 1947/48, principalmente se levarmos em conta que a safra findante já está em 1.880.000 sacos.

A de Pernambuco ainda não é completa. De dez usinas ainda não recebemos a estimativa, motivo que nos levou a tomar como estimativa da safra 1947/48 a produção verificada nesta safra. Assim, tudo indica que a estimativa de Pernambuco na próxima safra será um pouco superior aos 6.700.000 indicados no quadro incluso.

O mesmo aconteceu em relação ao Estado de Minas-Gerais.

Esta Secção actualizará a estimativa do país de dois em dois meses".

E' esta e estimativa a que nos referimos:

ESTIMATIVAS — SAFRA 1947/48

Produção de usinas

Alagoas	2.000.000	Sacos
Baía	900.000	"
Ceará	20.000	"
Paraíba	408.000	"
Pernambuco	6.700.000	"
Rio G. do Norte	68.000	"
Sergipe	660.000	"
Outros Estados	15.000	"
Total do Norte	**10.771.000**	"
Estado do Rio	3.700.000	"
Espírito-Santo	75.000	"
Goiás	30.000	"
Mato-Grosso	26.000	"
Minas-Gerais	850.000	"
Paraná	187.500	"
Santa Catarina	100.000	"
São Paulo	5.088.889	"
Território de Ponta Porã	5.000	"
Total do Sul	**10.062.389**	"

Produção de turbinadores

Estado do Rio	50.000	"
Minas-Gerais	50.000	"
A transportar	100.000	"

Transporte		100.000	Sacos
São Paulo:			
Em açúcar cristal	850.171		
" " turbinado	69.430	919.601	"
Outros Estados		5.000	"
Total — Estimativa de turbinadores		**1.024.601**	"
Total — Estimativa do país		**21.857.990**	"

A CULTURA DA CANA NA FLÓRIDA

"La Hora", do Chile, divulga informações sobre projectos de círculos interessados dos Estados-Unidos, visando ampliar a cultura da cana na Flórida, na região denominada Everglades, onde existe actualmente uma indústria organizada, embora de proporções relativamente reduzidas.

Segundo se lê no citado jornal, se a engenharia conseguir dominar os efeitos das inundações e aterrar os pântanos, as plantações de cana poderão ser alargadas em proporção tal que poderão produzir açúcar para atender a três quartas partes das necessidades do consumo norte-americano.

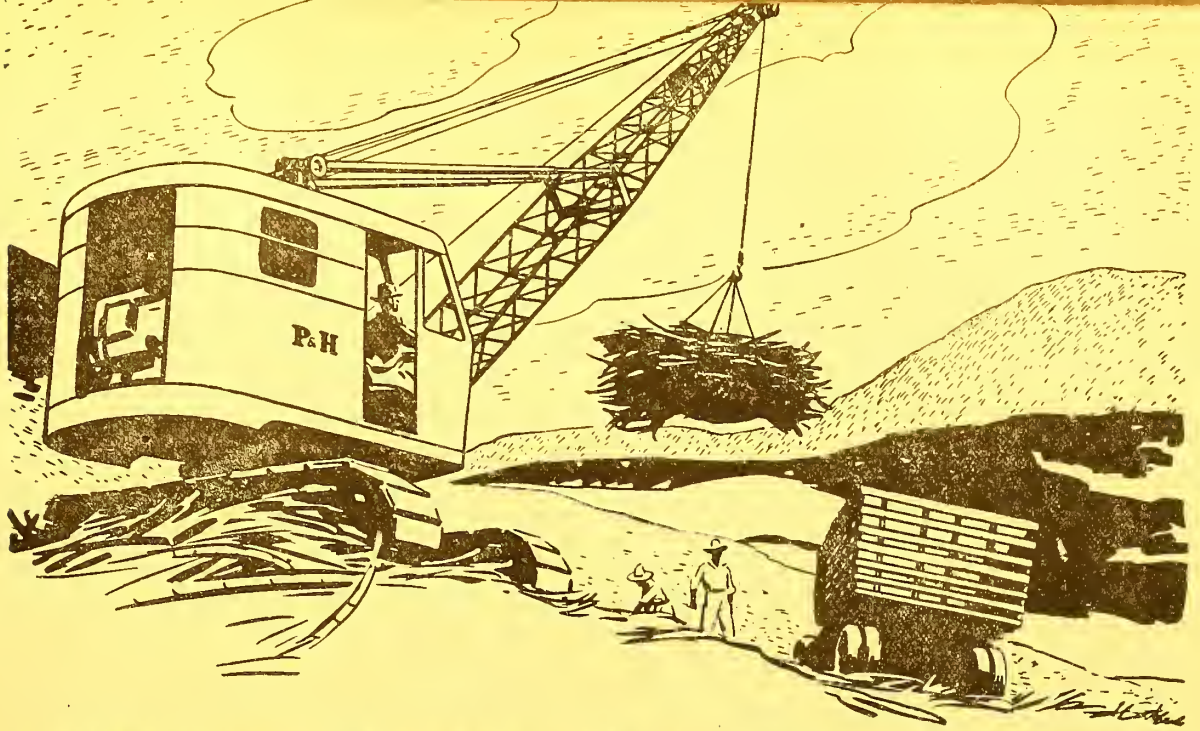
A região do Everglades se estende por 100.000 hectares e presentemente o plantio de cana se faz numa área de 12.000 hectares, apenas. As terras são excelentes, produzindo em abundância canas de porte gigantesco, que alcançam até a altura de seis metros.

"A defesa da produção açucareira"

(2.ª edição)

Leonardo Truda

Preço ..... **Cr$ 12,00**
Pelo Correio ..... **Cr$ 13,00**



A ÚLTIMA PALAVRA EM EQUIPAMENTO PARA CANAVIAIS

Durante gerações, em todo o mundo, a colheita de cana significou sempre longas horas de trabalho manual fatigante para levar os feixes de cana para os veículos de transporte.

Mas os carregadores de cana P & H vieram solucionar o problema — e de uma forma que diminui as despesas do lavrador. Êles levantam grandes feixes de cana usando laços ou caçambas especiais para cana e os depositam em caminhões ou carros, com rapidez e facilidade. As esteiras tipo trator lhes permitem ir ràpidamente de um a outro monte. Os contrôles hidráulicos facilitam o levantamento da plena carga, a colocação exata e o funcionamento ininterrupto.

Os carregadores de cana P & H são um emprêgo de capital muito lucrativo porque são fabricados de liga de aço laminado, inteiramente soldados, para que prestem serviço durante muitos anos; além disso, êles podem ser utilizados, no intervalo das colheitas, para tôdas as espécies de serviços de irrigação, drenagem e construção. Informações completas com o representante P & H local.

Pá - Escavadora com caçamba de canchas - Guindaste - Draga

P&H

CARREGADORES DE CANA

Fábrica e Escritório Central:
Milwaukee 14, Wisconsin, U. S. A.
Endereço telegráfico: "Harnco"

HARNISCHFEGER CORPORATION

Estabelecida em 1884

ESCAVADORAS — PONTES ROLANTES — TALHAS — MÁQUINAS DE SOLDAR — ELETRODOS — MOTORES

REPRESENTANTE EXCLUSIVO PARA TODO O BRASIL

CIA. DE ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAL TÉCNICO

RUA DA ALFÂNDEGA, 100/102 — CAIXA POSTAL 194 — RIO DE JANEIRO

FILIAIS EM TODOS OS ESTADOS

USO DE DESNATURAMENTO E SUA SUSPENSÃO

Em sessão de 11/9/46, a Comissão Executiva do I.A.A., de acordo com parecer do Sr. Gustavo Fernandes Lima, reconheceu a legalidade da exigência do desnaturamento do álcool saído das usinas ou distilarias para fins carburantes, resolvendo ,entretanto, adiar a execução da medida para melhor oportunidade.

Diante de novas manifestações sobre o caso, foi o expediente novamente submetido ao parecer do Sr. Gustavo Fernandes Lima e concluiu S. S.ª, conforme consta da acta da sessão de 8/1/47, no sentido da exigência, pelo Instituto, do desnaturamento do álcool carburante, como vinha sendo feito em época anterior.

Em parecer de 10/2/47, a Secção Jurídica opinou por que não se pode deixar de reconhecer e de exigir a obrigatòriedade do desnaturamento do álcool, de acordo com o que prescreve o Decreto-lei 23.664, de 29/12/39, caso as corcunstâncias do momento assim o indiquem, para o perfeito desempenho das funções que lhe foram atribuídas por esse Decreto-lei e por cujo cumprimento é responsável perante os poderes públicos e a Nação.

O parecer da Secção Jurídica foi emitido, em virtude do parecer da Secção de Fiscalização, de 30/1/47, a qual, baseada no art. 6, do Decreto-lei 4.878, de 27/10/42, a saber :

> "Ficam revogadas todas as exigências de desnaturamento do álcool para fins carburantes, previstas na legislação em vigor",

E em face de já terem sido tomadas medidas para o desnaturamento do álcool carburante, submeteu o assunto à decisão do Sr. Presidente, tanto mais que a medida do desnaturamento foi autorizada pela Comissão Executiva, tendo em vista o parecer anterior da Secção Jurídica.

Devolvido o expediente à Secção de Fiscalização, por despacho do Sr. Presidente, emitiu à mesma Secção de Fiscalização o seu novo parecer de 1/3/47, o qual, depois de várias considerações, concluiu pelo seguinte :

> "Diante do simples enunciado dos factos, parece que não é lícito senão concluir que a exigência do desnaturamento, que sempre foi providência fiscal, não mais pode ser considerada como vigente, depois da medida fiscal que lhe é correlata, isto é, a da isenção do imposto, e sobretudo depois de expressamente declarada essa revogação no art. 6.º do Decreto-lei 4.878, de 27/10/42, que enumera, aliás, de modo formal, todos os dispositivos legais anteriores, relativos ao desnaturamento".

A Secção Jurídica, em seu parecer de 10/2/47, faz referência ao facto de ter sido o Decreto-lei 4.878 referendado sòmente pelo Ministro da Fazenda, quando o Decreto-lei 23.664, de 29/12/33, o havia sido também pelo Ministro da Agricultura, e desta circunstância se evidencia que aquele Decreto-lei — o de n.º 4.878 — não podia revogar o segundo — o de n.º 23.664 — de 29/12/33.

A esta referência do parecer da Secção Jurídica, a Secção de Fiscalização, ainda em seu parecer de 1/3/47, replicou da seguinte maneira :

> "Em face do exposto (o que se contém no seu parecer de 1/3/47) parecem dispensáveis as considerações do parecer da Secção Jurídica sobre as referendas por Ministros de Estado, não só porque estas não poderiam alterar o carácter intrínseco dos dispositivos de lei, como porque a apreciação de erro ou acerto dessas referendas não podem caber no estudo do caso. Este se resume apenas na procura de um texto legal ainda vigente que autorize o desnaturamento, texto esse que, no seu entender (da Secção de Fiscalização), não mais existe".

Neste pé se achavam as demarches sobre o assunto, quando recebeu o Sr. Presidente do Instituto o seguinte telegrama, de Alagoas :

> "Maceió, 28/3/47 — Exmo. Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e

do Álcool — Rio. Sindicato Indústria Açúcar vem solicitar V. Ex.ª urgentes providências sentido resolver situação em que se encontram usinas este Estado, devido vultosos estoques álcool e falta escoamento. Situação agravada virtude recente determinação desse Instituto tornando obrigatório desnaturamento álcool-motor cuja revogação V. Ex.ª certamente reconhecerá necessária, frente gravidade situação e se justifica face art. 6.º Decreto-lei 4.878, de 27 outubro 1942. Atenciosas saudações — Alfredo de Maya — Presidente".

Encaminhado o caso novamente à Comissão Executiva, fez o Sr. Gerente a leitura do parecer de 27/1/47 da Secção de Fiscalização, do de 10/2/47 da Secção Jurídica e do novo parecer da Secção de Fiscalização de 1/3/47, todos posteriores à decisão de 8/1/47, da Comissão Executiva, que revigorou a obrigatoriedade do desnaturamento do álcool saído das usinas para fins carburantes.

A matéria foi minuciosamente examinada pela Comissão Executiva, ante os textos dos pareceres lidos, apreciando-a também em face do que prescreve expressamente o art. 6.º do Decreto-lei 4.878, de 27/10/42, que revogou todas as exigências do desnaturamento do álcool, para fins carburantes.

O Sr. Castro Azevedo fez considerações sobre a interpretação do citado texto legal, concluindo por que deve ser suspensa a exigência do desnaturamento e no mesmo sentido se manifestaram os demais membros da Comissão Executiva, presentes à sessão.

Por votação unânime, resolveu a Comissão Executiva, em sessão de 1 de abril último, suspender a exigência do desnaturamento do álcool para fins carburantes, em face do disposto no art. 6.º do Decreto-lei 4.878, de 27/10/42, revogando, portanto, a decisão da própria Comissão Executiva, tomada em sessão de 8/1/47.

Sociedade Importadora de Equipamentos Ltda.

AV. CALOGERAS N.º 15 — 7º andar, sala 705

Rio de Janeiro — Brasil

Telegramas "Gawisch" **Caixa Postal 4170**

Representantes e Importadores de Equipamentos e Acessórios para Usinas e Distilarias procedentes de Fabricas Nacionais e Estrangeiras

Carretas para cana, Locomotivas, Guindastes, Balanças, Esteiras, Facas, Vagões, Enxofreiras Rotativas, Pontes Rolantes, Bombas para todos os fins, Filtros-Prensa, Clarificador RONALD, Esquentadores, Evaporadores, Vácuos, Cristalizadores, Distilarias, Máquinas a Vapor, Turbo-Geradores, Correntes para todos os fins. Transportadores, Secadores, Purgadores, Válvulas Redutoras de Pressão ARCA, Tanques, Empilhadores — Exaustores, Reguladores de pH Automáticos, Acessórios em Geral e Produtos Químicos.

APROVEITAMENTO DE SUBPRODUTOS COMO GÁS CARBÔNICO PARA GÊLO SÊCO

REFINARIAS

Consulte nossos preços e prazo de entrega.

CALDEIRAS :: FUNDIÇÃO :: USINAGEM

ENCHENTES NA ZONA CANAVIEIRA DA PARAÍBA

De João Pessoa, Estado da Paraíba, recebeu o Instituto do Açúcar e do Álcool, a propósito das inundações que assolaram as zonas canavieiras do vale do rio Paraíba, naquele Estado, os seguintes telegramas :

"**Paraíba, 2/4/47** — Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool — Levamos ao conhecimento de Vossência que inundações sem precedente atingiram toda a zona canavieira, desabrigando milhares de pessoas, causando prejuízos que sobem a vários milhões de cruzeiros. Pedimos esse Instituto venha amparar as populações da zona atingida, notadamente os produtores e plantadores de cana de açúcar, que se estão debatendo em situação angustiosa a fim de fazer face, além dos prejuizos, aos problemas dos desabrigados, alimentação, habitação e obra de reconstrução. Aguardamos e agradecemos imediatas providências. Saudações — **Flávio Ribeiro Coutinho** — Presidente do Sindicato Indústria Açúcar".

"**Paraíba, 3/4/47** — Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool — A Associação Comercial de João Pessoa, diante do espectáculo desolador das populações das cidades do vale do Paraíba, inteiramente destruídas pelas inundações, com prejuízos elevando-se a milhões de cruzeiros, vem apelar para os altos sentimentos patrióticos de Vossência, no sentido de serem enviados urgentes socorros econômicos, a fim de auxiliar poderes públicos estaduais na obra que estão empreendendo de amparo às populações desabrigadas e reparações dos danos causados. Esperamos não se faça tardar o interesse de Vossência em favor de nossas desoladas populações. Agradecemos penhoradamente a atenção dispensada. Saudações — **João Fernandes de Lima** — Presidente".

"**Paraíba,2/4/47** — Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool—Plantadores e Fornecedores de cana do vale do Paraíba, diante da situação aflictiva em que se encontram, notadamente os pequenos agricultores, em virtude dos estragos causados pelas enormes inundações do rio Paraíba, vêm apelar para esse Instituto no sentido de amparar sua situação, tomando medidas de auxílio monetário e matérial. A zona atingida pela enchente apresenta milhares de pessoas desabrigadas, centenas de casas destruídas e perdida quase a totalidade da cultura canavieira. Esperamos que imediatas providências de Vossência venham minorar o espectáculo desolador da região. Cordiais saudações. Pelos plantadores e fornecedores — **Ubirajara Mindelo, Eitel Santiago** e **Moura Resende**".

O Sr. Gustavo Fernandes Lima, em sessão de 5 de abril, apelou para a Comissão Executiva, no sentido de serem tomadas providências urgentes, para o envio de auxílio aos flagelados das zonas canavieiras do Estado da Paraíba, que se encontram em estado da mais pungente miséria, insistindo pela solução imediata do caso.

O Sr. Presidente declarou que foram tomadas as providências para a obtenção dos elementos que proporcionem ao Instituto os meios para organizar um plano de auxílio aos necessitados, em condições justas e equitativas. Os elementos pedidos à Delegacia Regional em João Pessoa ainda não foram recebidos, naturalmente porque não teve ainda aquele Departamento suficiente tempo para coligir os dados de que necessita para organizar o relatório que, sobre a matéria, deverá remeter a esta sede do Instituto.

Acrescentou que o assunto merecerá a mesma consideração e igual tratamento dispensados a casos semelhantes, verificados em outras épocas, em diferentes zonas canavieiras do país.

Sem os elementos pedidos à Delegacia Regional em João Pessoa, naturalmente, de nenhuma orientação dispõe o Instituto para prestar às populações canavieiras flageladas, no Estado da Paraíba, os auxílios merecidos e justos que pleiteiam.

O Sr. Gustavo Fernandes Lima concordou com o Sr. Presidente, à vista das considerações feitas sobre o assunto, solicitando, entretanto, que recomende S. S.ª à Delegacia Regional em João Pessoa a máxima urgência na remessa dos elementos à mesma solicitados.

"Geografia do açúcar no Leste do Brasil"

Prof. Afonso Várzea

Preço. . . . . Cr$ 50,00

À venda nas Livrarias

PREÇOS DO AÇÚCAR BRUTO NOS ESTADOS-UNIDOS

1900/1946

ANO	Máximo	Mínimo	Média anual	Flutuação entre o máximo e o mínimo
	(Em centimos por libra)			
1946	5,94	3,75	4,589	2,19
1945	3,75	3,75	3,750	—
1944	3,75	3,74	3,743	0,01
1943	3,74	3,74	3,740	—
1942	3,74	3,50	3,739	0,24
1941	3,80	2,90	3,378	0,90
1940	2,95	2,61	2,786	0,34
1939	3,85	2,75	2,982	1,10
1938	3,25	2,65	2,936	0,60
1937	3,96	3,15	2,443	0,81
1936	3,90	3,10	3,594	0,80
1935	3,65	2,72	3,231	0,93
1934	3,42	2,70	3,019	0,72
1933	3,65	2,65	3,220	1,00
1932	3,20	2,57	2,930	0,63
1931	3,55	3,09	3,333	0,46
1930	3,83	3,04	3,361	0,79
1929	4,08	3,45	3,758	0,63
1928	4,64	3,76	4,199	0,88
1927	5,26	4,39	4,713	0,87
1926	5,14	3,92	4,330	1,22
1925	4,83	3,70	4,330	1,13
1924	7,39	4,58	5,939	2,81
1923	8,39	5,01	7,043	3,38
1922	5,76	3,42	4,646	2,34
1921	6,25	3,42	4,716	2,83
1920	23,57	4,63	12,355	18,94
1919	13,55	7,28	7,655	6,27
1918	7,28	6,01	6,492	1,27
1917	7,52	4,83	6,222	2,69
1916	6,63	4,51	5,783	2,12
1915	5,20	3,64	4,598	1,56
1914	6,52	2,92	3,892	3,60
1913	3,76	3,23	3,568	0,53
1912	4,80	3,77	4,213	1,03
1911	5,96	3,42	4,379	2,54
1910	4,45	3,80	4,198	0,65
1909	4,45	3,61	3,997	0,84
1908	4,49	3,67	4,064	0,82
1907	3,95	3,38	3,749	0,57
1906	4,06	3,36	3,686	0,70
1905	5,25	3,44	4,278	1,81
1904	4,88	3,31	3,970	1,57
1903	3,88	3,47	3,753	0,41
1902	3,94	3,31	3,542	0,63
1901	4,38	3,66	4,049	0,72
1900	5,00	4,25	4,566	0,75

APROVEITAMENTO DA FIBRA DA CANA

Como se sabe o processo "Vazcane" para a produção simultânea de açúcar e tábuas de fibra de cana, vem sendo aplicado na central Andreita durante três safras, com os melhores resultados, a despeito de não dispor aquela fábrica dos elementos necessários, em qualidade e quantidade, para obter os máximos rendimentos. A instalação da fábrica na central Andreita foi feita pelo próprio inventor do processo, o engenheiro E. Antônio Vasquez, figura bastante conhecida nos meios açucareiros cubanos.

E' relativamente pequena a capacidade da fábrica Vazcana da citada usina. A produção é de 20 mil pés quadrados de tábua, nos dois tipos conhecidos. Trata-se, na realidade, de uma fábrica-piloto, originalmente projectada para demonstrar pràticamente o processo. E', todavia, bastante grande para permitir uma produção comercial em pequena escala. O êxito até agora obtido na produção da tábua de fibra é de tal ordem que induziu os interessados a instalar uma fábrica dez vezes maior em uma única unidade, isto é, capaz de produzir 200 mil pés quadrados. As dificuldades em adquirir a maquinaria indispensável constituem a causa de não ter sido montada até o momento a nova unidade de produção.

A instalação da fábrica-piloto foi de um valor extraordinário para ensinar o que se pode fazer com a fibra da cana e já nos pode dar uma ideia da magnitude que poderá alcançar no futuro essa indústria, quando todos compreenderem a sua importância. Essa fábrica nos permitiu adquirir a experiência de uma nova indústria e o mercado, já formado, dispõe de um artigo de grande utilidade, reconhecido pelo público nacional e estrangeiro, por um sem número de aplicações, pelas suas excelentes qualidades e pelo seu baixo custo.

O processo consiste simplesmente em reduzir a cana, por meio de superfícies ásperas de pedras naturais ou artificiais, a uma massa que contenha os elementos básicos, caldo e fibra. O caldo é separado da fibra pela maceração, que permite extrair mais de 99% da sacarose existente na cana. Da polpa fibrosa que sai completamente lavada, formam-se as tábuas directamente, sem qualquer manipulação intermédia de importância. Para moer a cana, usa-se na central Andreita uma pedra de esmeril cilíndrica, que gira sobre duas chumaceiras a seis mil pés lineares por minuto da sua periferia, mediante a acção de um motor eléctrico ligado directamente ao seu eixo. A superfície áspera da pedra, especialmente preparada, desfibra a cana e produz uma polpa composta de fibra e caldo. Essa massa semi-líquida é levada para o aparelho encarregado de extrair a sacarose. Esse aparelho compõe-se de uma série de compartimentos que avançam mediante um condutor em contra-corrente da água de retorno, quente, a 90° C., que se adiciona contìnuadamente no extremo oposto da entrada da polpa no aparelho e essa água, que se enriquece com o caldo, é bombeada ao compartimento seguinte. Esse processo é várias vezes repetido, mantendo-se o curso da água em contra-corrente do curso da fibra, de maneira que o caldo concentrado sai no ponto mais próximo da entrada da mistura de caldo e fibra. Esse caldo é bombeado para as caldeiras. Na central Andreita preferimos misturá-lo com o resíduo procedente do clarificador, por se tratar de pequena quantidade, continuando com o processo comum de fabricação de açúcar. A polpa sai do extractor pràticamente a 0° de sacarose.

A fibra livre de sacarose passa ao "beater", espécie de moinho batedor, que bate a fibra para hidratá-la, cortar as partículas demasiado grandes em relação com o produto a preparar e misturar as diferentes substâncias que se acrescentam à pasta para inpermealibizá-la, torná-la inatacável pelos insectos e fungos e também as substâncias corantes, se se deseja fabricar tábuas de cor. As substâncias que se adicionam ao "beater" são: sulfato de cobre, sulfato de alumínio e resina vermelha. O sulfato de cobre serve de insecticida; o sulfato de alumínio e a resina vermelha servem para impermeabilizar a tábua.

A partir do "beater", o processo é semelhante ao de fabrico de papel ou cartolina.. A polpa passa a uma máquina formadora, onde se dilui, passando em seguida a dois cilindros cobertos com tela metálica. À medida que a água escorre pela tela metálica, as fibras se depositam sobre a superfície de um dos cilindros, formando um colchão, que tem cerca de duas polegadas de espessura. Este é transportado em seguinda para a mesa de cortar, onde chega com um teor de humidade de cerca de 65 por cento. As folhas de polpa já cortadas, são encaminhadas à prensa para secar. Essa prensa, com espaço para vinte tábuas, pode comprimir simultâneamente as tábuas numa pressão de 400 libras por polegada quadrada, entre placas de aço, aquecidas por meio de vapor. Dura essa operação cerca de vinte minutos. A tábua prensada, conhecida no comércio como tábua dura, sai com estas dimensões: 32 centimetros quadrados e 3/16 centimetros de espessura; o peso é de 20 libras. Para o fabrico de tábuas isolantes, usa-se uma pressão de 10 libras por polegada quadrada, prolongando-se a operação por 40 minutos. A tábua isolante difer- da outra apenas na espessura, que é de meio cêntimetro aproximadamente.

De conformidade com os nossos apontamentos, a cana moída diàriamente representa 2% da capacidade de moagem da fábrica em 24 horas. Isso representa cerca de 4.000 arrobas de cana para produzir aproximadamente 20.000 pés quadrados de tábua, ou sejam 500 decímetros quadrados por 100 arrobas de cana moída. Em algumas oportunidades obteve-se rendimento maior, isto é, cerca de 600 tábuas com o peso de 10.800 libras, para uma moagem de 3.000 arrobas diárias. Nesse caso, obteve-se, 14,40 por cento do peso da cana moída, que corresponde a um conteúdo de fibra de 12,96 por cento. A diferença entre esses dois índices representa o volume das substâncias químicas adicionadas no "beater" e a natural humidade da tábua. Convém registrar que a cana utilizada tem sido sempre a POJ 2878, especialmente soca. Pelos dados apresentados, pode-se constatar que

ASPECTOS DA ECONOMIA AÇUCAREIRA DO NORDESTE BRASILEIRO

Octávio Valsechi

II

PRAGA E MOLÉSTIAS DA CANA NO NORDESTE

Já por fugir muito à nossa especialidade, e já pelo pouco tempo que passámos no Nordeste, apenas alguns dados conseguimos em relação a este capítulo. Notámos que a lavoura canavieira daquela região se acha, em alguns lugares, muito afectada por pragas, das quais, as mais importantes são os "besourinhos" e as "cochonilhas".

a) **Besouros** : — A praga dos canaviais, conhecida por "praga dos besourinhos", é, segundo Carlos Moreira, constituída, principalmente, por 2 espécies de coleópteros. Essas espécies são : —

I — **Ligyrus bitubercolatus** (Palissot de Beauvois, 1811) (L. fossatur, Burm, 1847) e

II — **Ligyrus humilis** (Burm, 1847) (Podalgus humilis, Burm, 1847).

A primeira espécie se constitui de besouros castanho-avermelhados, mais claros na região ventral do corpo, medindo, aproximadamente, 22 m/m de comprimento por 12 m/m de largura (no meio do corpo); apresentam tórax brilhante e aparentemente liso (visto com uma lente apresentam corrugações em forma de ponta), com um pequeno tubérculo mediano, na região anterior e, atrás deste, uma pequena cavidade; as asas mostram corrugações em forma de pontas, dispostas, algumas, em linhas, formando 3 listras longitudinais em cada asa; as patas são da cor da região ventral do corpo.

A segunda espécie é constituída por besouros negros (castanho-claros ao nascer) e brilhantes, que se tornam, posteriormente, sem brilho, em consequência do atrito com a terra, pelos movimentos de um ponto para outro no solo; medem cerca de 12 m/ms de comprimento por 5 m/ms de largura; as demais características são idênticas às descritas para a espécie anterior, com excepção da cavidade post-tubercular do tórax.

Esses insectos vivem enterrados e movem-se no solo de um ponto para outro, cavando galerias, ou em busca de alimentos ou procurando o terreno húmido que lhes convém para viver; alimentam-se de raízes e rebentos de plantas, preferindo as cultivadas: hortaliças, tubérculos, raízes destes, a parte enterrada da planta de arroz, ou de **cana de açúcar** e, na falta destas, comem resíduos orgânicos que encontram no solo. São insectos indígenas do Brasil. Antes de serem os terrenos desbravados de matos e capões, para a plantação, vivem das raízes e rebentos das plantas silvestres; depois de feitas as plantações, o besouro e o "pão de galinha" (designação vulgar das larvas) passam a corroer, para se alimentar, os rebentos e roletes da cana e, como, em consequência da derrubada da mata e plantação subsequente, as condições de humidade do solo se modificam muito, tanto os besouros como o "pão de galinha" se concentram, de preferência, nos pontos em que há mais humidade. Por esta razão, o besouro existe em grande quantidade causando danos nas regiões húmidas, ao passo que, nas regiões mais secas, a vida, quer do insecto, quer da larva, é impossível. O besouro castanho — **Ligyrus bituberculatus** — e sua larva têm maior necessidade de humidade do que o besouro preto — **Ligyrus humilis.** Daí, os primeiros viverem e se concentrarem nas partes mais baixas dos vales em que há paúis, e os segundos, darem preferência aos lugares relativamente mais secos dos vales, chegando, às vezes, a invadir as plantações das encostas das colinas, até mais ou menos uns 4 a 5 metros acima do nível da baixada.

Estes insectos têm hábitos noturnos, voam ao crepúsculo e, à noite, têm vôo pesado e curto; ao amanhecer, penetram na terra no local em que estiverem. Nem todos os besouros saem da terra à noite; uma grande parte sai e voa e, ao amanhecer, se abate em terreno húmido, de terra solta, penetra no solo; mas, se cai em terreno seco e

---

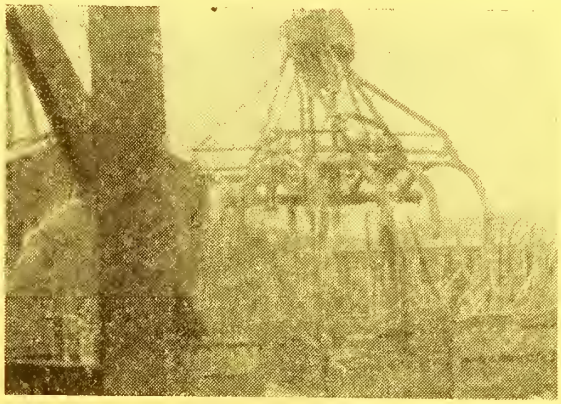
o Processo Vazcane permite obter em forma de tábua mais de 110% do teor de fibra da cana. Outros processos adoptados no estrangeiro para a produção de tábuas similares não conseguem mais de 75% da fibra da cana, devido às perdas ocasionadas pelos seus métodos de fabricação.

A tábua Vazcane presta-se a múltiplas aplicações. Na indústria açucareira está sendo empregada para revestir tubos de vapor, aquecedores, tachos e aparelhos de evaporação. Podemos assegurar que, como material isolante do calor, é superior a quantos foram até' agora usados. Entre outras aplicações, podemos mencionar as seguintes: em residências, nos países frios, como tábua isolante para conservar a calefação durante o inverno; nos países tropicais, para impedir a entrada do calor natural do sol. Usa-se, também, como amortecedor de som. Na refrigeração, usa-se para substituir a cortiça como isolante do calor. Afinal, a tábua Vazcane pode ser utilizada, tal como sai da fábrica, na fabricação de móveis.

(Adaptado de um artigo de E. Machado Brito, em "El Mundo Azucarero").

duro, não pode enterrar-se e, durante o dia, sobretudo de 11 às 14 horas, não resiste à alta temperatura do solo e morre.

Estes insectos, em condições favoráveis, vivem mais de 3 mezes, sendo que as plantações fei-



Funcionamento das garras para descarregamento mecânico da cana na esteira auxiliar. Usina Catende.

tas nos lugares em que eles abundam, estão completamente perdidas, mesmo que se façam replantas 2, 3, 4 ou mais vezes.

As larvas do besouro castanho são mais nocivas do que os próprios insectos: atacam os rebolos (roletes ou estacas) plantados e corroem-nos profundamente em todos os sentidos, inutilizando-os completamente, antes mesmo de brotarem. Os insectos também atacam os roletes, fazendo buracos menores, mas, às vezes, não impedindo que venham a brotar. Este besouro e suas larvas, também, atacam as canas já desenvolvidas, juntando-se nas raízes das touceiras e roendo-as até matá-las.

O besouro preto é mais nocivo do que as suas larvas. Estas quase não atacam os roletes nem os brotos da cana; o insecto ataca os rebolos plantados, de dois modos : ou rói e perfura a estaca de ponta a ponta, ou rói os brotos novos, inutilizando-os. Assim procedem tanto os insectos que vivem na terra como os que voam de outros pontos abatendo-se nas plantações e conseguindo penetrar no solo.

A extinção desta praga é tarefa dificílima, e os principais métodos de combate, que vão adiante citados, quando não são extremamente caros, apresentam resultados pouco satisfatórios. Os principais métodos recomendados são os seguintes :

I — Uso de uma lanterna ou tocha de fogo com um abajur, sobre uma barrica contendo água com sabão, água com creolina, água com querosene ou melaço ;

II — Inundação do terreno por mais ou menos 48 horas ;

III — Emprego de sulfeto de carbono por meio do "pal" injector Vermorel ou com o arado sulfetador Vernette, a tracção animal.

b) **Cochonilhas** — A praga conhecida sob a denominação de "cochonilha" vem, quase sempre, acompanhada de uma ou mais espécies de formigas. Quando se examinam canas nas partes envolvidas pelas bainhas das folhas, notam-se entre estas e os colmos, na região dos nós, grande quantidade de insectos em meio a uma substância lanosa, branca, recoberta por uma matéria pulverulenta, de consistência cerosa e também branca. Estes insectos, no estado adulto, medem 2 a 3 milímetros de comprimento, e têm a forma de uma concha elíptica, semelhante à da tartaruga; são róseo-avermelhados, mas achando-se cobertos pela substância pulverulenta de cor branca, parecem cinzento-claros com reflexos cor-de-rosa. Numa colônia de cochonilha, encontram-se quase que sòmente fêmeas do insecto e estas, em todos os estados de desenvolvimento. O macho, raramente encontrado, ao sair do casulo, parece-se com uma delicada moscazinha cor-de-bronze, provido de duas asas e de dois prolongamentos anais em forma de V.

A substância lanosa é secretada pelas próprias fêmeas, debaixo da qual estas deitam seus ovos, em número elevado. A matéria pulverulenta é a excreção delas, e serve de alimento às formigas. Estas, então alimentando-se das excreções do insecto, mantêm limpo o meio, o que ao mesmo tempo impede o desenvolvimento de fungos nocivos àquela praga. Em troca, as formiguinhas se incumbem de proteger a cochonilha contra o excesso de humidade e, para isso, constroem protectores de terra entre o colmo e a bainha das folhas. São, também, estas formiguinhas que carregam os indivíduos novos do parasita para as partes mais tenras da planta ou para outras plantas não contaminadas, espalhando-os, destarte, por todo o canavial.

Na ausência destes comensais, o **Pseudococcus** (gênero a que pertence a cochonilha) não causa danos apreciáveis à cana. Mas raros são os canaviais que não estão igualmente atacados pelos dois insectos, o que constitui grave inconveniente para a lavoura da cana.

Alimentando-se da seiva elaborada, o **Pseudococcus** enfraquece as plantas, retardando o seu crescimento e ao mesmo tempo ataca as gemas que, no mais das vezes se tornam imprestáveis à plantação.

E' evidente, portanto, que, destruidos os comensais, se atenua grandemente a difusão da praga e, assim, os seus danos ficarão reduzidos ao mínimo. Até agora, porém, não se tem um meio prático de destruir as referidas formigas; nem mesmo com soluções açucaradas contendo arsenico de sódio se conseguiu exterminá-las, porque, dispon-

do as mesmas das excreções da cochonilha, elas as preferem a qualquer outra substância açucarada.

O que acabámos de expor em relação a esta

Descarregamento mecânico da cana na Usina Catende. O guindaste rotativo actua como subsidiário.

praga, é uma cópia daquilo que o engenheiro agrônomo Dr. José Vizioli, já em 1927, havia notado nos canaviais paulistas. O mais interessante, porém, é que notamos serem as formigas acima citadas, muito provàvelmente, aquelas mesmas que hoje alguns agricultores paulistas têm importado para o combate à saúva. São as chamadas "cuiabanas". Do que pude observar e concluir por informações esparsas, essas formigas realmente acabam com as saúvas (facto este já posto em dúvida por alguns cientistas), sendo tão carnívoras que, às vezes, chegam a matar certos animais grandes, penetrando pelas suas narinas quando estão dormindo.

Os canaviais infestados por tais formigas apresentam-se em estado lastimável. Nos lugares mais infestados, o ataque da cochonilha é tão grande que as replantas successivas se tornam completamente inúteis, vendo-se o agricultor forçado a abandonar aquelas terras. Dizem os nordestinos que o único meio de combate é cercar o terreno infestado e torná-lo pasto para bovinos, pois que as tais formigas, não resistindo ao pisoteio ou ao cheiro especial dos excrementos do gado, ou a outro factor qualquer, de causa não conhecida, desaparecem no fim de algum tempo.

Do exposto, pode-se concluir que as formigas "cuiabanas", exterminando ou não a saúva, constituem uma praga muito maior do que aquela que se propõem combater. Alertem-se, portanto, os agricultores paulistas.

CORTE DA CANA

a) **Época** — O corte da cana, no Nordeste, para início da moagem, dá-se em fins de setembro ou começo de outubro (verão), quando a usina já foi reparada completamente, e prolonga-se até fevereiro-março (inverno). No início do verão, algumas variedades já atingiram grande desenvolvimento e se acham em estado de boa maturação. Nas usinas que possuem sistema de irrigação, esta é parada com antecedência de um ou dois meses, para que a cana se possa enriquecer de sacarose.

O corte é organizado de maneira tal que geralmente não falta cana na usina, para evitar interrupções na moagem e, no mesmo tempo, não há sobra em demasia no campo e nem no pátio da fábrica, pois que a cana, quando cortada e exposta ao sol se deteriora com facilidade. Têm os usineiros, o cuidado de manter em estreita relação os problemas de corte — transporte — moagem, resolvendo-os sempre em conjunto.

Apesar destes cuidados todos, acreditamos que o trabalho do corte ainda poderia ser melhorado, se se levasse em conta o factor maturação da cana, como se faz em São Paulo em algumas usinas, onde ele está sob orientação directa e exclusiva do laboratório de controle. Realmente, ao se iniciar o corte para a moagem, o usineiro deve ter em vista que nem toda cana se encontra em igualdade de condição quanto ao estado de maturação e que, para obter um maior aproveitamento agrícola e industrial, ele precisa conhecer aquele estado, a fim de avaliar qual o máximo de riqueza que as canas podem fornecer. E é bom que se frise que o açúcar é feito no campo e não na usina e que, portanto, é necessário que de lá se colha a matéria-prima na mais elevada forma de riqueza, a fim de que a usina possa obter a maior soma de aproveitamentos. Cortada a cana sem que esteja madura, o rendimento agrícola é prejudicado em tonelagem. Em idênticas condições, o trabalho industrial ressente-se pela maior percentagem de elementos negativos introduzidos no caldo que se destina à fabricação. O caldo será, então, pobre de sacarose, rico em redutores e de baixa pureza. De outro lado, depois que a cana atingiu o seu óptimo de maturação e não foi cortada, torna-se "passada", fenômeno este que se caracteriza por uma deterioração mais ou menos profunda, porém muito variável para cada variedade e sob diferentes condições de clima que, muitas vezes, provoca um novo crescimento da planta. Essa deterioração se traduz pela inversão da sacarose e consequente enriquecimento do caldo em açúcares redutores, que são considerados como elementos negativos da fabricação. Como consequência, o custo de fabricação se eleva, porque se torna mais difícil a purificação de tais caldos e porque o resultado que deles se obtém não compensa satisfatòriamente o trabalho dispendido.

O problema da determinação do grau de maturação da cana deve ser muito simples, pois a sua complexidade afasta o entusiasmo dos agricultores em resolvê-lo, mesmo sendo em proveito próprio. Um dos métodos que muito bons resultados tem apresentado é o seguido pelo Prof. Jaime Rocha de Almeida, na Escola Superior de Agricultura "Luís de Queiroz", de Piracicaba. Em linhas gerais, esse método recomenda o seguinte: um mês antes do início da safra, de acordo com o levantamento de

cada fazenda (engenho), percorre-se cada talhão (ordem), com o refratômetro de campo (Zeiss), tirando amostras de caldo, sempre dos gomos sãos do terço médio dos colmos, evitando os caídos, doentios e marginais dos carreadores. O número de

Descarregamento mecânico da cana, tipo basculador, por inclinação lateral do vagão. Detalhes da plataforma móvel e das correntes fixando o vagão a ela. Usina Barreiros.

colmos examinados deve ser de 10, pelo menos, para cada talhão, número esse que se eleva quando a área examinada é muito grande.

Os resultados médios de cada talhão são anotados em livros especiais de corte. Uma vez feito isso, o laboratório encarrega uma pessoa de confiança para colectar dos talhões que acusaram um número médio mínimo de 18% de matéria seca, amostras constituídas por 5 a 10 canas, cortadas ao acaso, sem escolher, enfeixadas e devidamente etiquetadas. Recebidas as amostras, estas são catalogadas em livro especial de registro. Extrai-se o caldo em moenda de laboratório e nele determina-se o Brix, Pol, Puresa e Açúcares Redutores. A cana será considerada madura quando apresentar no mínimo 18% de matéria seca, pureza superior ou igual a 85 e uma riqueza máxima de 1% de açúcares redutores. Os talhões, cujas canas satisfaçam estas exigências, recebem do laboratório, por escrito, ordem para serem cortados; em caso contrário, ordem nas mesmas condições, para não serem cortados, mas para que se colectem novas amostras para daí a uns 15 ou 20 dias.

Embora aparentemente trabalhoso, este método é de simples execução e, acreditamos, deveria ser experimentado pelos usineiros do Nordeste, pelos reais proveitos que traz.

b) **Sistema de corte:** — O corte da cana é feito manualmente, por meio de "podões", de tamanho e formas várias, que constam de uma lâmina de aço, muito bem afiada, de pequena espessura, resistente, fixa num cabo da madeira, pesando cerca de 500 grs.

Com o podão o operário corta de um só golpe a cana bem rente ao chão e com outro apara a ponta. Despalha, em seguida, o colmo, com as costas do mesmo podão, procurando, dentro dessas operações, aproveitar o máximo da cana, tendo, porém, em vista que os colmos enraizados do pé-"barbas" — e os verdes da ponta — "palmito" — são prejudiciais à fabricação. Em seguida, ao contrário do que se faz em São Paulo, de acordo com o comprimento do colmo, ele o divide em duas ou três "contas". Essa operação, à primeira vista desnecessária e onerosa, por várias razões, tem um fundamento: é que o transporte da cana de campo para a carregadeira (ponto) só pode ser feito, por via de regra, como discutiremos adiante, no lombo de animais, e, nessas condições, os feixes têm que ser mais ou menos curtos (1,5 cm.), para não machucar e não tolher os movimentos dos referidos animais.

Depois, as canas são jogadas ao chão, enquanto que outros operários — geralmente meninos — vêm atrás amarrando-as em feixes de 10-20 colmos (esses números variam de usina para usina, de acordo com a grossura da cana), por meio das folhas da ponta.

Todas essas operações, desde a distribuição dos operários no canavial até o enfeixamento da cana, são fiscalizadas e dirigidas por um feitor (cabo).

O cortador ganha em função do número de feixes que corta (uma média de Cr$ 2,50 a Cr$ 3,50 por 100 feixes), recebendo, por dia de trabalho, de 7 a 10 cruzeiros, por 250 a 300 feixes. Outras usinas, para evitar que certos operários dividam a cana em muitas "contas", fazem o pagamento em função do peso de cana cortada. Esses processos são, sem dúvida, melhores do que os empregados por certos usineiros do Havaí, onde o pagamento não é individual e sim por turma, recebendo os cortadores de cada grupo igual salário. Enquanto que aqui há o estímulo da maior remuneração, pelo maior esforço, em Havaí este estímulo não existe e não é equitativo. Aliás, no sul do Brasil (São Paulo) procura-se aumentar esse estímulo realizando todos os anos um torneio entre os melhores cortadores de cada usina, premiando os primeiros colocados. Esses jogos têm feito aumentar de ano para ano o rendimento de cada cortador que, durante toda a safra, procura treinar para competir. Essas realizações merecem ser imitadas pelos usineiros do Nordeste, com proveito para empregados e empregadores.

O corte mecânico, por motivo de ordem técnica e econômica mais fortes do que os notados em São Paulo, também lá não pode ser efectuado, pelo menos actualmente. De facto, as máquinas cortadores são, por via de regra, muito pesadas, em função da natureza própria do trabalho que têm a realizar e, nessas condições, não podem ser aplicadas em terrenos de cultura irrigada ou em plantações em curvas de nível; além disso, estragam a soqueira. Sòmente estas razões seriam suficientes para anular qualquer tentativa de corte mecânico no Nordeste. Entretanto, podemos citar outras, como as que se seguem:

1) O corte deve ser baixo, motivo pelo qual as lâminas ou discos cortadores precisam trabalhar rente ao solo, o que torna a operação de di-

fácil execução, pondo as partes cortantes em constante perigo de ruptura.

2) Os colmos, não sendo de crescimento erecto como os dos cereais, o corte das canas caídas ou deitadas nunca é perfeito, exigindo, algumas máquinas cortadoras, que alguns operários sigam na frente, levantando os caídos.

3) Como todos os colmos não possuem o mesmo comprimento, não se concebe como seja mecânicamente possível que tais máquinas separem com perfeição o palmito da cana.

4) Estas máquinas não eliminam as folhas, cortando, apenas, os colmos quase rente ao chão. E' preciso, pois, posteriormente, despalhar os colmos cortados e caídos no solo e separar as pontas. Máquinas deste tipo oneram, ainda mais, o trabalho, ao invés de beneficía-lo, porquanto não executam as operações mais trabalhosas do corte.

5) Finalmente, estas máquinas, em função de seu peso, não podem trabalhar em terrenos de configuração topográfica acidentada. E, as lavouras canavieiras nordestinas são realizadas, como já vimos, em terrenos de tal configuração que, quase sempre, não admitem nem o trabalho mecânico ordinário do preparo do solo.

c) **Rendimento:** — O rendimento médio agrícola das usinas do Nordeste aproxima-se de 40 toneladas de cana por hectare. Entretanto, os factores, que entram para a composição dessa média são os mais variados possíveis e são função: da idade do canavial (cana-planta, soqueira, etc.), da fertilidade do solo, do sistema de cultura, (seco ou irrigado), das adubações, dos tratos culturais, da sanidade da cultura, do ano agrícola, da variedade de cana, etc. Em média, pode-se dizer que as cana-plantas (18 meses) rendem 60 toneladas por hectare, enquanto que a soqueira (2ª folha) baixa para 20 toneladas, sendo que a irrigação aumenta, no mínimo, de 50% esses números. Na maioria dos casos, não é econômica a colheita da ressoca (3ª folha). Como se vê, há uma grande queda de rendimento na soca e ressoca, queda essa que é explicada pela diminuição do diâmetro dos colmos e pela pequena perfiliação das soqueiras, o que, aliás, é muito razoável que aconteça, pelo facto da distância entre os sulcos ser muito pequena — na maioria dos casos, 80 cms. Como se sabe, além de outros factores a eles inerentes — como variedade de cana considerada, idade e sanidade da cultura, tratos culturais, clima, fertilidade do solo, adubações, etc. — os diâmetros dos colmos e as perfiliações das touceiras são, até certos limites, inversamente proporcionais àquele factor: quanto mais distantes estiverem os sulcos entre si, maior diâmetro apresentará a cana, com maior perfiliação, e em caso contrário, quanto mais próximos estiverem, os colmos se afinam e a perfiliação é pequena. Às instituições técnicas, ou mesmo ao agricultor inteligente, cabe determinar qual o melhor espaçamento que deve dar a seus sulcos, levando em consideração que uma grande distância diminui o número de soqueiras por unidade de área, mas aumenta a grossura dos colmos e a perfiliação, enquanto que uma pequena distância implica justamente no contrário. A meu ver, a falta de um espaçamento adequado, por deficiência, tem sido uma das causas do baixo rendimento obtido nas socas e ressocas da lavoura canavieira do Nordeste, ainda mais que as variedades aí cultivadas são extremamente exigentes.

Dos dados expostos, conclui-se que na região, objecto de nossos estudos, o rendimento agrícola é mais ou menos idêntico ao de São Paulo. E' preciso, porém, considerar-se que aqueles Estados obtêm esse rendimento com muito mais esforço, sendo que o custo de produção por unidade é muito superior ao paulista. Pode-se mesmo afirmar que, no Nordeste, bem ao contrário do que acontece em São Paulo, a lavoura canavieira é deficitária.

Transporte da cana: — O transporte da cana do campo para a estrada mais próxima se faz, quase sempre, no lombo de animais, aliás o único meio, actualmente possível, na maioria dos casos. De facto não se pode conceber um carro-de-boi, carroça, caminhão ou tractor penetrando campo a dentro quando este possui sulcos de nível muito próximos para irrigação e ainda mais quando a inclinação do terreno atinge a números assustadores, como é o caso do Nordeste. Cada animal leva em média 25-30 feixes de cana, correspondendo a 140-150 kg, transportando-os até a estrada mais próxima para um carro-de-boi, carroça ou caminhão ou directamente à carregadeira (ponto) mais próxima ou para a usina. No caso de se levar a cana para os carros-de-bois, carroças ou caminhões, os feixes são pesados, quase sempre, directamente do lombo do animal para os referidos veículos. Estes, ou levam a cana directamente para a usina, quando se acham muito perto dela, ou transportam-na para a carregadeira mais próxima. Aí, os feixes são descarregados no chão e, em seguida, são passados aos vagões, onde a cana é desenfeixada para facilitar o descarregamento na esteira de cana, descarregamento este que é quase sempre mecânico, pelo processo basculador. Todo este trabalho de carregamento e descarregamento dos veículos no campo e nas carregadeiras é sempre manual. Ele poderia ser melhorado se se adoptasse o sistema mecânico usado em algumas usinas de São Paulo (Usina Junqueira, Itaiquara e outras), de descarregamento e carregamento mecânico nas carregadeiras.

A maior parte do transporte da cana se faz por meio de uma rede ferroviária, que ultrapassa a 2.000 quilômetros. Além disso, algumas usinas, como Catende, Santa Teresinha e Barreiros, possuem tráfego-mútuo com a "Great Western" e, nessas condições, o transporte pode ser efectuado com rapidez e eficiência.

Pesagem da cana: — Para efeito de controle de fabricação, de rendimento agrícola e com o fim de compra de cana de fornecedores, e ainda, como base de pagamento do corte e transporte quando o cortador e o transportador ganham por tonelagem, a cana, logo que chega na Usina, é pesada. Para isso os veículos chegam numa plataforma ao nível do chão, plataforma esta que repousa, por

meio de dois cutelos, sobre duas alavancas interresistentes, de braços desiguais, que recebe o peso total da carga. Uma parte do peso é transmitida a uma terceira alavanca, a qual, por sua vez, actua sobre uma das extremidades do travessão da balança. Na outra extremidade do travessão colocam-se os pesos marcados, destinados a efectuar o equilíbrio. Estas balanças são geralmente centesimais.

Os veículos são, dias antes do início da safra, tarados e numerados. O balanceiro, quando pesa a cana, anota o número do vagão, para desconto da tara, e registra, em livro especial, o peso líquido.

Uma vez pesados os vagões, eles ficam distribuídos pelo pátio da usina, de tal modo que possam ser descarregados pela ordem de chegada e pesagem. A movimentação desses vagões, antes e depois de descarregados, no pátio da usina, se faz por gravidade ou com auxílio de uma junta-de-bois, pequenas locomotivas ou cabrestantes.

Descarregamento da cana: — O descarregamento da cana na esteira, na grande maioria das usinas que tivemos oportunidade de visitar, é mecânico e se faz pelo processo de inclinação lateral dos vagões. O descarregamento manual, pelos inconvenientes que apresenta, é um sistema incompatível com os grandes progressos da indústria açucareira. Nós não compreendemos porque no Estado de São Paulo onde todos os factores de progresso são logo adoptados, ainda se teime, na maioria das usinas, em fazer o descarregamento manual.

O processo mais usado em Pernambuco e Alagoas é um sistema de báscula, muito em voga no mundo açucareiro, pela grande rapidez e perfeição com que executa o seu trabalho. O vagão, de tipo especial ou adaptado, é empurrado (cabrestante, gravidade, etc.) sobre a linha de estrada-de-ferro, que se estende por sobre uma plataforma móvel, situada ao lado da esteira auxiliar. Ai é ele seguramente fixado à plataforma que pode ser metálica, de concreto ou de madeira, por meio de dispositivos diversos. Soltam-se as presilhas inferiores que mantêm fechada a parte lateral do vagão, do lado da esteira. Inclina-se a plataforma por meio de um dispositivo hidráulico ou por meio de uma engrenagem própria, acionada por um motor eléctrico ou a vapor. A movimentação dessa engrenagem, para as usinas de pequena capacidade, pode ser manual, por meio de uma alavanca. A parte lateral do vagão abre-se e a carga descarrega-se na esteira auxiliar. Todas essas operações podem ser feitas, em caso de necessidade, em 2-3 minutos.

Ainda, em certas usinas, como por exemplo na Catende, são utilizadas pontes volantes, que retiram as canas dos carros por meio de garras, abraçando-as e levando-as para a esteira. Entretanto, este sistema só tem sido usado como auxiliar ou quando a usina não possui vagões adaptados para o sistema de descarregamento pela inclinação lateral.

O autor teve oportunidade de visitar uma pequena usina que havia, há pouco, transformado o seu sistema de descarregamento, que era manual, para o de inclinação lateral dos vagões. informou o gerente da referida usina que os gastos com essa transformação não atingiram Cr$ 20.000,00 e que durante uma safra ele já havia pago todos os gastos, tendo tido, ainda, um lucro de mais outros tantos cruzeiros.

Esteira ou condutor principal de cana: — A fim de se obter um volume uniforme de cana na esteira principal, é comum o uso de um condutor auxiliar quando se realiza o descarregamento mecânico dos veículos. O descarregamento se faz no condutor auxiliar que, sendo independente, alimentará, à medida das necessidades, a esteira principal, que conduz as canas para as unidades esmagadoras. Além disso, o condutor auxiliar é de constituição muito forte, para resistir com facilidade os choques da queda da cana, evitando, assim, constantes reparos na esteira principal, o que seria inevitável se o descarregamento fosse directo nela.

Esse condutor auxiliar, de acordo com as condições locais de cada usina, é instalado na mesma linha da esteira principal ou, então, fazendo ângulo de 90° com ela.

Para melhor uniformizar as canas na esteira, algumas usinas instalam um "galego". Este nada mais é do que um eixo dotado de pequeno número de rotações por minuto, no qual estão implantados braços de ferro, que têm por finalidade dar pancadas na cana, distribuindo-as mais regularmente sobre a esteira.

(Continua)

A sair:

RELATÓRIO SÔBRE O ESTADO DAS CAPITANIAS CONQUISTADAS NO BRASIL

De Adriaen Van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1940

Tradução, introdução e notas de

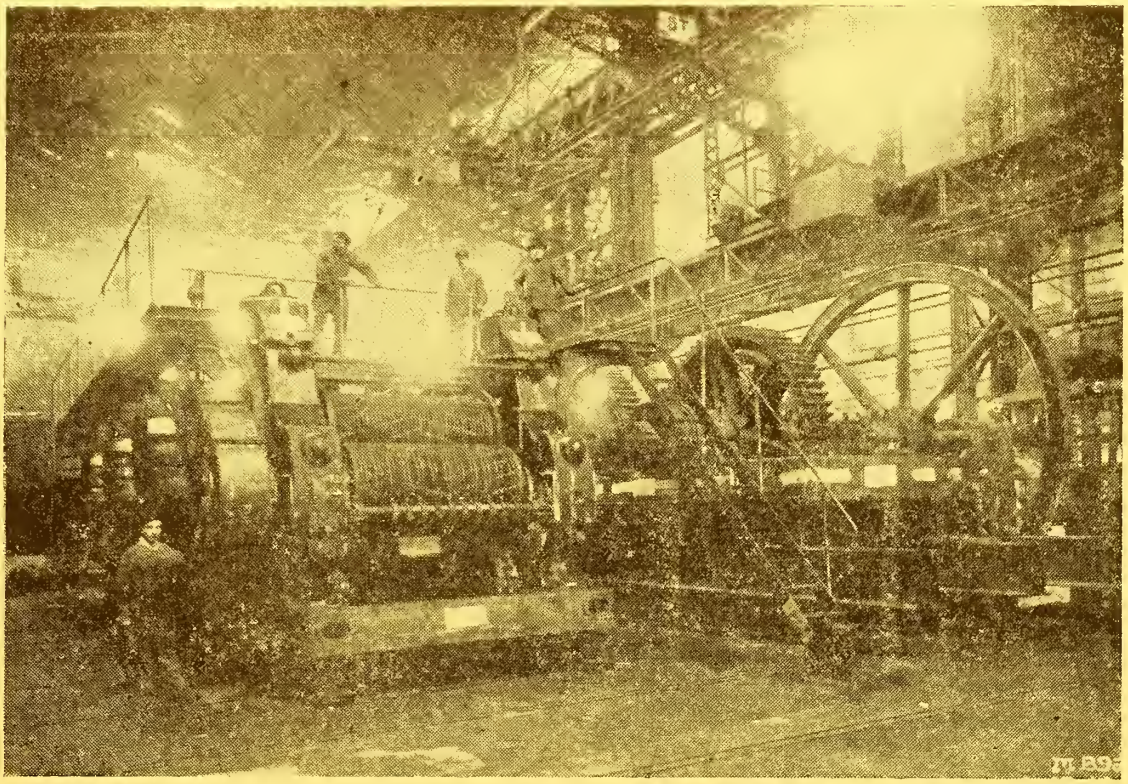
JOSE' ANTONIO GONÇALVES DE MELO, neto

CIE DE FIVES - LILLE

USINAS DO NORTE
EM
FIVES - LILLE
FRESNES - SUR -
ESCAUT & LILLE

Sociedade Anônima
Sede Social e Administração
CAPITAL : 600.000.000 FRS.
7, RUE MONTALIVET, 7
PARIS

USINA DO CENTRO
EM GIVORS
RHÔNE



Moenda Moderna C 46 36" x 72" de 12 rolos, em montagem nas oficinas da Cia. Fives Lille (Destinada à Usi na Villa Raffard)

Todas as Máquinas e Aparelhos para Usinas de Açúcar e Refinarias

Instalações completas para Fabricação de Álcool

DESTILAÇÃO — RECTIFICAÇÃO — DESIDRATAÇÃO

Representante para o Brasil :

Sociedade de Representações HENOT Ltda.

Edifício Castelo — AVENIDA NILO PEÇANHA, 151 - Sala 110

Rio de Janeiro **Telefone: 42 - 9462**

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

CANADÁ

A imprensa norte-americana divulgou informações de que a Câmara dos Preços do Domínio do Canadá, autorizou um subsídio de $1,25 por 100 libras de açúcar refinado, a ser pago sobre a produção deste ano. Isso significa um aumento de 64 1/2 cêntimos sobre os 60 3/4 de cêntimos pagos em 1946.

O novo subsídio colocou o açúcar de beterraba produzido no Canadá ligeiramente acima da paridade com o preço que foi fixado para os açúcares de cana do Império Britânico.

CHECOSLOVÁQUIA

Uma delegação do governo checoslováquio visitou a Suíça em março último, a fim de debater com as autoridades locais vários problemas relacionados como o intercâmbio mercantil entre os dois países. Um jornal de Lausane informava que as negociações prosseguiam favoràvelmente e em consequência dos entendimentos a Checoslováquia deverá aumentar as suas entregas de açúcar à Suíça, além de outros produtos.

EGIPTO

Os círculos açucareiros do país esperavam na safra 1945/46 considerável aumento de produção. Essa previsão falhou, no entanto, em consequência dos baixos rendimentos e do desvio de cana para o fabrico de xarope.

Segundo o "Foreign Commerce Weekly", o Ministério da Agricultura estima a área de plantio na safra 46/47 em 92.000 feddans (1 feddan corresponde a 1,038 acre). O volume de cana a ser aproveitado na fabricação de açúcar é estimado em 1.800.000 toneladas métricas, contra 1.779.386 toneladas em 1944/45. Na base dos contratos firmados com os plantadores, espera-se que a produção de açúcar bruto seja de 180 mil toneladas, quantidade igual à que foi produzida na safra anterior.

EIRE

Segundo notícia divulgada em janeiro por um jornal de Dublin, o governo do Eire chegara a entendimentos com o do Peru para o recebimento de 20 mil toneladas de açúcar. Acrescentava a mesma fonte que aquele volume de açúcar, embora não fosse suficiente para permitir a que a ração semanal voltasse à base de três quartos de libra, asseguraria, no entanto, a continuação dos fornecimentos aos industriais, na mesma escala em que se vinha fazendo antes da greve que surgiu na indústria açucareira.

ESPANHA

Segundo informações divulgadas no jornal "Pueblo", a actual safra de beterraba na zona de Castela deverá render uma produção de 260.000 toneladas, com um valor que ultrapassa dos nove milhões de pesetas.

O Sindicato de Produtores desenvolve intensa campanha no sentido de obter maior produção, bem assim visando aperfeiçoar os métodos de cultivo. Com esse objectivo presta assistência técnica aos plantadores. Mais de 18.000 agricultores integram o Sindicato.

O jornal "Pueblo", de 29 de janeiro próximo passado, divulga uma entrevista com o chefe nacional do Sindicato Vertical do Açúcar sobre a situação da economia açucareira espanhola. A produção da safra 1946/47, segundo informações desse titular, somou 108.020 toneladas, sendo esperado um total de 170.000 para a safra 1947/48. Se este volume fôr alcançado, será possível elevar para seis quilos anuais "per capita" o racionamento, ou sejam dois quilos mais que a quota actual.

Na opinião do Sindicato Vertical do Açúcar, o mercado deve continuar sob regime de intervenção nas actividades de produção, distribuição e venda do açúcar até que se normalize o respectivo abastecimento com o aumento da fabricação no país. Concluiu afirmando o entrevistado que os agricultores preferem dedicar-se a outras culturas mais rendosas que as da beterraba e da cana e que, por isso, convirá assegurar-lhes condições mais vantajosas de trabalho na produção de matéria-prima para as usinas de açúcar.

ESTADOS-UNIDOS

Informava o "New York Times", de 15 de março último, que a Câmara de Directores da Bolsa de Café e Açúcar de Nova York adoptou uma resolução no sentido de que os contratos de venda de açúcar para entrega a termo, os quais estavam suspensos desde 1942, sejam novamente admitidos, nunca antes de 1 de julho. Os primeiros negócios nessa base deverão compreender entregas de açúcar nos primeiros meses do próximo ano. A Bolsa designou uma comissão, a fim de entender-se com o secretário Anderson, de modo a obter deste que os seus planos sejam incorporados aos do governo.

Resolveu-se também que o "comité" cubano da Bolta inicie imediatamente negociações com o governo de Cuba, com o objectivo de estabelecer uma forma de cooperação nos planos da Bolsa com

relação ao Contrato n. 4. Esse contrato diz respeito aos açúcares cubanos que não podem ser colocados no mercado norte-americano dentro da quota.

*
* *

Um comunicado de B. W Dyer & Company, de 18 de março, informava que a Western Sugar Refinery, da California, anunciava que a partir de abril iria oferecer açúcar líquido para territórios que seriam posteriormente indicados.

*
* *

Um comunicado da firma B. W Dyer & Company informa que vários projectos de lei foram apresentados à Câmara dos Deputados dos Estados-Unidos a respeito dos negócios açucareiros, uns favoráveis, outros contrários à continuação do sistema de controle e racionamento.

O comunicado em apreço menciona os seguintes: projecto 115, do deputado Domengaux, da Luisiana, apresentado em 10 de fevereiro, propõe seja concluído o racionamento em 31 de outubro deste ano, excepto o controle de reservas, que continuará até 31 de março de 1948; projecto do deputado Hale, de 6 de fevereiro, mantém o racionamento do açúcar e o controle dos preços até 31 de março de 1948; projecto 980, do deputado McDonough, de 14 de janeiro, proibe a exportação de açúcar e termina o racionamento imediatamente; projecto 979, do deputado Merrow, termina imediatamente o racionamento e o controle de preços sobre o açúcar; projecto 1885, do deputado Reed, de 12 de fevereiro, proibe a exportação de açúcar a partir de 1 de maio deste ano.

Todos esses projectos foram encaminhados a uma comissão especial composta de membros das duas casas do Congresso para estudo e posterior recomendação. Adianta ainda o comunicado que o Senado norte-americano, por intermédio da sua Comissão de Moeda e Bancos, recomendou a continuação do racionamento e do controle de preços até 31 de março do próximo ano, podendo terminar antes dessa data, caso a posição dos suprimentos autorize tal providência.

FRANÇA

Na França nada se sabe ao certo das intenções do alto-comissário do Abastecimento com relação à manutenção ou não do aumento de 250 gramas nas rações de açúcar, em vigor desde janeiro. Para que seja mantido o aumento serão necessários nos sete meses, de abril a outubro, 42.000 toneladas de açúcar.

"Marchés coloniaux", número de 15 de março, onde lemos a informação acima, acrescenta que é fácil demonstrar que os recursos da safra 1946/47 são suficientes para assegurar a distribuição das 250 gramas mensais. Balanceando a posição dos suprimentos, aquela revista demonstra que estes se elevam a 1.016.000 toneladas, enquanto o consumo é fixado na cifra de 931.560 toneladas.

*
* *

O jornal "L'Antenne", de Marselha, anuncia, em sua edição de 12 de fevereiro próximo passado, a terminação da safra açucareira, na qual foram produzidas 688.000 toneladas de açúcar-refinado. Este total dista ainda sensìvelmente dos totais de antes da guerra, mas ultrapassa as previsões iniciais da safra e permite reforçar as probabilidades de aumento da actual ração.

INGLATERRA

O "Times", de Londres, informava em fevereiro último, que os plantadores de beterraba que não puderam completar as suas entregas às fábricas antes das geadas sofreram grandes perdas. A safra de beterrabas na Inglaterra, durante o ano de 1946, diz o referido jornal, foi muito abundante, e, embora as fábricas trabalhassem em toda a sua capacidade, ainda restavam em janeiro cerca de 900.000 toneladas de beterraba a entregar. Esse volume foi mais tarde reduzido a 200.000 toneladas, sabendo-se que se elevam a 10.000 toneladas as beterrabas rejeitadas em consequência dos danos causados pela geada.

RECIFE • SERRA GRANDE (ALAGOAS) • MACEIÓ
USINA SERRA GRANDE S/A
AÇÚCAR
TODOS OS TIPOS
"USGA"
O COMBUSTIVEL NACIONAL

*
* *

Foi oficialmente anunciado, diz um jornal de Lisboa, que o governo britânico decidiu aumentar o preço do açúcar em rama para as refinarias do país em 9 xelins e 4 pence o quintal. A medida entrou em vigor a 17 de março último.

MÉXICO

"El Nacional", de 25 de janeiro último, noticia a resolução da Secretaria da Economia Nacional de reduzir os preços vigentes àquela data para o açúcar no país. Anteriormente havia sido reduzido o preço do sal, facto considerado digno de menção pelos observadores da situação mexicana.

REUNIÃO

Esta possessão francesa, que em 1940 conseguiu uma produção açucareira de 110.703 toneladas, consagrou no curso dos anos seguintes quatro quintas partes da sua superfície cultivada às culturas de gêneros de subsistência. A produção de açúcar declinou, como era natural, e ainda por força da escassez de material e de produtos necessários à manipulação do açúcar. Assim, a ilha produziu 13.164 toneladas em 1944 e 24.100 toneladas em 1945.

A partir da safra de 1945, teve início um trabalho de restauração das plantações, com resultados satisfatórios, pois o ano passado a ilha elevou a sua produção açucareira a 68.002 toneladas. Os círculos interessados estimam para o ano corrente uma produção de 100.000 toneladas. Presentemente, Reunião conta no seu parque industrial com 14 usinas de vária capacidade, sendo preocupação tanto dos particulares como das autoridades promover a modernização da aparelhagem dessas fábricas.

*
* *

A safra açucareira de 1946 atingiu, nesta ilha, a 68.000 toneladas de açúcar, obtida de uma moagem de 675.000 toneladas de cana.

SUÍÇA

A imprensa suíça divulgou, em março, um comunicado, segundo o qual o órgão internacional encarregado de fazer a distribuição dos generos alimentícios, destinou à Suíça, em 1947, uma quota de 148.000 toneladas de açúcar, dos quais 125.000 sob a forma de refinado e compreendida naquela cifra a própria produção do país.

No ano passado, coube à Suíça uma quota de apenas 82.000 toneladas de açúcar e essa mesma não foi entregue na sua totalidade em consequência de greves. Comenta o jornal "Le Pionnier Mi-gros", de Zurique, que as perspectivas para o consumo doméstico este ano são bem mais favoráveis, ainda quando uma boa parte do açúcar reservado à Suíça seja destinada às indústrias que consomem esse produto.

Uma nota curiosa no registro do jornal de Zurique é que os médicos suíços receiam um grande consumo de açúcar, pois o consideram nocivo não só ao estômago e aos dentes como ao organismo em geral.

"PROTECTIN" — UM PRODUTO CUBANO DA CANA DE AÇÚCAR

O "Diario de la Marina", de Havana, divulgou que, numa reunião-almoço do Clube dos Leões, com sede na capital cubana, foi ventilado um tema que o mesmo jornal expõe ao público, pela primeira vez, há vários anos: a possibilidade de elaborar produtos de alto valor alimentício à base do caldo de cana de açúcar, de acordo com as investigações realizadas pelo Dr. Ernesto Trélles, catedrático da Universidade de Havana e membro do Instituto de Nutrição.

Presente a essa reunião e convidado a falar sobre o assunto, o Dr. Trélles começou por dizer que desde 1921 vem fazendo ensaios para conservar por tempo indefinido a garapa, sem nenhuma perda de suas propriedades originais, nem se fermentar nem cristalizar. "Não olvidemos — acrescentou — que, entre as plantas cultivadas que convertem a luz solar em carboidratos assimiláveis, figura a cana de açúcar em primeira linha, sendo, portanto, o produto dela, se se sabe conservá-lo com todos os elementos integrantes, uma fonte extraordinária de energia solar".

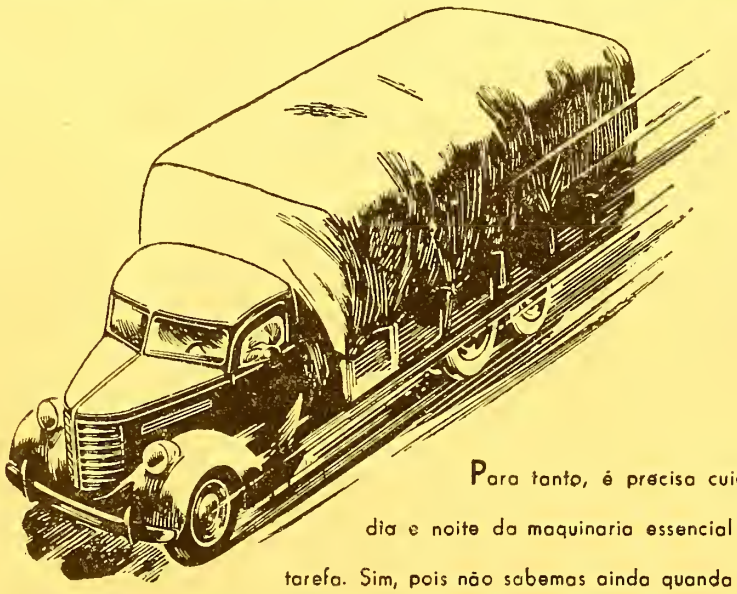
Depois, passou o orador a explicar o produto por ele elaborado com a garapa. E' uma geleia ("jeily") de grande viscosidade, inalterável, que contém absolutamente todos os elementos nutritivos da cana de açúcar: proteínas, carboidratos, pectina, vitaminas, gorduras, sais minerais etc. e, portanto, resulta ser um alimento integral do tipo "protector", denominado "Protectin", mas que ainda não tem sido industrializado.

Nega que os produtos conhecidos — xaropes, méis-invertidos, mel-de-purga, melaço de cana etc. — sejam idênticos ao referido, nem no seu aspecto, nem muito menos no seu conteúdo. Oferece para sua comprobação mostras do "Protectin" conservado inalterável durante dois anos. Acrescenta que servirá de alimento aos seres humanos, alimento de grande potência e, misturado com a forragem, também aos animais, especialmente ao gado vacum, porque aumentaria a secreção láctea das vacas e faria os novilhos mais fortes e robustos, pelos sais de ferro, o cálcio e outros produtos que contém. Igualmente com o "Protectin" se poderia confecionar caramelos e refrescos, uns e outros de idênticas propriedades.

NA LUTA PELO INCREMENTO DA PRODUÇÃO

SAFRAS MAIS ABUNDANTES

EXIGEM ACELERAÇÃO NO RITMO DO ESCOAMENTO



Para tanto, é precisa cuidarmos dia e noite da maquinaria essencial a essa tarefa. Sim, pois não sabemos ainda quanda as máquinas em uso poderão ser substituidas. Talvez issa demora mais do que pensamas. Cuidemas, portanto, cam a máxima atenção, de tadas as nassas máquinas mandanda cansertá-las sem demora quando surgirem defeitos e usanda sòmente lubrificantes e cambustiveis de qualidade indiscutivel.

SHELL

SHELL-MEX BRAZIL LIMITED

ÓLEO DIESEL E ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA MÁQUINAS AGRICOLAS

Std 855

PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO

FRANÇA

Informações divulgadas em "Journée Vinicole", de Montpellier, diziam que, ao fim de dezembro do ano passado, a produção de álcool na França acusava sobre o período correspondente de 1945 um aumento de mais de 820.000 hectolitros.

Esse aumento ocorreu principalmente na produção de álcool de beterraba, cujo aproveitamento permitiu obter 1.532.000 hectolitros desde o início da safra e quase 500.000 durante o mês de dezembro. No início do ano em curso, a fabricação não estava encerrada, admitindo-se que o total se elevará a 1.600.000 hectolitros. A destilação de álcool de melaço foi consideràvelmente prejudicada pela falta de carvão.

PORTUGAL

A "Informação Vinícola", de Lisboa, edição de 27 de janeiro de 1947, noticia que na safra alcooleira de 12 meses, finda em setembro de 1946, a produção de álcool puro em Portugal subiu a 2.806.595 litros contra 1.597.342 em 1938. Somado aquele total aos 617.546 litros de álcool-desnaturado produzidos no mesmo período, verifica-se haver alcançado a produção total 3.424.141 litros. As entradas de álcool-desnaturado dos Açores somaram 1.100.236 litros, o que elevou o consumo de Portugal no referido período, para 4.524.377 litros.

SUÉCIA

A Suécia, que até princípio da guerra dependia da Baviera para o fabrico dos seus licores, dirige-se agora para Ceilão, pedindo que preencha a falta provocada pelas devastações da guerra. Foi anunciado em Colombo que uma firma sueca procurou saber no Departamento do Comércio e Indústria do Ceilão se podia obter 100.000 galões de álcool da ilha. O departamento, que dispõe de grandes reservas, recebeu com grande agrado esta comunicação — a primeira de um país europeu — visto que pode servir para revelar no estrangeiro a excelência do álcool do Ceilão.

Surge, porém, a dificuldade dos transportes e também a forma de remessa, que pode ser feita em garrafas ou em barrís.

O Departamento do Comércio e Indústria prefere as exportações em barrís, mas há grande dificuldade em obter madeiras para o fabrico destes. Assim, a firma sueca foi convidada a enviar material para o fabrico dos barrís, material esse que não deve prejudicar as qualidades do álcool.

O Departamento do Comércio e Indústria informou às firmas da Suécia de que pode fornecer o álcool a 10 e meia rupias, livre de direitos por galão, posto no armazém.

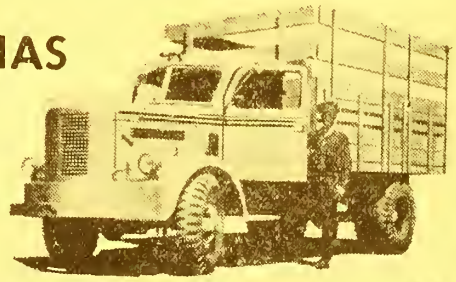
NOVOS DONATIVOS DA SUGAR RESEARCH FOUNDATION

Segundo informa "Sugar", o director científico da Sugar Research Foundation, Dr. Robert Hockett, acaba de anunciar a renovação de donativos para pesquisas sobre açúcar num total de 54.500 dólares. Com esses novos donativos, eleva-se a 520.000 dólares a soma até agora concedida pela Fundação para estudos sobre o valor do açúcar na dieta humana e a exploração de novos empregos industriais e químicos para o produto. Cientistas de sete colégios e universidades foram contemplados com as doações para continuar trabalhos já iniciados.

Os beneficiários dos novos donativos são os seguintes: Dr. Carl W. Borgmann, da Universidade de Colorado, para prosseguir no funcionamento de uma fábrica-piloto, que produz levulose e dextrose à base de açúcar; Dr. Henry G. Fisk, da Universidade de Wyoming, para continuar os seus estudos sobre a purificação da pectina da beterraba açucareira; Dr. John Haldi, da Faculdade de Medicina da Universidade Emory, Geórgia, para expansão de estudos sobre o valor de vários açúcares na dieta; Departamento de Química, Universidade de Utah, para ampliar estudos sobre os derivados da glicose directamente de melaços e preparação de novos derivados da sacarose; Prof. W. H. Selle, da Faculdade de Medicina da Universidade do Texas, para continuar as suas experiências sobre os efeitos do açúcar no câncer do fígado; Prof. F. W. Went, do Instituto de Tecnologia da Califórnia, para realizar projectos nos domínios da fisiologia vegetal; Prof. Andrew Van Hook, do Holy Cross College, para estudar as propriedades cristalizadoras do açúcar.

Ao mesmo tempo, a Fundação e o Fundo Nacional Científico fizeram uma declaração conjunta informando que as normas reguladoras do programa de concessão de prêmios foram ampliadas, a fim de abranger várias pesquisas. Assim, quatro prêmios anuais de 5 mil dólares e um grande prêmio de 25 mil dólares em 1950, serão dados às mais significativas "descobertas, invenções ou estudos na química, fisiologia, metabolismo ou aplicações tecnológicas dos hidratos de carbono, as quais contribuam, directa ou indirectamente, para um melhor entendimento das funções do açúcar ou sua utilização prática como alimento, ingrediente de alimentos, na medicina, agricultura, artes, indústrias e outros campos do trabalho humano, tendo-se em conta a sua importância em termos de progresso do conhecimento e de benefício colectivo". O primeiro prêmio de 5 mil dólares foi, há pouco, atribuído a três cientistas da Universidade da Califórnia, que pela primeira vez produziram açúcar sintèticamente.

CAMINHÕES *FWD* COM IMPULSÃO NAS QUATRO E NAS SEIS RODAS



Mais Potentes— Mais Seguros

PARA UMA GRANDE VARIEDADE DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Serviços Variados na Construção de Rodovias

Transportes Matrizes entre Cidades mais Seguras e mais Rápidos

Ônibus para Escolas e Institutos

Unidades para Serviços Especializados nos Campos Petrolíferos

Transporte de Maquinaria Pesada

Caminhões com Tanque-Depósito para Distribuição nas Cidades e Transporte a Grandes Distâncias

Construção e Conservação de Aeróportos

Veículos para as Fôrças Armadas Terrestres—Navais—Aéreos

Desenhados e construidos para proporcionar a máxima potência e resistência em tôdas as rodas, os Caminhões FWD com impulsão nas quatro e nas seis rodas oferecem vantagens que não se encontram em outros veículos:—fôrça de impulsão e carga perfeitamente distribuidas em tôdas as quatro ou seis rodas impulsoras; redução do esfôrço suportado pelos eixos; mínimo desgaste dos pneumáticos; potência e tração completa para rodagem em estradas escabrosas ou em tempo inclemente; velocidades constantes com maior segurança; custo de operação menor por tonelada-quilómetro de transporte; longa duração de serviço perfeito.

Êstes caminhões fabricam-se em quatro grupos principais:—A série H—com capacidade de 3 a 4 toneladas; a série U—com capacidade de 4 a 6 toneladas; a série M—com capacidade de 6 a 12 toneladas; a série X, que consiste em caminhões com impulsão nas seis rodas, e que têm capacidades que vão até 25 toneladas. As unidades de cada uma destas séries podem ser obtidas com direção à direita ou à esquerda. Enviaremos informações completas a pedido.

Aos Distribuidores — Desejamos trocar correspondência com casas de responsabilidade comercial com referência à lucrativa distribuição dos produtos FWD. Ainda temos alguns bons territórios disponíveis. Referências bancárias dadas e exigidas.

FÔRÇA IMPULSORA EM TÔDAS AS RODAS

Com a fôrça impulsora distribuida por tôdas as rodas, os Caminhões FWD são muito superiores aos caminhões comuns com impulsão sòmente nas rodas traseiras, seja para serviço em rodovias ou fora delas, em condições péssimas de tempo e de caminhos ou rodovias. Os Caminhões FWD podem transportar ou rebocar grandes pesos por terrenos lamacentos, arenosos, ou montanhosos, muitas vêzes impassáveis para outros tipos de caminhões. Na estrada êles podem rodar a velocidades maiores e com maior segurança devido a que, como a fôrça propulsora é igualmente distribuida e aplicada a cada roda, o condutor pode melhor dominar o caminhão e a carga.

THE FOUR WHEEL DRIVE AUTO COMPANY

Clintonville, Wisconsin, E.U.A. — **Endereço Telegrafico: FWD Clintonville, Code: "Bentley's"**

Conhecida e justamente afamada em todo o mundo, a The Four Wheel Drive Auto Company, estabelecida em 1910, é a mais antiga e a maior fabricante exclusiva de caminhões com impulsão nas quatro e nas seis rodas, caminhões êstes reconhecidos em todo o mundo por seu excelente funcionamento. A The Four Wheel Drive Auto Company é uma das maiores fábricas de caminhões para serviço pesado na América do Norte.

FUNÇÃO EDUCATIVA DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

J. D. Tejada

Publicamos hoje a tradução, na integra, de uma conferência realizada em Havana pelo técnico J. D. Tejada em torno ao interessante tema do papel educativo exercido pela indústria açucareira cubana. Pela originalidade da tese e pela forma da exposição, reputamos das mais proveitosas a leitura do trabalho, cujos conceitos se aplicam, sem dúvida, ao Brasil e à nossa indústria açucareira.

O valor de uma indústria não deve ser aquilatado exclusivamente pelo dinheiro que canaliza para os cofres públicos e para o patrimônio particular. Não há dúvida de que a indústria açucareira cubana é a maior produtora de riqueza do país; há, porém, outro aspecto da mesma que, a meu juízo, representa um tesouro maior, um tesouro inestimável e fundamental.

Dentre o muito que se tem dito, a favor e contra, da nossa indústria açucareira, não tenho lembrança de haver visto ou ouvido mencionar uma das funções mais nobres e mais importantes que possa desempenhar qualquer indústria na vida de uma nação: a função educativa. E esta função vem sendo desempenhada pela indústria açucareira cubana através de muitas gerações e em grande escala.

Sem entrar em pormenores, mais próprios dos tratados de pedagogia, convém assinalar que tanto a instrução como a educação se baseiam em certos meios e mecanismos, como o ensino objectivo e subjectivo; na repetição, no desejo, na imitação. Como meio de instrução a indústria açucareira dispõe de todos eles. Os veículos principais do ensino, a meu ver, são a palavra, quer escrita quer falada; o mestre e os auxiliares mecânicos necessários para cada caso. A indústria açucareira reúne, em grau elevado, estes veículos, actuando como a grande educadora de incontáveis multidões de cubanos

A usina é um conjunto completo de conhecimentos aplicados a uma indústria complexa, conhecimentos que têm de ser, forçosamente, adquiridos primeiro e transmitdos depois, cumprindo-se, dessa forma, as funções de aluno e de mestre. Cabe lembrar que para "realizar a safra" são necessárias técnicas do agricultor, do engenheiro mecânico e civil, do químico, do comerciante, do calculista, do ferroviário, do técnico electricista e do transportador. Que outra indústria em Cuba apresenta tantas fases distintas para aprender e ensinar? Que outra indústria em Cuba oferece instrução em tantas e tão diversas matérias? Nenhuma, certamente, pelo menos com a magnitude e a extensão da nossa indústria açucareira, essa imensa escola elementar e superior que todos os anos, geração após geração, assegura instrução grátis a tantos cubanos.

Considerai por um momento as técnicas agrícolas da indústria açucareira. Por si sós levam todos os anos grande número de pessoas aos melhores laboratórios agronômicos que se conhecem, os campos, para lhes ministrar conhecimentos teóricos e práticos sobre análises de terras, genética, métodos de semeadura, sistemas de cultivo e colheita, irrigação, fertilização, agricultura mecânica e até doenças das plantas e dos animais. Tudo isso com abundância de material didático e sem que surja o contratempo tão corrente em outros sectores do ensino de "se esgotar a verba e não haver material para os alunos". E com outra vantagem de enorme importância: ao invés de cobrar para instruir, a indústria açucareira, gasta para ensinar.

Quantos jovens cubanos não receberam o seu primeiro contacto com a física e a química, tanto aplicadas como teóricas na casa das caldeiras e nos laboratórios? Atrevemo-nos a afirmar que mais cubanos aprenderam permanente e pràticamente a diferença entre um ácido e um sal nos laboratórios das usinas que nas aulas das escolas. E isso com apreciável vantagem: terem podido aplicar imediatamente os seus conhecimentos, de maneira prática, efectiva e continuada.

Quanto à mecânica — para passar a outro aspecto, pois tantos são eles que não é possível mencioná-los todos — é bem sabido que a imensa maioria dos mecânicos peritos de Cuba saíram de duas grandes escolas: a das empresas ferroviárias e a das usinas. E saíram em maior número das usinas, pois quase todas elas dispõem de linhas ferroviárias próprias e respectivas oficinas mecânicas, sendo a conservação e a reparação do material de fundamental importância nos períodos da safra e da entre-safra. Que escola de mecânica dispõe em Cuba de melhor equipamento e de mais numeroso material de ensino?

No que diz respeito às ciências comerciais, quantos guarda-livros, contadores, escriturários, correspondentes não se formaram na escola prática da usina açucareira? Possìvelmente não exagero ao afirmar que os primeiros sistemas modernos de contabilidade analítica implantados em Cuba o foram pela indústria açucareira. Foi aí que milhares de cubanos, hoje peritos travaram conhecimento com a manipulação das máquinas de calcular e o emprego do papel quadriculado para confecionar gráficos; foi aí que conheceram o valor das estatísticas e se iniciaram no estudo e na arte de esmiúçar partidas do activo e do passivo, fazendo-o na indústria açucareira muito antes que surgisse a febre da contabilidade analítica nas demais actividades industriais e comerciais de Cuba.

Um dos factores que fazem da indústria açucareira a grande educadora é a repetição. Quem disse que ensinar é repetir e quem inverteu essas palavras para afirmar que repetir é ensinar, estava com a razão. Na usina, a observação mil vezes repetida de múltiplas operações, ajuda mais a compreender o seu significado que a breve e

fugaz explicação teórica ministrada nas aulas. E também a experiência adquirida mediante a repetição de fracassos é poderoso estímulo de superação para esse incansável estudioso que é o trabalhador açucareiro. Estímulo e acicate que o levam a idear meios para vencer seus erros. Que melhor estudo! Que melhor ensino!

A divulgação de conhecimentos, base e auxiliar da instrução, é algo de que se pode orgulhar a indústria açucareira. Que outra indústria cubana expõe à vista, à luz do dia, para que todos conheçam, seus êxitos, seus fracassos, suas experiências, ano após ano? Vêde as Memórias Anuais da Associação de Técnicos em Açúcar de Cuba; vêde as publicações das associações de Fazendeiros, de Colonos, Mestres Químicos Açucareiros, dos organismos de trabalhadores em açúcar. Folheai a literatura açucareira, tanto a nossa com a que nos chega de fora. Que caudal de conhecimentos técnicos e práticos postos ao alcance de quantos desejem assimilá-los! À mesa do interessado afluem como que atraídos por um poderoso ímã, trabalhos sobre entomologia, química coloidal, filtração transporte, prevenção de acidentes, estrutura de cristais, traçado de ferrovias, reforma de curvas de nível, investigações sobre fibras, métodos de contabilidade, sociologia, estatística, electricidade, e mais uma legião de temas educativos úteis, de valor prático e intelectual inestimável, vindos dos quatro pontos cardiais por influência da usina de açúcar. Esta injecção incessante poderosa de ricos e variados conhecimentos técnicos que nos chegam, por assim dizer, às toneladas em cada correio, devemo-la à existência da nossa grande indústria açucareira, à grande educadora. É a ela que devemos boa parte dos variadíssimos conhecimentos técnicos e práticos possuídos por milhares dos nossos trabalhadores no sector açucareiro.

Agreguemos o estudo incessante que o industrial do açúcar tem de fazer das condições econômicas e da vida e trabalho de outros países e começaremos a compreender quão grande é a função educativa do açúcar em Cuba.

E essa caudal inestimável de educandos, de técnicos, de peritos, de artífices formada e adestrada pela grande indústria açucareira cubana não representa benefício exclusivo para ela. Ao contrário, a educação que a usina assegura, incessantemente, ano após ano, é benefício de incalculável valor para toda a nação. Dos campos de cana, das casas de caldeira, dos laboratórios, das linhas ferroviárias e das oficinas das usinas, flui em direcção a todas as esferas da vida nacional o homem preparado, o homem adestrado em técnicas e ofícios variados, enriquecendo, com os conhecimentos e a experiência que a indústria açucareira lhe forneceu, a outras empresas industriais e comerciais através de toda a ilha.

Função nobre e engrandecedora da indústria açucareira. Função educativa que dá à República uma safra anual de utilidade permanente e inesgotável: a safra de ouro da instrução popular.

USINA CANSANÇÃO DE SINIMBU S. A.

Proprietária da USINA SINIMBU

São Miguel dos Campos — Alagoas

Sede Social — RUA SÁ E ALBUQUERQUE N.º 222

Jaraguá — Alagoas

Produtora do Açúcar - Cristal - Branco: - ALVO - FINO - SECO

Capacidade de produção 100.000 sacos

DIRECTORIA:

Glynne G. Griffith-Williams — Dir. Presidente
Octaviano Nobre — Dir. Tes. e Gerente
Dr. Hermínio P. C. Barroca — Dir. Auxiliar

Endereço Telegráfico: WILLIAMS

VELHOS AÇÚCARES

Mário Sete

Ao ser nomeado para o Correio, — já se vão quase 40 anos, — e iniciando minha faina burocrática no casarão do Largo do Arsenal de Marinha, tive por chefe de secção um velho funcionário, honesto, assíduo e meticuloso de quem se contavam, em apoio desse rigor de disciplina e de minúcias, curiosos episódios. Dizia-se, por exemplo, que não dispondo de tempo para ler o jornal do dia, esse zeloso postalista, levava-o para casa e como no lar ainda lhe sobrassem processos a informar, aproveitava, na manhã seguinte, a vinda para a repartição, na "maxambomba" para se inteirar das novidades... da véspera. E, a ele, tais notícias, envelhecidas para todos os que as tinham lido havia mais de 24 horas, eram de um sabor de toda frescura e actualidade. Verdadeiras "última hora".

Muito, com outro colegas moços, me ri dessa "esquisitice".

E hoje, às vezes, me rio de mim mesmo, debruçado, com um interesse indefinível, sobre jornais não do dia anterior, mas de um século atrás. E, qual o meu antigo chefe de secção, em 1909, que de palpitantes coisas novas vou encontrando nessas páginas!... Quantas vezes não as troco pela mais alvoroçante "manchette" de uma folha de agora!...

Não raro um quadro, um tipo, um som do momento que passa vem me possibilitar correlacção com o assunto da leitura, focalizado como da mais legítima oportunidade desse distante passado. Ouço o apito de um trem não longe de minha casa. Percebo o arfar da locomotiva a galgar uma rampa. E estou exactamente a me inteirar deste convite de 1852:

> **Alfredo de Mornay convida a quem quiser subscrever acções da Estrada de Ferro do Recife a Água Preta, passando pela zona assucareira da província.**

O caminho de ferro, a respeito do qual a imprensa enchia colunas, mostrando-lhe as vantagens nos países em que já ia espalhando trilhos... A zona açucareira servida por esse "mensageiro do progresso", engulindo distâncias, levando rápido e barato os sacos dos engenhos, num desdém pelos carros-de-bois e pelas canoas.

E como esperança desse melhoramento oferecia-se um excelente emprego de capital:

> **Arrenda-se um engenho montado com 25 escravos, 25 bois de correia, e 25 animais de roda, uma grande distilação, safra de 3.000 pães de assucar, grande porção de roças maduras e porto de embarque.**

Sem dúvida, esse porto de embarque iria perder sua importância com a futura inauguração do trem de ferro, se é que esse engenho lhe ficaria mesmo perto. Admitamo-lo.

Engenhos, açúcar, temas correlatos povoavam à vontade os jornais de outrora. Sobretudo os de avisos de fugas de escravos com as mais gordas promessas de recompensas a quem os pegasse. Máxime se a fujona tinha os requisitos deste transparente anúncio:

> **Compra-se para um engenho uma mulata linda e moça, embora que não tenha habilidades.**

Contudo em adendo modificava-se o "linda" para "robusta e sadia". Isto talvez para apagar quaisquer vestígios de malícia...

Por outro lado um padre pobre e humilde em uma publicação repetida assim se confessava necessitado:

> **Um sacerdote desocupado se oferece para dizer missa aos domingos e dias santos em engenhos, até 3 e 4 leguas da cidade. Não precisa que lhe dêm conducção e acceita modica gratificação.**

Não seria apenas a expectativa da estrada de ferro o índice de progresso da indústria açucareira desses tempos. Havia tambem o

Arcano invenção do Dr. Eduardo Stoll de Berlim, empregado para melhorar o assucar nas colonias holandezas e inglezas. Vendem-se em latas de 10 lb. junto com o methodo de emprego, em portuguez, por N. O. Bilber — rua da Cruz 26.

E certamente outro era esse "refinador da Rua Cruz" que em outro local da imprensa declarava :

"que ensina aos senhores de engenho um segredo para fazer melhores assucares e dar metade do mel que lhe está dando, sem ser preciso comprar o que estão comprando, para o assucar não perder a estima na Europa, principalmente para refinação; querendo dar cada engenho 50$000 ao suplicante".

A estrutura econômica da terra pernambucana percebemo-la, sentimo-la, a apoiar toda aquela vida político-social reflectida nos jornais da centúria "das luzes". Ela a vem acompanhando, ora ostensiva, ora implícita, entre os reclamos das temporadas líricas, ou das lojas com os seus grosdenaples, cambraias de babados, borzeguins de lustre, quando não dos cabelereiros de luxo e dos embarques para a Europa. O dinheiro que condiciona esses prazeres tem cheiro de açúcar. O ouro é como o mel cristalizado. Os engenhos pautam essa sociedade como os seus nomes pautam as colunas da imprensa diária.

E é preciso produzir mais, produzir melhor para que o mundo ofereça maiores regalias. Um aperfeiçoamento na moenda traduz um acréscimo de conforto na "casa-grande". Aquele piano sonoro que se faz ouvir, agora, é um fruto do aumento da safra. O belo carro de bela parelha a conduzir a família do engenho em visita à do "banguê" vizinho, originou-se da aceitação deste anúncio :

AVISO AOS SENHORES DE ENGENHO.

Attentos as grandes vantagens na moagem de canna, provenientes de ter os tambores das moendas perfeitamente torneados, o abaixo assignado respeitosamente lembra aos senhores de engenho que na sua fundição de ferro em Fóra de Portas se póde perfeitamente tornear de novo um jogo de tambores, e aparar e endireitar os dentes das carretas com tanta presteza, que se póde entrega-los no mesmo dia, evitando-se assim o inconveniente da demora dos carros e o impate da moagem; assim como que a mesma fundição se acha sempre sortida, não só de novas moendas de diversos tamanhos e modelos, senão tambem de rodas dentadas, tanto para agua, como para animaes de todas as proporções; a saber: volta por volta, volta e quarta, volta e terço, volta e meia, duas, tres, quatro voltas, etc., etc., e portanto que qualquer senhor de engenho querendo acelerar a sua moenda, a fim de moer mais canna no mesmo tempo, ou retarda-la, a fim de espremer mais liquido da mesma canna, póde sem demora escolher as rodas competentes. Fundição de ferro na rua do Brum passando o chafariz. — *D. H., fundidor, engenheiro.*

— Na rua da Cadeia de S. Antonio, sobrado n. 13, precisa-se alugar um cozinheiro escravo.

E vamos lendo nossas velhas folhas, tal e qual o fazia meu ex-chefe de secção. Que de intimidades se me confiam !... Algumas até a me despertarem um sorriso de compreensão do chiste dessa época longínqua :

Faz-se qualquer negocio com uma letra de 4:000$000 já vencida e com bastante juros, de um senhor de engenho perto desta praça, cuja pessoa tem bastante por onde pagar.

Bastante por onde pagar, hein?... Ainda açúcar muito !...

E a doçura desses açúcares se aninhava até nos corações jovens da época. Não teria, porventura, sido alguma linda moça de engenho a inspiradora deste soneto de 1855?

Alcoometria, estereometria e análise do álcool

Anibal R. de Matos

Preço. . . . . . **Cr$ 15,00**

Pelo Correio. . . . . . **Cr$ 17,00**

Na Secção de Publicidade do

Instituto do Açúcar e do Álcool

PROCESSO HISTÓRICO DA ECONOMIA AÇUCAREIRA NO BRASIL

Manuel Diégues Júnior

I

OS ANTECEDENTES COLONIAIS

O plantio da cana de açúcar se fez no Brasil quase simultâneamente em vários pontos do litoral. Podemos fixar a época desse início com a colonização, através da divisão das capitanias hereditárias, muito embora tudo indique que, antes de 1532, já se fabricasse açúcar em Pernambuco. A discussão do tema, isto é, da prioridade do plantio de cana, acarretaria maior dispêndio de tempo e espaço, dispensável, outrossim, no estudo a que nos propusemos.

Em linhas gerais, porém, podem ser lembrados dois factos: a referência de Varnhagen, quanto à entrada em Portugal de açúcar vindo de Pernambuco em 1516; e a indicação, que se encontra no "Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa", de que os portugueses presos pelos franceses na feitoria de Pernambuco foram postos a moer dia e noite. Embora não diga o que moíam os portugueses, é bem possível que se tratasse de moenda de engenho de açúcar.

Partindo a economia açucareira no Brasil da época da colonização, logo prosperou o plantio da cana em dois focos principais: Pernambuco e São Vicente. Além destes dois núcleos, em outros igualmente se verificou a semeadura de cana. Espírito-Santo, que em 1545 já exportava açúcar, Ilhéus, Porto Seguro e Baía também cultivavam a cana e fabricaram o açúcar. Todavia, nos primeiros tempos, só em São Vicente e em Pernambuco houve prosperidade acentuada. Mais tarde, também a Baía se inclui entre os núcleos prósperos, tendo ali grande impulso a cultura canavieira.

Em São Vicente, porém, a economia açucareira poucos anos depois caiu em decadência, ao mesmo tempo que se desenvolvia o bandeirismo com o ciclo da preia. A incipiente agro-indústria sanvicentina não suportou a concorrência da produção pernambucana, esta feita em melhores condições econômicas, sobretudo quanto ao transporte. O açúcar pernambucano, pela proximidade dos centros importadores, tinha não sòmente maior quantidade de navios para transportá-lo, como também pagava menores fretes, o que evitava o encarecimento do produto.

Acresce que apresentava o Nordeste condições geográficas mais adequadas para o plantio da cana de açúcar. As terras de massapê, o maior número de rios, principalmente de rios pequenos, a extensão das matas, facilitando a obtenção de lenha, eram factos que concorriam para assegurar mais eficien-

---

"O campo já não amo matizado
Das mais belas rosas purpurinas
Já não amo as águas cristalinas
Que a murmurar deslisam pelo prado.

Já não amo o pular do alegre gado
Ao sentir o verdor pelas campinas,
Quando nas frescas horas matutinas
Se soltam do curral que os tem cercado.

Entregue hoje, só vivo à tristura
Os campos já não amo nem às flores,
Já não amo as obras da natura.

Um anjo só adoro.. e seus rigores
Hão de em breve levar-me à sepultura
Onde frio estarei morto de amores.

Perdoem ao poeta o excessivo tom romântico do seu soneto em nome da ânsia que o empolgava de tornar a achar encanto e amores na paisagem emoldurante do seu anjo. E quem sabe lá se afinal muitos anjinhos não brincaram mais tarde entre as "flores matizadas", as "águas cristalinas" e o "gado a pular". Curas sabiam fazer os velhos açúcares. Não se vendessem eles outrora nas boticas!

te condição de fabrico ao açúcar baiano e pernambucano, e daí o surto verificado na sua produção.

No meado do século XVI já o produto de Pernambuco era considerado o melhor açúcar do Brasil. Di-lo em carta o mestre das obras da cidade do Salvador, Luís Dias, que desejava ser pago com as rendas de Pernambuco porque dali é "o melhor asuquere que qua ha". E mais adiante, quase ao findar a carta, repetia: "de asuquere e não no ha bom se não em fernão..." (a traça não permitiu que chegasse aos nossos dias o resto da palavra "buquo").

A hegemonia econômica da colônia logo se situou nos dois principais núcleos canavieiros — Baía e Pernambuco. O açúcar era o principal produto de exportação do Brasil. Sucedia, e isto é importante no processo histórico da economia brasileira, que o açúcar estava, na época, na sua fase áurea de valorização. Era produto que contribuía para assegurar a formação do capitalismo português.

Lisboa passou a centralizar, no século XVI, o comércio mundial, transitando pelos seus portos navios de várias procedências. E entre os produtos que saíam de Lisboa para outros centros — para Inglaterra, Ruão, Veneza, Roma, Flandres, Constantinopla — figurava o açúcar. No século XVI não seria sòmente o açúcar da Madeira, mas também o do Brasil que deveria figurar nestas saídas.

A grande valorização do produto contribuía, no Brasil, para o crescente número de engenhos e para o desenvolvimento demográfico. Este último facto se deve, principalmente, à importação do escravo africano, que veio, em grandes quantidades, engrossar a população brasileira. O sistema de exploração capitalista do engenho de açúcar não dispensava o trabalho escravo, que era a mão-de-obra barata.

Foi o mesmo fenômeno que se verificou em outras épocas açucareiras: nas Antilhas Francesas e Inglesas, por exemplo. O escravo era o trabalhador barato, e consequentemente facilitava o maior lucro do produtor pelo não encarecimento, com despesa de mão-de-obra, no custo da produção. O recurso à escravidão, e principalmente à escravidão africana, marcou intimamente a existência da produção açucareira; produção, diga-se de passagem, de carácter capitalista, porque escravocrata e latifundiária.

De contínua prosperidade em todo o século XVI, a agroindústria do açúcar proporcionava aos senhores de engenho grandes lucros, os quais permitiam o apurado luxo, o excesso de gastos, os requintes aristocráticos que assinalam, de modo geral, a existência dos proprietários de engenho no Brasil. Colônia de exploração mercantil, o Brasil produzia açúcar para saciar as necessidades do comércio lusitano; o açúcar de origem portuguesa garantia, como fonte de renda, os primórdios do fausto da corte lusitana.

Esta, todavia, sofrera, com o desaparecimento de D. Sebastião tremenda "débâcle" na sua soberania, o que não poderia deixar de afectar a sua economia, agora orientada pelos interesses espanhóis. E Portugal que fôra senhor dos mares, perdera esta posição agora sob controle da Holanda.

E como a Holanda necessitava de base econômica para sustentar sua projecção internacional, volta suas vistas para o Brasil, tentando primeiro a conquista da capital político-administrativa, a Baía, e mais tarde, vitoriosamente, a de Pernambuco, na época importante centro econômico, porque maior produtor de açúcar. A invasão holandesa abre para a produção brasileira de açúcar sua primeira fase de crise.

Realmente, as lutas que se seguem e se prolongam até 1636, destroem o sistema econômico vigente, através de incêndios de canaviais, de destruição e confisco de engenhos, de abandono das terras de cultura. Isto traz, como é lógico, decréscimo da produção, ou quase, mesmo, seu aniquilamento, até que com a vinda de Nassau começa a ser organizada a administração da colônia ocupada.

Em 1637 e 1644, há como que restauração, ou tentativa de restauração, da economia açucareira, sem voltar, entretanto, à posição que antes desfrutara. E isto é, pode-se dizer, transitório, pois o período de lutas que se abre com a campanha da Restauração, na qual se empenham principalmente senhores de engenho, logo destrói essa reconstrução.

Engenhos são destruídos, canaviais são queimados, as guerrilhas espalham-se pelo território de Pernambuco. A produção, é natural, desaparece, sòmente se restaurando depois de 1654.

Cumpre assinalar que, à época do domínio holandês no Brasil, ganha maior desenvolvimento a produção açucareira das Antilhas. Em Barbados, por exemplo, o açúcar começou a produzir-se em 1640, e foram procedentes do Brasil as sementes que ali se plantaram e os materiais que se utilizaram; e igualmente as instruções para plantio. Todavia, como o açúcar produzido não primava pela qualidade, proprietários de engenho vieram ao Brasil e aqui aprenderam melhores métodos de plantio de cana e de fabrico de açúcar, introduzindo-os naquela ilha.

Não são alheios a este facto a contribuição judaica e a ocupação holandesa do Brasil. No que toca a esta última, porque a economia açucareira de Barbados foi fomentada pelos capitais holandeses; holandeses eram os auxílios financeiros, os materiais necessários, e as despesas com a importação de escravos negros. Mas, eram portugueses — ou melhor brasileiros — os processos de plantio de fabricação de açúcar.

O judeu foi também elemento a contribuir para o desenvolvimento da cultura canavieira e da indústria açucareira nas Antilhas. De Pernambuco, judeus de procedência portuguesa para ali encaminharam suas riquezas, levaram instruções e conhecimento da economia açucareira e sobretudo do seu comércio. Deste modo, participaram os judeus no incremento da cultura açucareira nas Antilhas.

De origem portuguesa, ou mais exactamente brasileira, seriam, mais tarde, em Cuba, as fôrmas de açúcar como também os mestres de açúcar naquela ilha. Naquela e em outras do mar das Antilhas, as marcas da origem brasileira na fabricação do açúcar estão visíveis, daí os traços de semelhança no processo histórico da economia brasileira com os da economia antilhana. E ao lado disso, o facto que foi marcante na produção açucareira do Brasil : a concorrência do proto antilhano.

De facto, quando o Nordeste açucareiro procura reconstruir sua economia, após a Restauração de 1654, a produção de origem das Antilhas está invadindo os centros consumidores. Esta concorrência seria fatal à economia brasileira, e já nas últimas décadas do século XVII ela contribui para a crise que o açúcar brasileiro então sofre.

Mas, dentro do país, outros factores inconscientemente contribuem para a crise, agravando-a. São os pesados impostos que recaem sobre o açúcar, em primeiro lugar; depois a má-qualidade do produto, procurando os produtores recuperar com a quantidade, em detrimento da qualidade, os prejuízos sofridos. O parecer de João Peixoto Viegas, datado de 1687, reflecte nas suas linhas cruas esta época, o governo régio querendo arrancar, por meio de excessivos tributos, todo o sangue do Brasil que, no caso, eram os recursos de sua produção açucareira.

Sobre o açúcar recaíam pesados impostos; alguns deles, como nota Wanderlei Pinho disfarçados em eufemismos de "donativos", de "esmolas", ou de "donativos voluntários". De certo, a estes tributos se estendiam as observações de João Peixoto Viegas, tão claras e positivas acerca da situação grave por que atravessara o açúcar brasileiro nos fins do século XVII. Para ele não eram as qualidades, nem os preços a causa dos males da época, mas, sim, os direitos que recaíam sobre o açúcar ou os rigores do estanco que pesavam sobre o tabaco. "Alivie-se o açúcar dos (direitos) que lhe carregaram no tempo que ele tinha preço grande", sugeria Viegas.

Este fim de século tão crítico para o açúcar brasileiro prolonga-se pela primeira década da centúria seguinte, e explode, caracterìsticamente, o mal estar econômico na guerra dos Mascates. Guerra de açúcar esta, em que os senhores de engenho se degladiam com os comerciantes recifenses, seus credores. Endividados, cercados de despesas, com o produto em crise, os senhores de engenho traduzem, na luta contra os mercadores recifenses, a sua difícil situação econômica, numa última tentativa para manter seu predomínio na colônia.

Aliás, este século XVIII é quase todo ele de grave crise para a economia açucareira. Só às proximidades do fim do século, e em consequência de factores externos, que adiante examinaremos, há uma fase de prosperidade. Mas, o século quase todo é de dificuldades para o açúcar. Mal saído da crise

que culminou em 1710, o açúcar encontra, dentro do país, outro concorrente. O ouro aparece e a sua exploração acarreta a "débâcle" da economia açucareira.

Para as minas correm os homens livres; e também para elas se encaminha a escravatura. Os núcleos açucareiros se despovoam. Apesar de terem sido proibidas, desde o começo do século, as comunicações entre as minas e Pernambuco e Baía, o êxodo se acentua, deslocando para o Rio de Janeiro, pela sua proximidade das minas, o eixo econômico da colônia. Acompanha-o a capital político-administrativa, com a mudança para o Rio de Janeiro da sede do governo lusitano no Brasil, assentada desde 1549 na Baía.

Quando, porém, decresceu a produção das minas, iniciando-se a sua fase de decadência, o açúcar defrontou-se com outro factor desfavorável ao seu reerguimento : o monopólio comercial. Realizavam-no as companhias de comércio, estimuladas pelo colbertismo do Marquês de Pombal. Principalmente, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, criada em 1759, esteve mais ìntimamente ligada à economia açucareira.

O comércio exclusivo destas duas capitanias estava a cargo da Companhia. A esta preocupava o aumento do número de engenhos de açúcar e de fábricas; também se interessou pelo comércio negreiro. De Pernambuco saíam açúcar, solas, atanados, etc., e recebia de Portugal panos, chapéus, ferragens, etc. Parece que também gêneros alimentícios, como se poderá deduzir de uma carta da Junta da Companhia à direcção de Pernambuco. Nela, datada de 24 de novembro de 1759, dizia que a carga do navio consta "pela maior parte de comestíveis, por nos persuadirmos, que a haver falta de alguns gêneros desses districtos só poderia por hora ser dos referidos".

Nesta mesma carta de 1759 fala-se na necessidade de promover e intensificar a cultura de arroz, de algodão, de tabaco, de goma e também das "mínimas Drogas, porque tudo concorrerá para augmento desta terra, e ao mesmo tempo de nossa Companhia".

Em 30 de junho de 1760, escrevendo aos directores da Companhia em Portugal, adiantava a direcção de Pernambuco que a safra do açúcar não era de vantagem em virtude da seca, que houve, não podendo julgar-se o que seria produzido, dados os contratempos a que está sujeita a lavoura. Antes, porém, informava que se esperavam recolher para embarque de 6.000 a 6.500 caixas de açúcar, afora as que ainda estavam por fora, isto é, nos engenhos.

Esta carta nos fornece informações sobre a situação dos senhores de engenho, mostrando a necessidade de serem assistidos a crédito, pela Companhia, com gêneros de fazendas e dinheiro; aliás, a muitos, adiantava a carta, já se tinham feito empréstimos. Isto desenhava a situação dos senhores de engenho à época, atravessando ainda os graves efeitos da crise que vinha desde os começos do século.

Tinha igualmente efeito nesta situação o preço do açúcar. Pombal fixara as limitações de preços de açúcar e tabaco, nos portos de embarque. Para essa fixação e fiscalização, foram criadas Mesas de Inspecção, cujos fins principais eram evitar as fraudes, determinar as qualidades e permitir, em certos casos, preços superiores aos mercados. Num dos seus primeiros actos sobre o açúcar brasileiro, o governo pombalino concedia, por decreto de 27 de janeiro de 1751, vantagem no preço dos açúcares da Baía, por serem considerados de superior qualidade.

A questão do preço do açúcar era velha; vinha desde o início da produção. E veremos que no Regimento de Tomé de Sousa já se estabelecia uma comissão para fixação de preços. Mais tarde, a situação da economia açucareira giraria, em grande parte, em torno desse problema — o da fixação dos preços. Toda a fase colonial, circundada pelo monopólio, impunha preços, o que era natural dada a condição do comércio do açúcar. Isto se agravou com as Companhias de Comércio.

Com a queda de Pombal, a **Viradeira** leva de roldão as Companhias de Comércio, e com elas o monopólio. Embora não extintas logo, sofrem paralização nos seus negócios e começam a entrar em liquidação. Mas, é a partir de então que se reanima a produção açucareira, apresentando evidente melhoria. Paralelamente, verifica-se a queda da produção do ouro, originando a corrida para a agricultura. Sobem os preços do açúcar; aumenta o número de engenhos construídos febrilmente.

Campos que em 1769 possuía apenas 55

OS FAZENDEIROS DE SÃO FIDÉLIS NO SÉCULO PASSADO

Alberto Lamego

II

São Fidélis teve a sua era áurea no 2.º reinado até 1888.

Quando o Brasil teve de combater o tirano López, do Paraguai, concorreu com grande contingente para os campos de batalha e quase todos os voluntários lá perderam a vida.

Foi em 12 de março de 1866 que os patriotas fidelenses deixaram sua terra natal no vapor "Galgo". Reunidos aos voluntários de Campos e de São João da Barra, embarcaram no vapor "Presidente" com destino à Corte, desembarcando no Arsenal de Guerra, sendo visitados pelo Imperador em companhia dos Ministros da Guerra e da Justiça, Henrique Beaurrepaire Rohan e Liberato Barroso, e diversos Generais.

Foi bem comovente a missa de Natal rezada nesse ano, noticiada por Elísio de Araujo, à qual compareceram os mais altos representantes da sociedade fidelense e entre estes muitos fazendeiros: "Na noite de Natal houve uma verdadeira romaria à igreja para pedir a Deus a terminação da luta e o regresso dos voluntários fidelenses. Assistiram à missa as famílias principais, dos Barões de Vila Flor e Azeredo Coutinho, Alves Cunha, Ribeiro de Castro, Loureiro, Almeida Pereira, Pache de Faria, Pita de Castro, Matias, Jales, Sanches, Almeida Rios, Soares, Vilelas, Oliveira e Silva, Gomes de Castro, Alonso de Faria, Pontes, Penas, Berriel, Meneses, Medeiros, Diniz, Clelier, Fiaux, Juillerat, Herédia, O'Relly e outras. Em toda a nave fartamente iluminada, reinou impressionante silêncio e, acabada a cerimônia, os assistentes, comovidos, abraçaram-se dando as boas-festas. E a cidade, dentro em pouco, caía em profundo silêncio, apesar de ser noite de Natal".

São Fidélis vive hoje da recordação de seu passado; a sua decadência foi devida à estrada de ferro que matou o porto, à praga do café, à abolição dos escravos, tudo isso agravado pela política de campanário...

Em seus dias de esplendor era grande o movimento da cidade. O porto de São Fidélis era o escoadouro de toda a produção de Monte-Verde, Santo Antônio de Pádua, José de Leonissa, Cantagalo, Santa Maria Madalena, São Francisco de Paula, São Sebastião do Alto e parte de Itaperuna, transportadas as tropas sob a direcção de tropeiros, montados em vistosas bestas, ajaezadas de prata, trazendo eles chapéus de abas largas e, na cintura, prateados cintos, pendendo afiada faca e pistola, e nos calcanhares grandes esporas tilintantes.

Dias houve em que mais de 500 animais davam entrada na cidade conduzindo as suas cargas para as casas de negócio. Duas das mais importantes, Pita & Cia. e Jales & Matias, se localizavam no lado norte — Ipuca, e a terceira na antiga rua do Café, conhecida por casa de "José Francisco". Havia outros armazéns de socar, brunir e preparar o café, de Brandão & Pita, Carlos Riter e Manuel Araújo & Cia.

---

engenhos, eleva-os a 296 em 1785, e atinge mais ou menos 400 ao começar o século XIX. Nesta época, Alagoas possuía 180 engenhos, quando em 1774 tinha apenas 73. Os 172 da Baía em 1754/55 elevaram-se a 260 em 1798; e vinte anos depois eram 511. A actividade na construção de engenhos é contínua, provocada pela alta dos preços do açúcar, cuja valorização se acentua dia a dia.

Para isto concorrem também factores externos: a situação nas Antilhas, a revolução industrial inglesa, a revolução francesa. São elementos que vêm contribuir para reanimar a agricultura da cana do açúcar no Brasil; e que, os dois últimos particularmente, contribuíram para iniciar uma nova fase na economia açucareira — a do comércio livre. É este aspecto que a seguir analisaremos.

Tão grande era o movimento de carga e o número das bestas, que às vezes ficava impedido o trânsito em uma longa extensão da rua.

O Paraíba era então navegado por numerosos barcos a vela e a vapor, entre os quais se contavam o "Muriaé", "Presidente", "Galgo", "Relâmpago", "Diligente", "Alegria", indo uns sòmente a Campos e outros à Corte, com fretes reduzidos e a passagem à razão de 20$000 para as pessoas livres e 8$000 para os escravos.

Nessa época muito próspero era o comércio na cidade, havendo mais de 50 casas bem sortidas. Muitos fazendeiros tinham ali as suas residências nos dias de festas, e hábeis costureiras muito procuradas pelas fidelenses, filhas daqueles.

O Foro tinha também grande movimento. Os três tabelionatos eram frequentados por 14 advogados. Na profissão médica existiam 10, e entre estes o Dr. Érico Marinho da Gama Coelho, que, em brilhante concurso, disputou uma cadeira de lente na Faculdade de Medicina, e, classificado em 1.º lugar, foi nomeado pelo Imperador Pedro II, apesar de ser republicano.

A imprensa era representada pelo "Monitor Fidelense", "Gazeta da Comarca" e "Sentinela", órgão do Partido Liberal, sendo principal redactor o Cônego Guaraciaba.

No carnaval apresentava bons préstitos o "Club dos Aventureiros Carnavalescos". Duas eram as sociedades musicais: Filo-Orfeônica e Euterpe Comercial.

Nada menos de 4 hotéis eram estabelecidos na cidade: "Gaspar", "Recreio da Gamboa" "do Arvoredo" e "Paraíso".

Também ali existiam 8 usinas de café e outra no 3.º distrito, de Joany Bouchardet e o "Engenho Central de São Fidélis", para o fabrico de açúcar, fundado com o capital de 400 contos.

Embora muito influisse na decadência de São Fidélis a cessação dos serviços do porto pela preferência dada à estrada de ferro pelos lavradores e fazendeiros, a lavoura canavieira ia resistindo à crise e só recebeu o golpe de morte com a lei 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil. Os fazendeiros fidelenses não estavam preparados para a transformação do trabalho e foi com surpresa que receberam notícia da Abolição, pois da Corte o chefe do Partido Conservador em São Fidélis, o Coronel José Joaquim Alves da Cunha e grande fazendeiro, recebera uma carta do Chefe Supremo do Partido, autorizando-o a comunicar aos seus amigos que a referida lei não passaria em 1888. Os escravos em massa abandonaram as fazendas, justamente na época das colheitas e elas foram, paulatinamente, desaparecendo, levando consigo a prosperidade de São Fidélis.

E começou o êxodo do município de São Fidélis. 14 médicos e advogados deixaram a cidade em busca de outros lugares mais vantajosos; muitos comerciantes encerraram as suas actividades, porque tinham perdido os principais fregueses, os fazendeiros. Estes por sua vez apagaram o fogo das fornalhas dos seus engenhos, que foram entregues à voragem do tempo. Os de café, por seu turno, com a praga nos cafèzais e com a falta de braços, abandonaram a lavoura e os cafèzais, que ainda restavam e desapareceram. Havia nada menos de 428 fazendeiros de café; 35 grandes fazendas de açúcar e 428 lavradores, consoante o recenseamento feito no último ano da monarquia.

Aqui deixamos arquivados os nomes dos pricipais fazendeiros de São Fidélis nos 5 distritos do município:

1.º DISTRITO — FAZENDAS

Sebastião da Cunha Azeredo Coutinho (Barão de Azeredo Coutinho), "Pedra"; Francisco Alves da Cunha, "Boa Vista"; José Maria de Souto Barcelos, "Sertão" e "Palestina"; Antônio Silvestre Lopes da Costa, "Gambá"; Julião Baptista Pereira, "Santo Antônio"; Miguel Alamir Baglione, "Muzungu"; Antero e Francisco Fiauz, "Pedra d'Água"; José Pessanha da Silva, "Ibiri"; Dr. Paulo Viana Barroso, "Barra do Colégio"; Dr. Damasco de Albuquerque Diniz, "São José"; Comendador Joaquim Manuel Dantas, "Sossego"; Dr. Augusto Sampaio, "São João"; Coronel Geraldo da Silva Chaves, "Bom Sucesso"; Coronel João José da Silva, "Saudade"; Barão de Vila Flor, "São Benedito"; Dr. Antônio Manuel Peixoto de Sousa, "Califórnia"; Major Cândido José de Magalhães Garcez, "Oriente"; Capitão Francisco Sanches da Silva, "Conceição"; Dr. Francisco Faria Serra, "Bóia"; João José Ribeiro Vaz, "Salto"; Manuel Muniz Barreto, "Panorama"; Sérgio da Silva Chaves, "Caldas".

O AÇÚCAR ATRAVÉS DO PERIÓDICO "O AUXILIADOR DA INDÚSTRIA NACIONAL"

Jerônimo de Viveiros

XXXIII

A libertação dos escravos veio encontrar a nossa indústria açucareira debatendo-se em grande crise, motivada pela baixa dos preços nos mercados estrangeiros, que eram nossos fregueses.

A lei de 13 de maio de 1888 agravou esta situação que muita gente pensa não ter sido minorada, devido à inércia dos senhores de engenhos.

Entretanto, é fora de dúvida, que eles não ficaram de braços cruzados. Pelo contrário, esforçaram-se por encontrar uma tábua de salvação.

É deste esforço exemplar a fundação do "Centro da Indústria e Comércio de Açúcar", em março de 1887, na cidade do Rio de Janeiro.

Da circular, que a nova sociedade fez distribuir pelos membros das classes conservadoras do país e que o "O Auxiliador" publicou, vê-se bem o seu objectivo.

Era um plano simples e criterioso, eficiente e prático, que traduz a sensatez dos homens que formavam a directoria do Centro: Elói da Câmara, Hermano Joppert, Malvino da Silva Reis, Ferreira da Silva e Belisário Soares de Sousa.

A circular é um documento interessante para a história da nossa indústria açucareira, que merece ser aqui transcrito :

Ei-lo :

"A lavoura da cana e os produtos que dela provêm estão actualmente passando por uma crise geral que ameaça aniquilar esta antiga indústria, a primeira estabelecida no Brasil nos tempos da sua maior prosperidade colonial.

Diversas causas actuaram para esta crise

2.º DISTRITO — FAZENDAS

Julião Baptista Jorge, "Vila"; Severo da Silva e Sousa, "Quissamã"; Sebastião da Cunha Azeredo Coutinho (Barão Azeredo Coutinho), "Caconda"; Bernardino Macedo, "Monte Alegre"; José Juoaquim de Faria, "Sapateiro"; Agostinho Ramos Duarte, "Formosa"; Joaquim Tomás de Faria Paraíba, "Pedra Branca"; Tomás de Faria Sobrinho, "Laranjeiras"; Coronel José Joaquim Alves da Cunha, "São Fidélis"; Capitão Antônio Tomás Pacheco de Faria, "Venturosa"; Comendador Antônio José Gonsalves Loureiro, "Fiel"; Capitão Manuel Carlos Ribeiro de Castro, "Grumarim"; Capitão Francisco Ribeiro de Castro, "Santa Ana"; Antônio Ribeiro de Castro, "Santo Antônio".

3.º DISTRITO — FAZENDAS

João de Almeida Pereira "Santo Antônio"; João Gonsalves Loureiro, "Santo Antônio do Coqueiro"; José Jales Cabral, "Tabúa"; Matias Guimarães, "Grandeza"; José Gonsalves Barroso, "Engenho d'Água"; Manuel Ribeiro da Silva, "Santa Teresa".

4.º DISTRITO — FAZENDAS

Rafael Sanches, "Usina Pureza"; Severo da Silva e Sousa, "Bóia"; Herdeiros de Francisco Mariano, "Palmeiras".

5.º DISTRITO — FAZENDAS

Major Elias Antônio de Miranda, "Ipituna"; Octávio Honório de Faria, "São Tomé"; Major Cândido José de Magalhães Garcez, "São Joaquim"; D. Maria Dias, "Recreio"; Coronel José Peixoto de Oliveirae Sousa, "Boa Esperança" e "Pouso Alto".

Em São Fidélis existe a Usina Pureza, que no quinquênio de 1939 a 1944 produziu 555.882 sacos de açúcar.

geral, e a de mais vulto é o desequilíbrio entre a produção nos países tropicais e o consumo, desequilíbrio agravado pela concorrência de açúcar de beterraba.

Entretanto, os especialistas deste gênero de estatística industrial pensam, com alguma razão, que, aumentando cada vez mais o consumo do açúcar nos países novos, como os Estados-Unidos e Austrália, pelo desenvolvimento do bem estar das populações e sendo a produção da beterraba muito desigual e falível, o futuro da lavoura da cana ainda pode ser lisonjeiro e lucrativo para os produtores.

Em relação ao Brasil, nota-se que em alguns lugares os tipos de açúcar que vêm dos mercados do litoral não correspondem àqueles que são requeridos pelos grandes refinadores da América e da Europa, e em outros, o açúcar bruto, pela sua baixa qualidade, só obtém preço insignificante dos exportadores.

O consumo interno do Império, que é grande, e importa em parcela considerável da produção, tem até agora atenuado estes inconvenientes; mas se o Brasil quiser voltar à grande concorrência no exterior, como já teve nos séculos XVII e XVIII, será necessário que coloque este gênero de produção em condições de preços e qualidades que possam convir aos lavradores e aos consumidores.

Para dificultar ainda mais as condições desfavoráveis em que nos achamos, contribuem os pesados impostos gerais e provinciais, os quais de maneira alguma são autorizados pelos preços actuais do produto. De facto, não se concebe que o lavrador venda o açúcar bruto pelo preço de $800 a 1$200 a arroba, o que não paga o custeio da produção, e o Estado exija 8 a 10 por cento de direitos.

Diante da crise actual, Cuba e as Ilhas Holandesas fizeram concessões nos impostos, nas tarifas de transportes e facilitaram o crédito.

Certo, não podemos ficar indiferentes a estes exemplos, pois se não os seguirmos, seremos esmagados pela concorrência.

Acresce que a lavoura do café, principal sustentáculo do Estado, está entre nós ameaçada de uma crise de produção, e a única indústria agrícola que está preparada para substituí-la e poder sustentar o organismo financeiro do país é a do açúcar, mas isto se a desobstruirmos dos obstáculos que a embaraçam.

Até aqui o auxílio mais sério que o Estado quis prestar à lavoura de cana foi o de garantir juros aos engenhos centrais. Todavia, por circunstâncias que não cabem aqui analisar, essas concessões foram dadas, com tanto desacerto, que em grande parte apenas serviram aos possuidores de previlégio e intermediários da venda dos contratos. Por este modo onerou-se os capitais das empresas, anulou-se a garantia de juros. Tanto o benefício que o Estado oferecia saía caro, que empresas nacionais mostraram poder levantar engenhos centrais, com vantagens, sem aquela concessão.

Se a remoção destes obstáculos não se fizer prontamente, a nação está ameaçada de ver arruinar-se fábricas, engenhos e lavoura da sua mais antiga indústria agrícola.

É sobre a base destas considerações que julgamos indispensáveis a criação de uma sociedade protectora dos interesses ameaçados. O exemplo da instituições idênticas nos mostra que não serão inúteis os nossos esforços. A questão consiste em dar-lhe desde já fins práticos, exequíveis, de resultado imediatos, que obtenham o concurso dos poderes públicos e dos interessados.

É sobre este ponto de vista que oferecemos as seguintes sugestões para os trabalhos da associação :

1.º — Promover da parte dos poderes públicos a extinção ou considerável redução dos direitos de exportação gerais e provinciais.

2.º — Solicitar a redução das tarifas de transporte nas estradas de ferro do Estado, nas que têm garantia de juros e mesmo nas de propriedade particulares, não só para os produtos da cana como para a própria matéria-prima.

3.º — Criar prêmios para a produção e exportação.

4.º Diligenciar que os poderes públicos obtenham tratados das nações em que o nosso

açúcar é sobrecarregado de direitos, principalmente daquelas em que o consumo deste gênero é superior ao que elas podem produzir.

5.º — Promover um tratado recíproco com os Estados-Unidos pelo qual se possa alargar ali o consumo do nosso açúcar, pois aquela república está nas condições de poder tornar-se um grande mercado da nossa produção.

6.º — Promover exposições destes produtos na Capital do Império e nas praças estrangeiras onde convenha introduzir e aumentar o consumo.

7.º — Impetrar do Governo Imperial as providências precisas para que os cônsules mandem relatórios indicando o juízo formado nas diversas praças consumidoras sobre o nosso açúcar, e quais os meios mais acertados para aumentar-lhe a aceitação.

8.º — Obter favores especiais para os engenhos centrais montados sem garantia de juros, e que, pela falta de renda e consequente depreciação dos capitais neles empregados, estiverem em dificuldades de se poderem manter.

9.º — Alcançar dos poderes públicos a criação de um laboratório ao alcance de todos os interessados, onde se estudem os progressos realizados no estrangeiro e se façam experiências químicas sobre os meios de obter a maior quantidade de matéria sacarina.

10.º — Criar nos centros de produção escolas práticas para preparo do pessoal destinado à fabricação de açúcar e ao aperfeiçoamento da cultura da cana.

11.º — Diligenciar que as fábricas, onde só se empregaram trabalhadores livres, obtenham diminuição de impostos de toda a natureza.

12.º — Reunir todos os dados estatísticos sobre a produção nacional deste gênero, com indicações sobre preços, qualidades e origens, fazendo o confronto da exportação dos anos anteriores com a actual.

13.º — Coleccionar em um depósito tecnológico os tipos de açúcar dos diversos países produtores, com informações sobre os processos de fabrico, quantidade, preço nos mercados exportadores e consumidores. Esta colecção será franqueada aos associados e servirá de base aos melhoramentos da indústria sacarina do país e às transações do comércio exportador.

Estas bases foram aprovadas pela assembleia geral da fundação do "Centro da Indústria e Comércio de Açúcar" que teve lugar no salão do "Banco Industrial e Mercantil".

Pela mesma assembleia foram aprovadas as seguintes bases orgânicas para a sociedade:

"**SÓCIOS** — Formar-se-á dos agricultores de cana, comissários, negociantes, engenheiros, mecânicos, fabricantes de açúcar, álcool e aguardente, capitalistas, administradores de engenhos centrais, proprietários de usinas, redactores de jornais.

ADMINISTRAÇÃO — Será dirigida por uma directoria, composta de 14 membros.

FUNDO SOCIAL — Será constituído pela entrada de 50$000 de cada sócio.

FINS — Reunir os elementos dispersos para dar direcção uniforme às providências a tomar, servindo de centro às associações já criadas e que se criarem nas províncias em que se cultiva a cana de açúcar, despertar o interesse de todas as classes, procurando o apoio da imprensa pela propaganda e dos poderes públicos pela adopção de medidas necessárias a elevar a indústria açucareira de seu actual abatimento".

Índice alfabético e remissivo
de
"Brasil Açucareiro"
Do Iº ao XIIIº volume
Preço . . . . . Cr$ 5,00

O DURISCH, CORONEL CANAVIEIRO

Affonso Varzea

Tem-se visto, com algum detalhe, como principiou a revolução açucareira na Fazenda de Santa Cruz, criada no século mesmo da arribada cabralina, pelos jesuítas, como unidade econômica devotada à pecuária.

A iniciativa da transformação coube, em fins do setecentismo, ao governo real de Lisboa, no Brasil representado pelo vice-rei, conde de Resende.

Também foi examinado o papel que no caso tocou a um dos mais brilhantes oficiais coloniais, o coronel Couto Reis.

Passando de Fazenda da Companhia a Fazenda Real e, consumada a Independência, a Fazenda Imperial, registrou-se, sob os Pedros, um surto de cuidado que deu na transformação da sede da propriedade inicial dos inacianos em Paço dos monarcas, hoje o quartel que se levanta no dorso da colininha, à direita de quem entra na actual estação da Central, vindo do Rio.

Para o fim do Império, e no começo da República, não se pode dizer que recursos de geografia humana tivessem progredido decisivamente sobre renovados e fortes surtos de malária, como os que deram cabo da velha Iguaçu, no ramal de Tinguá da Estrada de Ferro Rio Douro, a curta distância ao norte do Distrito Federal.

Sobre esta carta do relevo e da hidrografia da Baixada de Sepetiba, levantada ao tempo da administração Hildebrando de Góis no Serviço Federal de Obras de Saneamento, do Ministério da Viação, as iniciais marcam as fazendas do Durisch: GS — Guandú do Sapê, PIR — Piranema, R — Retiro, PC — Pau Cheiroso, CHA — Chaperó, LN — Lagôa Nova, PA — Palmeiras e GA — Gavião. O mapa pega a seção inferior da antiga Fazenda Imperial de Santa Cruz.

INVASÃO ALEMÃ

A retração do zelo oficial teve, naturalmente, por contra-partida, mais afoiteza de parte da iniciativa privada, donde a ofensiva do mosquito ser acompanhada por aquela dos grilos, com emaranhado de títulos e utilizações de facto, que continua até os dias que correm.

Nenhum grileiro mostrou o característico desembaraço territorial germânico de Ernesto Durisch, que armou em Santa Cruz frutuoso campo de operações, sabendo ligar-se por amizade a famílias de antiga raiz no local, entre elas os Santiagos.

Prosperando nas actividades até fazer-se aceitar geralmente por "coronel", conforme a generalidade dos senhores de terras na hinterlândia brasileira, o Durisch firmou autoridade cercado de amigos brasileiros aos quais soube interessar, poucos havendo que conheçam sua história aventurosa melhor que os já citados.

Antes de romper a segunda guerra mundial já o grilo teutônico havia conseguido aceite geral de sua propriedade indisputada sobre uma coroa de "fazendas", desde o nordeste de Santa Cruz até o ocidente de Itaguaí, e ficou verificado, anteriormente, como a revolução canavieira do Resende impôs o retalhamento da Fazenda Real, a grande, vasto domínio tomado pelo Pombal aos sectários de Loiola, em "fazendas" menores.

As fazendas do Durisch armavam autêntico semi-círculo, desde o extremo oeste do Maciço de Gericinó — Morro do Marapicu — até à velha fronteira jesuítica do rio Itinguçu, colada ao contacto directo que toma a Serra do Mar com a Baía de Sepetiba.

SENHOR DE DUAS CIDADES

Tendo sua metrópole em Santa Cruz, o aventureiro tudesco envolveu a outra cidade de comando ao histórico delta do Guandu, a venerável Itaguaí, também originada de capela e aldeia fundadas pelos Irmãos de Inácio.

Com isso vastos campos, rica rede hidrográfica, boa trama de estradas, e rampas das mais boscosas da zona fronteira carioca-fluminense, caíram sob o domínio do coronel, que, desenvolvendo-se a primeira guerra mundial, defendeu-se bem das desconfianças de vigilantes patriotas revigorando o tiro de guerra nascido quando da campanha nacional de Bilac.

A cidadezinha de Santa Cruz, e toda a região, conheceram, então, o Durisch marcial do atavismo germânico, esticado na farda cáqui com que comandava espetaculares paradas da rapaziada do extremo oeste carioca e do município de Itaguaí.

FAZENDA DO MARAPICU

Por esse tempo era acentuada a prosperidade da Fazenda Guandu do Sapê, entre o traçado actual da rodovia Rio-São Paulo e as faldas do Morro Marapicu.

Estendia-se tanto para o poente que cortava suas pastagens, em colinas arqueanas, o próprio curso do Guandu-Açu, reclamando o alemão por fronteira setentrional um traçado que englobava a bacia do Ipiranga, afluente da esquerda do outro, mais a de seu formador hoje canalizado em Cabanga.

Com isto o comandante dos atiradores renovava a questão de fronteira, com que se viram a braços os jesuítas quando de suas famosas e laboriosas demarcações, sabendo-se quanto lhes embargou o passo imperialista um senhor de engenho que floresceu no setecentismo, o Morgado do Marapicu.

Na Fazenda do Guandu do Sapê, de sede muito chegada à "estação" Engenheiro Araripe, do projectado ramal, bitola larga, de Austin, na linha tronco da Central, a Santa Cruz, entregou-se Durisch à tradição local inaciana, à criação de gado, mas das faldas boscosas do Marapicu, boa rocha de origem vulcânica, coberta de forte floresta fechada, entrou a tirar desapiedadamente lenha e carvão, sobretudo lenha.

Não é exacto que os citricultores dos flancos do cone do antigo vulcão, que funcionou no Jurássico, Era Mesozóica, tenham sido os implacáveis peladores da mata em parte respeitada pela voraz onda do café que varreu a região no oitocentismo.

AGUARDENTEIRO DO RETIRO

Se Guandu do Sapê não desenvolveu actividades canavieiras, o contrário há de ser dito de sua vizinha do noroeste, a Fazenda do Retiro, onde funcionou até 1928 activo Aguardenteiro.

Nota-se, assim, que morto o Engenho de Itaguaí, o maior do Brasil, na passada centúria, a actividade canavieira foi renascer, no século actual, obra de vinte quilômetros a nordeste, na bacia do mesmo rio, agora na bacia superior, ali onde ela é principalmente sulcada pelo Valão dos Bois.

É exacto que a Fazenda do Retiro também apanhava uma aba ocidental da média bacia do Guandu, passando a cavaleiro do

Canal Piranema de nossos dias, confinando suas terras com aquelas ora de posse da Universidade Agrária, fundada pelo Dr. Heitor Grilo, no quilômetro 47, da rodovia Rio-São Paulo.

O aguardenteiro do Retiro deu 60 a 70 pipas por safra, pipas de 480 litros, trabalhando para tal resultado grande experiência de colonos arriscada por Durisch, tentativa em que procurou radicar não poucos patrícios, devendo-se enxergar aí, em parte, a origem dos germânicos actualmente activos nos lotes ùltimamente demarcados pelo Ministério da Agricultura.

Eram plantadores de canas pagos em natureza, em cachaça, fazendo-lhes o senhor do engenho a conhecida dependência do empréstimo em moeda e instrumental de amanho do solo.

OS MOSSORÓS DA PIRANEMA

Na vizinhança sudoeste da Fazenda do Retiro ficava a Fazenda Piranema, estendendo-se, sobretudo, entre o canal deste nome e nosso velho conhecido, o canal do Piloto — tudo bacia média do Itaguaí.

O gado, complemento da actividade canavieira do Retiro, formava rebanhos ainda maiores e mais selectos na Piranema, o descortino do teutão tentando drenar o famoso pântano de São João Grande, que não puderam atacar os frades da Companhia.

Ali onde enxugou pastos finos, meteu o senhor de Santa Cruz superior gado cavalar e bovino, entre aquele o puro-sangue inglês, com isso antecipando-se aos haras que agora florescem em rincões da Serra do Mar fluminense.

Chegava à dura fase final, com participação do Brasil, a primeira guerra mundial, e então o Durisch, para fazer sorrir os patriotas que mostravam os dentes, cuidou de provar sua nacionalidade suíça. Nascido na Suíça germânica, bem suíço!

Para fazer a publicidade da prudente mudança de pátria, utilizou-se o coronel de uma das fortes e baratas formas de cabotinismo, o desportivo, tornando-se popular entre os rapazes da crônica turfista, por suas ideias e munificências na fundação do Prado de Santa Cruz, "Jockey-Clube" que realizou temporadas, de alta reclame, entre as temporadas de carreiras dos antigos Derby-Clube e Jockey-Clube de São Francisco Xavier, com trens especiais e festanças na cidadezinha do extremo ocidente carioca!

PAU CHEIROSO

Durisch converteu-se mesmo suíço-patriota-brasileiro, mandando belos exemplares equinos e bovinos às exposições nacionais nos terrenos do Derby-Clube, na rua Mata Machado, tornando-se popular como Assis Brasil, Lineu de Paula Machado, Antenor de Lara Campos, e outros magnatas da pecuária!

Abiscoitou prêmios e discutiu técnica de expansão da lavoura, pois nas partes do brejo de São João Grande, que mais resistiram à drenagem, mandou estender arrozais.

No mesmo local anda agora o Dr. Levi, operoso e bondoso pro-homem do Abrigo Cristo Redentor, a lutar por boas colectas da tão útil gramínea asiática.

Para falarmos na Piranema foi preciso descer ao quadrante sul do Retiro, pois esta última, subindo pela calha do Guandu-Açu, chegava aos ante-morros da Serra do Mar, às meias-laranjas que enquadram a linha tronco da Central.

Pelo quadrante norte entestava com o Retiro a Fazenda do Pau Cheiroso, com sede muito chegada ao conhecido entroncamento de Belém, da nossa principal ferrovia.

A MURALHA INGLESA

Entrando por solos cortados também pela Linha-Auxiliar, bacias do São Pedro e do Santo Antônio, formadores das águas guanduanas, pegava a Pau Cheiroso rampas da Serra do Mar de argilas muito ricas e muito regadas, em boa parte de origem vulcânica, como no Marapicu, donde formosa cobertura florestal.

Daí, além do gado da tradição fradesca, intensa exploração de lenha e carvão, a mesma que, na Piranema, contribuiu para a lamentável pelada da bela mata do baixo Itaguaí.

CONFERÊNCIA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE TÉCNICOS AÇUCAREIROS DE CUBA

Pela primeira vez desde o início de suas actividades, realizou a Associação de Técnicos Açucareiros de Cuba, em dezembro de 1946, a sua conferência anual fora da cidade de Havana. Não obstante a invocação, a reunião se revestiu de singular brilhantismo, havendo alcançado um rendimento de trabalho sem precedentes, informa "Cuba Economica y Financiera".

Foram apresentados à Conferência 47 trabalhos distribuídos pelas quatro secções da mesma: agricultura, fabrico, engenharia e subprodutos.

A indicação de alguns dos trabalhos levados à reunião dá idéia da significação da mesma para o desenvolvimento da indústria açucareira em Cuba. Na secção de agricultura foram discutidas questões relacionadas com o controle biológico do Borer, a relação entre a água e a cana nos terrenos áridos, o replantio rápido dos campos de cana, a selecção de novas variedades de cana, a conservação da fertilidade do solo, as vantagens de nova técnica mecanizada na semeadura da cana, o transporte motorizado na indústria açucareira, etc.

Na secção de fabrico figuraram trabalhos sobre sistemas de três têmperas, limpeza dos tubos de evaporadores e aquecedores com soda cáustica concentrada, experiência com sucos refractários e deteriorados; observações relativas aos microganismos nas fábricas de açúcar, ácidos nos produtos da cana, determinação do fosfórico na garapa, desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Sugar Research Foundation, desde sua fundação, etc.

Na secção de engenharia surgiram trabalhos relativos a uma nova moenda e um novo sistema N. K. para extrair o suco da cana e recuperação de subprodutos, ao processo de regulação automámática da alimentação da água da caldeira a vapor, melhoras de equipamentos e processos fabris na indústria açucareira de Cuba, lubrificação dos cilindros a vapor, importância da corrosão na indústria e possibilidades de evitá-la, etc.

Na secção de subprodutos foram apresentados trabalhos sobre a produção de celulososa purificada do bagaço, contribuição da indústria electroquímica à indústria açucareira, futuro econômico da fibra de cana, método Melle-Boinot para o emprego repetido das leveduras, contaminações nas distilarias; sua importância, origem e métodos de controle, açúcar de cana como alimento energético, etc.

Conclui a revista cubana chamando a atenção para o facto de haver sido apresentado, pela primeira vez, um trabalho sobre um dos aspectos mais importantes, quiçá primordial da indústria, qual o aproveitamento do produto final, o açúcar, pelo organismo humano. E' de esperar que com este trabalho se orientem os esforços dos técnicos para horizontes ainda mais amplos.

Talvez por encontrar pela frente os britânicos da Light, não penetrou sòlidamente o grilo tudesco pela calha do Ribeirão das Lages, principal formador do Guandu, mas fincou-se direito na vertente oriental do Serrote de Catumbi, espigão da Serra do Mar que fecha aquela calha do lado sul.

Aí, entre o canal do Piloto e a secção da escarpa conhecida por Serra do Espigão, ficava a Fazenda Chaperó, exclusivamente entregue à pecuária nas partes baixas, e à tirada de carvão e lenha nas rampas boscosas.

AGUARDENTEIRO DA LAGOA NOVA

Principalmente ao sul do rio do Quilombo, um dos formadores do Itaguaí que desce do ocidente, começavam as terras da Fazenda Lagoa Nova, cujo Aguardenteiro operou até 1927.

Na franja meridional, não drenada, do pântano de São João Grande, plantações de arroz, como na Piranema; nas faldas de mata espessa da Serra do Mar, extracção de lenha e balões de carvão a fumegar dia e noite; entre as duas faixas de utilização econômica contraditória cresciam então os canedos, operados por conta do senhor e de uma tentativa de Meeiros, não tão considerável como no Retiro. O engenho chegou a dar 35 a 40 pipas por safra, ou fossem de 19.000 a 20.000 litros de cachaça, de muito aceite por todas as bibocas da Baía de Sepetiba até o Saco de Mangaratiba.

No "saco" que faz o edifício da Serra, enquadrando completamente o vale do Mazomba, sempre bacia do Itaguaí, saco hoje em lamacento chão quaternário, prosperou a Fazenda das Palmeiras, que deu muito dinheiro ao dono em madeiras-de-lei, ainda lenha e carvão, e ainda gado.

Entre as Palmeiras e a Lagoa Nova, explorando os clássicos lenha, carvão e bois, medeava a Fazenda do Gavião, cuja orla meridional se chegava ao mangue da costa da Sepetiba, a leste da ilha da Madeira.

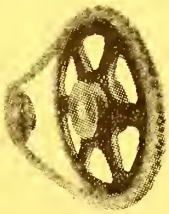
Serviço Econômico e durável, só com Correntes e Rodas Dentadas LINK-BELT

Corrente silenciosa

O mais moderno sistema de transmissão. Assegura longa duração, alta eficiência e baixo custo. Procure maiores detalhes com os representantes.

Peça o nosso catálogo n.º 125.

Correntes de Rolos



As correntes de rolos são aplicadas para solução dos mais variados problemas de transmissão de força. Grande resistência em relação ao seu peso, capacidade para receber choques, operação positiva e flexível, são as principais características deste excelente meio de transmissão.
Peça nosso catálogo n.º 1957.

Correntes de aço e de Ferro Maleável

Ideais para serviços extra-pesados de baixa e média velocidade. As correntes Link-Belt de aço, ferro maleável e promal, resistem à corrosão e são fortes e duráveis para satisfazerem as mais severas condições de trabalho.
Peça nosso catálogo n.º 1994.

LINHA COMPLETA DE EQUIPAMENTO PARA TRANSMISSÃO DE FORÇA

Cadeira para rolamentos

Mancais de esfera

Mancais de metal babbit, de todos os tipos

Mancais de rolos e de esferas

Variadores de velocidade

Redutores de velocidade espinha de peixe

Redutores de velocidade de engrenagem helicoidal

Redutores de velocidade de parafuso

Redutores de velocidade de parafuso, com resfriamento por ventiladores

Transmissão electro-fluída

LINK-BELT COMPANY

Engenheiros — Fabricantes — Exportadores

Estabelecidos em 1875

LINK-BELT

Maquinaria para Transmissão de Força

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

CIA. IMPORTADORA DE MÁQUINAS

RIO DE JANEIRO
Rua Visconde Inhaúma, 65 - 3.º andar
Caixa Postal 1979 — Tel. 23-5885

SÃO PAULO
Rua do Riachuelo, 201 - 7.º andar
Salas 7 e 8 — C. Postal 41-A — Tel. 3-5608

Endereço Telegráfico: "COIMAC"

PRODUÇÃO E CONSUMO DE AÇÚCAR

TIPOS DE USINA

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL

Unidade : Saco de 60 quilos

PERÍODO	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Transformação em álcool	Consumo	Estoque final
MÊS							
Abril de 1947	4.551.951	421.126	—	—	—	943.995	4.029.082
Abril de 1946	3.314.843	437.526	—	20.000	—	1.492.459	2.239.910
Abril de 1945	3.674.462	394.899	—	422	—	1.076.157	2.992.782
SAFRA							
JUNHO/ABRIL							
1946/47	1.511.384	18.204.224	—	5	—	15.686.521	4.029.082
1945/46	2.010.202	15.228.039	—	20.000	—	14.978.331	2.239.910
1944/45	3.391.814	14.648.470	—	437.311	—	14.610.191	2.992.782
ANO CIVIL							
JANEIRO/ABRIL							
1947	5.723.549	4.525.413	—	—	—	6.219.880	4.029.082
1946	4.134.379	4.164.308	—	20.000	—	6.038.777	2.239.910
1945	4.855.153	4.022.380	—	281.208	—	5.603.543	2.992.782

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

SAFRA DE 1946/47
POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL DE 1947

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE USINAS (Scs. 60 kg)			Produção de álcool de todos os tipos (Litros)
	Quota de produção (1)	Estimada	Verificada até a presente data	
Guaporé	—	—	—	—
Acre	—	—	—	—
Amazonas	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—
Pará	20.380	10.000	1.205	4.255
Amapá	—	—	—	—
Maranhão	34.620	12.000	5.695	—
Piauí	3.534	3.000	1.000	—
Ceará	33.886	17.000	17.605	—
Rio G. do Norte	63.114	60.000	82.078	11.100
Paraíba	640.312	550.000	513.454	1.522.500
Pernambuco	6.490.529	5.600.000	5.714.882	24.861.702
Alagoas	2.319.924	1.700.000	1.836.607	6.432.302
Fern. de Noronha	—	—	—	—
Sergipe	1.212.983	800.000	619.497	337.006
Baía	1.168.962	800.000	772.550	735.241
Minas-Gerais	1.376.560	650.000	698.006	4.336.634
Espírito-Santo	117.080	60.000	45.270	240.700
Rio de Janeiro	3.825.512	3.100.000	3.130.730	16.953.006
Distrito Federal	—	—	—	—
São Paulo	5.000.000	3.900.000	4.583.361	44.100.124
Paraná	150.000	50.000	50.315	737.924
Santa Catarina	158.893	80.000	99.315	532.270
Rio G. do Sul	—	—	—	—
Mato Grosso	83.318	30.000	21.514	103.424
Goiás	71.600	—	11.140	—
BRASIL	22.771.207	17.422.000	18.204.224	100.908.188

Nota — Além da quota de produção acima, 228.793 sacos ficam destinados à elevação das quotas das usinas ainda não reajustadas para um período de 120 dias efectivos de trabalho, e que venham a produzir, em qualquer das três safras subsequentes à safra em curso, quantidades de açúcar superiores às suas quotas.

(1) — Fica assegurada, no período de cinco safras, a partir de 1944/45 a liberação, pelo I.A.A., de todo o açúcar necessário ao consumo nacional.

ESTOQUE DE AÇÚCAR

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1947

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL

Unidade: saco de 60 quilos

Unidades Federadas	Granfina	Refinado	Cristal	Demerara	Somenos	Bruto	Total	Resumo por localidade			
								PRAÇA		Nas Usinas	Nas Distilarias do I. A. A.
								Capitais	Interior		
R. G. do Norte. .	—	—	17.358	—	—	4.324	21.682	15.771	—	5.911	—
Paraíba.	—	—	70.916	—	—	2.565	73.481	28.322	26.643	18.516	—
Pernambuco . . .	96.931	1.228.364	435.719	10.013	4.146	395.746	2.170.919	1.780.084	283.333	107.502	—
Alagoas	1.557	23.373	405.762	213.841	—	193.354	837.887	730.753	33.536	73.598	—
Sergipe.	—	—	363.918	22.837	—	—	386.755	261.847	81.210	43.698	—
Baía.	—	—	337.963	328	—	480	338.771	231.881	76.448	30.442	—
Minas-Gerais. . .	—	351	48.278	8.093	—	187	56.909	8.359	—	48.550	—
Rio de Janeiro. .	—	4.875	83.185	100.412	—	—	188.472	4.905	—	183.567	—
Distrito Federal .	—	14.735	74.480	4.739	—	21.710	115.664	115.664	—	—	—
São Paulo.	—	20.892	342.400	54.861	14.475	46.368	478.996	193.403	33.217	252.376	—
Demais Un. Fed. .		—	21.724	2.556	—	—	24.280	—	—	24.280	—
BRASIL	98.488	1.292.590	2.201.703	417.680	18.621	664.734	4.693.816	3.370.989	534.387	788.440	—

ESTOQUE DE AÇÚCAR

1945 — 1947

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL

Unidade: saco de 60 quilos

Unidades Federadas	Todos os Tipos			Tipos de Usina		
	1945	1946	1947	1945	1946	1947
R. G. do Norte	9.557	23.679	21.682	4.819	16.858	17.358
Paraíba	58.398	124.967	73.481	54.553	114.781	70.916
Pernambuco	1.216.415	1.074.682	2.170.919	937.636	894.683	1.775.173
Alagoas	534.641	227.773	837.887	492.015	159.246	644.533
Sergipe	487.523	337.720	386.755	487.523	337.720	386.755
Baía.	166.804	153.285	338.771	166.724	148.535	338.291
Minas-Gerais	66.163	50.336	56.909	60.042	45.539	56.722
Rio de Janeiro	308.056	294.592	188.472	308.056	294.592	188.472
D. Federal	232.975	101.543	115.664	217.636	84.627	93.954
São Paulo	252.856	134.110	478.996	252.856	134.110	432.628
Demais Un. Fed	10.922	9.219	24.280	10.922	9.219	24.280
BRASIL	3.344.310	2.531.906	4.693.816	2.992.782	2.239.910	4.029.082

COTAÇÃO DE AÇÚCAR

(POR SACO DE 60 QUILOS)

1945 — 1947

ABRIL

Valor em Cruzeiros

1. TIPOS DE USINA

Praças	Cristal									Demerara								
	MÁXIMA			MÍNIMA			MÉDIA			MÁXIMA			MÍNIMA			MÉDIA		
	1945	1946	1947	1945	1946	1947	1945	1946	1947	1945	1946	1947	1945	1946	1947	1945	1946	1947
João Pessoa . . .	101,0	128,7	135,0	101,0	125,7	135,0	101,0	127,0	135,0	—	—	126,9	—	—	126,9	—	—	126,9
Recife	95,0	116,5	135,0	95,0	116,5	135,0	95,0	116,5	135,0	—	—	126,9	—	—	126,9	—	—	126,9
Maceió	92,0	121,0	135,0	92,0	109,0	135,0	92,0	115,5	135,0	88,0	113,8	126,9	88,0	102,5	126,9	88,0	108,6	126,9
Aracaju	94,7	112,0	135,0	94,7	112,0	135,0	94,7	112,0	135,0	—	—	126,9	—	—	126,9	—	—	126,9
Salvador	108,1	120,0	146,3	108,1	120,0	146,3	108,1	120,0	146,3	—	—	138,2	—	—	138,2	—	—	138,2
Belo Horizonte .	129,0	156,0	157,3	129,0	156,0	157,3	129,0	156,0	157,3	—	—	149,5	—	—	149,5	—	—	149,5
Niterói.	100,0	114,0	142,7	100,0	114,0	142,7	100,0	114,0	142,7	—	—	134,9	—	—	134,9	—	—	134,9
D. Federal . . .	115,0	132,0	146,3	115,0	132,0	146,3	115,0	132,0	146,3	111,0	124,5	138,5	111,0	124,5	138,5	111,0	124,5	138,5
São Paulo	120,0	139,0	152,6	120,0	139,0	152,6	120,0	139,0	152,6	116,0	132,0	144,8	116,0	132,0	144,8	116,0	132,0	144,8

2. TIPO DE ENGENHO

Praças	Bruto								
	MÁXIMA			MÍNIMA			MÉDIA		
	1945	1946	1947	1945	1946	1947	1945	1946	1947
João Pessoa . . .	84,0	105,2	118,8	84,0	100,0	118,8	84,0	102,4	118,8
Recife	85,0	85,0	118,8	85,0	85,0	118,8	85,0	85,0	118,8
Maceió	—	—	118,8	—	—	118,8	—	—	118,8
Aracaju	78,6	98,6	118,8	78,6	98,6	118,8	78,6	98,6	118,8
Salvador	92,3	105,6	130,0	92,3	105,6	130,0	92,3	105,6	130,0
Belo Horizonte .	—	—	141,6	—	—	141,6	—	—	141,6
Niterói.	—	—	127,0	—	—	127,0	—	—	127,0
D. Federal . . .	108,2	117,5	130,6	108,2	117,5	130,6	108,2	117,5	130,6
São Paulo	110,2	126,0	136,9	110,2	126,0	136,9	110,2	126,0	136,9

ANTÔNIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Secção de Estatística

O MÊS AÇUCAREIRO

ABRIL DE 1947

M. Lacerda de Melo

A colheita canavieira do Brasil de 1946/47, no seu décimo primeiro e penúltimo mês, registrou a cifra de dezoito milhões e duzentos mil sacos de açúcar de usina já produzidos. O consumo, em igual período, foi, em algarismos redondos, de 15.700.000 sacos. Espera-se que, em maio, sejam produzidos ainda uns trezentos mil sacos da safra em curso. Estimando o consumo desse mês em 1.500.000 sacos, a posição final de produção e consumo registrará algarismos como 18.500.000 sacos de açúcar de usina produzidos e 17.200.000 de açúcar consumidos durante o ano-safra iniciado em 1.º de junho de 1946 e a terminar em 31 de maio de 1947. Isso, sem considerar a pequena parcela de produção da nova safra que já se terá realizado a 31 de maio, pois, como é sabido, várias usinas do Sul antecipam o início da colheita para a segunda quinzena daquele mês.

Esses dados não conduzem necessàriamente à conclusão de que haverá um sáldo disponível para exportação igual a 1.300.000 sacos, equivalente, portanto, à diferença entre o total produzido e o dado a consumo em um ano. Primeiro, porque a safra foi iniciada com estoques desfalcados, sem lastro suficiente no Nordeste para cobrir as solicitações da áreas que se abastecem com o produto procedente daquela região produtora. Sem lastro, também, em poder do comércio por atacado em todas as praças brasileiras. Segundo, porque os estoques dos centros produtores nordestinos estarão comprometidos para o abastecimento dos Estados do Setentrião (a partir de Santa Catarina) ainda pelos meses de junho, julho, agosto e setembro, pois, sòmente em outubro, lhes chegará açúcar da nova safra.

No ano passado, o suprimento dessas regiões, no período citado, realizou-se sob condições de certa escassez, o que determinou a especulação. Este ano, as quantidades que se destinarão a esse fim são superiores às necessidades, o que, de logo, assegura tranquilidade quanto à observância dos preços oficiais.

Desapareceu a insuficiência de abastecimento de açúcar nos centros consumidores do país. Em um único Estado verifica-se não estarem inteiramente satisfeitos os suprimentos necessários. É em Minas-Gerais. A razão, porém, está bem longe de residir na falta de açúcar nos centros produtores. Aquele Estado tem três fontes principais de suprimento : a produção própria, o Estado do Rio de Janeiro e o Nordeste. O Estado do Rio teve sensível redução de safra e destinou parte substancial para o Rio Grande, Santa Catarina e Paraná. O Nordeste abastece Minas com maior dificuldade, ficando o açúcar onerado com fretes marítimo, transbordo e frete ferroviário. Além disso, Pernambuco produziu grande parte de sua safra em açúcares pouco aceitos pelos consumidores mineiros, que reclamam o tipo cristal. Todavia, medidas foram adoptadas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, promovendo o suprimento das áreas onde a escassez determinou reclamações àquele órgão. Com o início da nova safra em Campos e nas usinas mineiras, o que terá lugar a partir de 15 de maio, essas áreas dispensarão qualquer medida da entidade competente no sentido de poder contar com todo o açúcar de que necessitem. Tanto a produção mineira como a fluminense serão consideràvelmente superiores às de 1946/47.

A posição dos estoques a 30 de abril acusava um total de 4.029.000 sacos de açúcar de usina. Comparadas com as de igual data da safra anterior, essas existências exprimem um aumento de 1.790.000 sacos. Para melhor compreensão desse dado, faz-se mister considerar que, do estoque total, a parcela de 500.000 sacos foi liberada para exportação. As disponibilidades para consumo interno são, pois, da ordem dos 3.500.000 e a diferença, para maior, sobre abril de 1946, é revelada pela cifra de 1.290.000 sacos.

O volume cuja exportação para o exterior foi autorizado em abril está sendo objecto de transacções comerciais. O Brasil, desde algum tempo, estava fora dos mercados internacionais de açúcar de usina. E os encontra ainda sequiosos pelo produto. Sinal disso

é que as negociações se encaminham a preços bem superiores aos fixados para o mercado interno.

Não se pode, entretanto, confiar em que as sobras da produção brasileira alcancem tais preços por muito tempo. Se é verdade que a recuperação em Java, Filipinas e Formosa se processa lentamente pela destruição de usinas que a guerra operou naquelas ilhas, é certo, por outro lado, que, na Europa, a produção de açúcar de beterraba ressurge muito ràpidamente. E como na América, principalmente nas Antilhas, tendo à frente Cuba, têm-se verificado aumentos substanciais de produção, seria descabido esperar o prolongamento da escassez nos mercados internacionais por um grande número de safras. Certos países, como os Estados-Unidos (o maior consumidor), preferem manter grande restrição do consumo pelo racionamento a admitir a liberação dos preços. A cotação do demerara de Cuba destinado à Norte-América não excede, em moeda brasileira, a Cr$ 120,00 por saco de 60 quilos, FOB., o que equivale aos preços oficiais existentes no mercado interno do Brasil.

Enquanto isso, países há cujas ofertas para nossos tipos beneficiados ficam acima dos preços internos em mais de cem cruzeiros.

Ainda no capítulo dos preços, é de assinalar que as tendências especulacionistas, que vêm recuando à medida que a produção e os estoques aumentam, já se podem considerar inexistentes. O mercado, nos últimos anos, vinha sendo **sustentado** nos preços-tectos oficiais, impedindo o governo a sua elevação. Os produtores colocavam antecipadamente suas safras, antes de iniciá-las. E, se não podiam ultrapassar os limites máximos de preços, procuravam e obtinham dos compradores outras vantagens nas formas de pagamento, qualidade do produto, aceitação de determinados tipos, etc. No momento, porém, os compradores, com a segurança de que não lhes faltará a mercadoria, não se apressam em procurá-la. E os produtores que precisam de numerário para seu movimento, numerário que o crédito bancário já não lhe concede fàcilmente, oferece-a ao preço legal e não impõe condições outras.

Sabe-se que as cotações do açúcar têm estado sob controle, desde a fundação do Instituto do Açúcar e do Álcool. As ascenções que os preços legais sofreram têm sido precedidas de estudos minuciosos dos custos de produção e sòmente antes do início de cada safra é a questão examinada. Não fôra assim e o açúcar teria acompanhado a vertigem de ascenção verificada nos outros produtos. A partir de 1941, ano a ano, vem sendo aberta a questão dos preços por esta época. De então a esta parte, é esta a primeira vez em que vamos entrar em safra nova sem que tenha sido necessário cogitar de modificação nos preços do açúcar. A curva ascendente dos custos de produção se vai detendo, embora certas despesas industriais, como a do saco de algodão, continuem subindo.

Pode-se ver no facto um sinal da parada que está sofrendo o fenômeno inflacionário. Mas é verdade também que a maior produção, permitindo a exportação das sobras, proporciona recursos capazes de impedir a alta nos mercados internos.

Resulta claro, por conseguinte, que a rápida elevação da produção, operada na safra 1946/47, constituiu factor decisivo da normalização do mercado, não só directamente pela abundância da mercadoria, mas também indirectamente, através dos recursos que propicia a exportação das sobras para o exterior.

Notemos, porém, entre parênteses, ser preciso que os produtores, principalmente os que se estão valendo do quinquênio de liberação, não baseiem seus planos de actividade nas possibilidades presentes do mercado externo. Esse mercado actualmente representa uma oportunidade. Em tempos normais, ele é sacrifício. As condições da economia açucareira do Brasil, levando-se em conta os factores dos custos, como fertilidade do solo, técnica agrícola, rendimento agrícola, equipamento e rendimento industriais, não são infelizmente de molde a aconselhar uma grande produção para concorrer com centros como Cuba ou Java. Essa, uma realidade que temos examinado de modo detalhado em diversas oportunidades e a que aludimos sempre, para que não fique esquecida pelos homens da produção e pelos que orientam supremamente a política econômica do País, quando se ocupam do sector açucareiro.

Outro factor de normalização do mercado é a estimativa, já em grande parte conhecida, da safra de 1947/48, a iniciar-se no mês de maio e começos de junho. Pelos primeiros cálculos, a produção de açúcar de usina, na safra próxima futura, ultrapassará os vin-

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sobre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção.

COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR DE SERGIPE LTDA.

Acusamos o exemplar que nos foi enviado do relatório do Conselho de Administração da Cooperativa Mista dos Produtores de Açúcar de Sergipe Ltda.

O relatório trata das actividades da referida organização na safra 1945/46, a respeito das quais apresenta amplas informações.

PUBLICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

O Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, que é um dos principais sectores do Ministerio da Agricultura, continua a recomendar-se ao apreço dos estudiosos e interessados pelo valor de seus trabalhos. Ainda agora, por intermédio do Serviço de Informação Agrícola, recebemos alguns folhetos, elaborados pelos técnicos em exercício no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, que representam outras tantas contribuições apreciáveis ao aperfeiçoamento e expansão da agricultura nacional.

São as seguintes as publicações a que nos referimos: "A Enxertia da Videira", do engenheiro agrônomo-enologista Joaquim I. Silveira da Mota; "Fabricação de vinho de frutas" (trabalho premiado no concurso de monografias promovido pelo S. I. A.), de Gastor Durval; "Considerações acerca da Poaia", de Arnaldo Augusto Adder..

A SAÚVA, UMA INTELIGÊNCIA NOCIVA — Meinhard Jacoby

O texto dessa "plaquette" corresponde bem ao seu título expressivo, por demonstrar que a saúva é, realmente, uma inteligência nociva, cujo poder destruidor tanto prejudica a lavoura brasileira, constituindo um dos seus maiores flagelos. Sem ser naturalista, mas pintor, como declara, o Sr. Meinhard Jacoby aproveitou a sua estadia prolongada numa zona rural, para observar a vida, os hábitos, os processos de trabalho, a formação dos ninhos, bem como outras características e particularidades do terrível e misterioso insecto. E das suas observações, aliadas a leitura de obras científicas, resultou um estudo precioso, de palpitante interesse para o conhecimento da saúva e combate à sua acção devastadora.

O trabalho é ilustrado com desenhos do próprio autor, impresso nas oficinas da Imprensa Nacional e distribuído pelo Serviço de Documentação do Ministério da Agricultura.

"SEIS ANOS DE ACTIVIDADE NACIONAL" — Secretaria de Governo, México, 1946

Este livro apresenta o conjunto da obra de governo realizada no sexênio presidencial de 1940-1946 pelo presidente general Manuel Ávila Camacho. Não se trata de uma simples compilação de dados e informações, adverte na introdução o Sr. Primo Villa Michel, Secretário do Governo, mas de visão de conjunto de uma das épocas mais intensas e transcedentais da vida mexicana.

Especialistas eminentes em cada um dos sectores analisados tiveram a seu cargo a responsabilidade da redacção do respectivo capítulo. Isto permitiu, uma vez que a liberdade opinativa do autor foi respeitada, trabalho mais vivo e, sobretudo, mais sentido sobre a realidade do país.

Entre os capítulos reunidos na obra, cuja apresentação gráfica, ilustrações e cartogramas recomendam as Oficinas Gráficas da Nação, destacam-se os referentes à política interna e externa, à educação, à produção rural, à legislação trabalhista, à luta pela saúde e pela vida, à economia, à irrigação, ao plano de obras, etc. A primeira parte do livro trata da política do regime, a segunda da protecção e defesa da população, a terceira do panorama econômico e a quarta dos grandes instrumentos materiais criados.

---

te e um milhões de sacos, contra 18.500.000 em 1946/47. No Sul, os dois maiores Estados produtores ultrapassarão consideràvelmente as cifras registradas em 1946/47.

São Paulo que, em 1945/46, produziu cerca de três milhões, passou para 4.600.000 em 1946/47 e, na safra a iniciar-se chegará a perto de seis milhões de sacos de açúcar. Dobrou a produção em apenas dois anos, o que é um sinal do extraordinário poder de expansão da produção paulista. O Estado do Rio de Janeiro produziu 3.100.000 sacos em 1946/47. Sua safra futura está estimada em 3.800.000 sacos. Esse aumento de produção, destinando-se ao abastecimento da área de maior consumo do País — a formada por São Paulo, Estado do Rio de Janeiro, Distrito Federal e Minas-Gerais — e afastando qualquer hipótese de excassez, já fez recuar as probabilidades de venda do produto a preços superiores aos oficialmente estabelecidos.

Livros à venda no I. A. A.

	Cr$
AÇÚCAR E ÁLCOOL NO BRASIL — Anibal R. de Matos.....	15,00
AÇÚCARES CRISTAIS DAS USINAS DO ESTADO DO RIO	5,00
ÁLCOOL-MOTOR E MOTORES A EXPLOSÃO — Eduardo Sabino de Oliveira	25,00
ÁLCOOL, ALCOOMETRIA, ESTEREOMETRIA E ANÁLISE — Anibal R. de Matos	15,00
ASPECTOS AÇUCAREIROS DE PERNAMBUCO — Gileno Dé Carli	10,00
CONDIÇÕES DE VIDA DO TRABALHADOR NA AGRO-INDÚSTRIA DO AÇÚCAR — Vasconcelos Torres	15,00
CONFERÊNCIA CANAVIEIRA DE 1941	12,00
CRÉDITO AGRÍCOLA NO BRASIL — Leonardo Truda	5,00
DEFESA DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA — Leonardo Truda ...	12,00
DICIONÁRIO COMERCIAL INGLÊS-PORTUGUÊS — Teodoro Cabral	20,00
ECONOMIA DIRIGIDA NA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA — O. W. Willcox	12,00
ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA E SUA INTERPRETAÇÃO — Chermont de Miranda	20,00
ESTRUTURA DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DO AÇÚCAR — Gileno Dé Carli	10,00
ESTUDO SOBRE OS MELAÇOS DE CANA	5,00
FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLÍTICA DO AÇÚCAR — Barbosa Lima Sobrinho	5,00
GÊNESE E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DE SÃO PAULO — Gileno Dé Carli	8,00
GEOGRAFIA DO AÇÚCAR NO LESTE DO BRASIL — — Afonso Várzea	50,00
HISTÓRIA DO AÇÚCAR (2 volumes) — Edmund O. von Lippmann	40,00
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO AÇÚCAR NO BRASIL — Gileno Dé Carli	10,00
IMPORTÂNCIA DO AÇÚCAR — Ademar Vidal	8,00
INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DE DEMERARA — A. Menezes Sobrinho	5,00
LEGISLAÇÃO AÇÚCAREIRA E ALCOOLEIRA — Licurgo Veloso	40,00
LÉXICO AÇUCAREIRO INGLÊS-PORTUGUÊS — Teodoro Cabral	12,00
MEMÓRIA SOBRE O PREÇO DO AÇÚCAR — D. José Joaquim Azeredo Coutinho	5,00
PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA LAVOURA CANAVIEIRA — Barbosa Lima Sobrinho	12,00
PROBLEMAS DA INDÚSTRIA DO ÁLCOOL — Anibal R. de Matos	10,00
QUESTÃO ALCOOLEIRA — Moacir Soares Pereira	5,00
QUESTÃO DAS CALDAS DE DISTILARIA EM PERNAMBUCO	5,00
TECNOLOGIA DA FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL — Baeta Neves	50,00
UNIFORMIZAÇÃO DOS MÉTODOS DE ANÁLISES DAS USINAS DE AÇÚCAR — Anibal R. de Matos	20,00

Além desses volumes estão à venda folhetos das Resoluções da Comissão Executiva e outras publicações oficiais.

Companhia Usinas Nacionais

AÇÚCAR "PÉROLA"

Saco azul
Cinta encarnada
Pacotes de 1 e 5 quilos

FÁBRICAS:

RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO
SANTOS
TAUBATÉ
JUIZ DE FORA
BELO HORIZONTE
NITERÓI
DUQUE DE CAXIAS (Est. do Rio)
TRÊS RIOS " "

SEDE:

RUA PEDRO ALVES, 319
TELEGRAMAS "USINAS"
TELEFONE 43-4830
RIO DE JANEIRO

Esta Revista foi confeccionada nas of. de Indústrias Gráficas J. Lucena S/A — Rua Mayrink Veiga, 22 — Rio de Janeiro